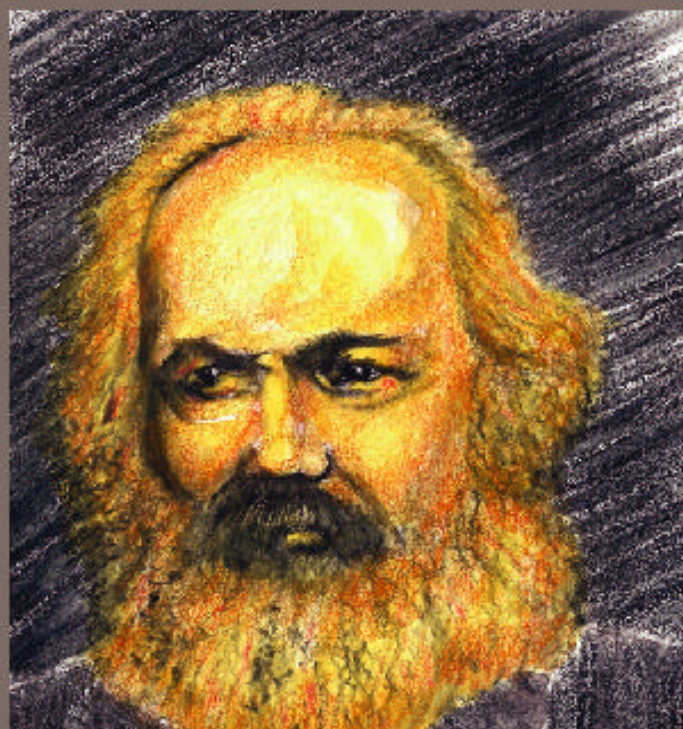


MOURO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital • Ano 1 • N°2 • Janeiro de 2010

Editorial • Tradução do Marxismo no Brasil: Caio Prado Junior • Sartre e Marx - liberdade, trabalho e luta de classes • Karl Marx — da crítica da Filosofia do Direito à crítica da Economia Política • 60 anos da Revolução Chinesa e 50 anos da Revolução Cubana: Revolução e Libertação Nacional • Gungunhana em dois tempos • Che: entre a revolução e a auto-ajuda • Resenha: A Revolução Cubana e a questão nacional • Por uma sociologização do microcosmo universitário (anti)grevista • A História da República de Edgard Carone — Escritos autobiográficos • Cem anos de Fúlvio Abramo • Manual do Exército de Libertação Chinês



MOURAO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital



IDEO
graphos

MOURO

Revista Marxista - Núcleo de Estudos d'O Capital

ISSN 2175-4519

www.mouro.com.br

contato@mouro.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Lincoln Secco, Agnaldo dos Santos, José Rodrigues Mão Júnior,
Luiz Eduardo Simões de Souza, Marisa Midori Deaecto,
Heitor Sândalo, Paul Singer, Eduardo Bellandi,
Marianne Reizewitz, Maria Reizewitz, Ana Lúcia Sanches,
Luís Fernando Franco, Francisco de Souza, Carlos César Felix,
Francisco del Moral, Walcir Previtalo Bruno.

COMITÊ EDITORIAL

Marisa Yamashiro, Lígia Yamasato, Ciro Yoshiyasse

ILUSTRAÇÕES

Ciro Yoshiyasse e Lívio Abramo

PROJETO GRÁFICO

Labor Design Editorial

DIAGRAMAÇÃO

Lígia Yamasato e Alexandre Linares

FOTOS

Joelson Souza

Janeiro de 2010

SUMÁRIO

EDITORIAL5

CLÁSSICOS

Tradução do *Marxismo*
no Brasil: Caio Prado Junior.....07
Lincoln Secco

MARXISMO

Sartre e Marx - liberdade,
trabalho e luta de classes37
Fernando Sarti Ferreira

Karl Marx –da crítica da Filosofia do
Direito à crítica da Economia Política55
Joana Salém Vasconcelos

DOSSIÊ

60 anos da Revolução Chinesa
e 50 anos da Revolução Cubana:
Revolução e Libertação Nacional97
José Rodrigues Mão Júnior

Che: entre a revolução e a auto-ajuda113
Sérgio Domingues

Resenha: A Revolução Cubana
e a questão nacional.....119
Marisa de Oliveira

Gungunhana em dois tempos.....125
Helena Wakim Moreno

UNIVERSIDADE

Por uma sociologização do microcosmo
universitário (anti)grevista139
Lidiane Soares Rodrigues

MEMÓRIA

A História da República – Escritos autobiográficos
Edgard Carone155

Cem anos de Fúlvio Abramo165
Paula Abramo

NARRATIVA GRÁFICA

Introdução a um Manual -
História em quadrinhos e a revolução171
Alexandre Linares

Manual do Exército de Libertação Chinês174

Editorial

O Núcleo de Estudos d'O Capital (fundado em 1991) apresenta ao público o segundo número de **Mouro**, sua revista marxista.

Mouro, como todos sabem, era o apelido do velho Marx, devido à sua tez escura.

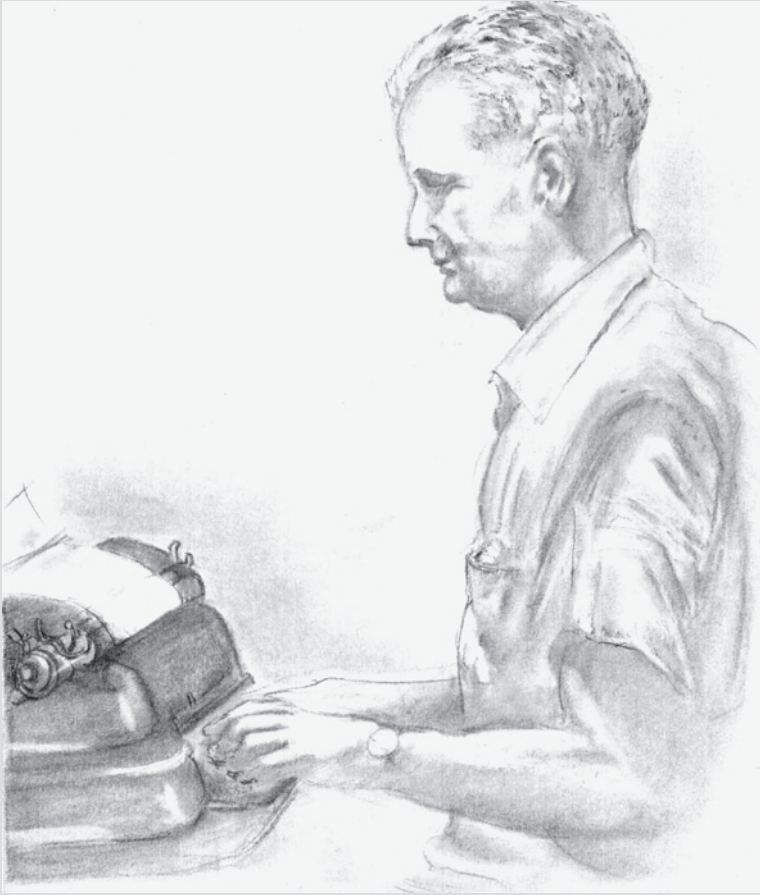
Nesta edição apresentamos o grande líder africano Gungunhana, ao lado de análises das revoluções cubana e chinesa e de uma crítica da primeira parte do Filme "Che", vivido nas telas pelo impressionante ator Benicio del Toro.

A nossa permanente seção de marxismo apresenta estudos sobre Sartre e o jovem Marx, feitos por dois jovens historiadores.

Em tempo: nossa revista é cientificamente rigorosa, mas não acredita que o rigor advenha de títulos acadêmicos, da falta de humor ou da ausência de arte. Por isso, publicamos jovens estudantes, acadêmicos estabelecidos, velhos militantes e autodidatas de todas as épocas que não precisaram comprar com diplomas o direito de pensar, como dizia o velho Engels.

Os artigos são sempre encomendados de acordo com os dossiês, por isso a revista não aceita propostas de publicação.

Nosso homenageado nesta edição é o companheiro Edgard Carone, comunista e professor de várias gerações de historiadores da USP. Dono da obra mais importante sobre a República Velha e o movimento operário no Brasil e de invejável biblioteca marxista. Invejável mesmo!



Caio Prado Júnior

Tradução do Marxismo no Brasil: Caio Prado Junior

Lincoln Secco

Professor de História Contemporânea
da FFLCH – USP

No curso sinuoso de sua história, o Brasil não conheceu revoluções. Ao menos verdadeiras mudanças rápidas e efetivas de estruturas. Afinal, Karl Marx não costumava imaginar a revolução como um fenômeno de países “atrasados” ou coloniais. Ao contrário, ela seria produzida preferencialmente por um amplo proletariado de fábrica em países industrializados. Todavia, o século XX inverteu aquela fórmula e viu as revoluções triunfarem, sem exceção, fora da Europa Ocidental.

Essa situação trouxe um problema sério para os marxistas que agiam fora daquela parte desenvolvida do Velho Mundo: o da suposta transplantação de uma teoria pensada na realidade “avançada” para uma realidade periférica.

Os revolucionários da periferia tiveram que utilizar o marxismo para estudar situações novas, para as quais aquele instrumental não estava adaptado. Pensemos no próprio Lênin que teve que resolver o problema das alianças políticas na Rússia. Ora, o marxismo dominante da II Internacional não tinha as alianças como uma questão simplesmente porque em países como a Alemanha a classe operária parecia crescer ininterruptamente, de tal modo que a tomada do poder (mesmo pela via eleitoral) era quase um produto necessário do processo automático de reprodução ampliada do capital (o qual gerava também o aumento da classe trabalhadora urbana).

Pode-se dizer que em termos globais, a previsão marxista da diminuição do campesinato se revelou correta, mas muitos decênios depois da Revolução Russa (com exceção ainda da China e da Índia). Na época de Lênin, a questão camponesa era algo de imediato interesse de um partido que buscava representar os operários urbanos.

Da mesma forma, podemos citar Gramsci, o qual teve que tratar do problema da unificação incompleta da Itália (Risorgimento). Ao tentar responder sobre as causas da derrota da revolução na Europa Ocidental (Alemanha, Itália e Hungria), ele teve que se voltar para questões locais ou nacionais. Igualmente o peruano José Carlos Mariátegui tratou da questão indígena, assim como Caio Prado Júnior estudou especialmente a questão colonial. Também aqui, o marxismo não fornecia ferramentas suficientes para a caracterização de sociedades que não foram produzidas pela evolução do feudalismo na direção do capitalismo.

Tradução do Marxismo

Nos anos 30 parte da intelectualidade brasileira buscava redescobrir o país, entender sua identidade, perscrutar

seu passado e encontrar uma maneira de incorporar os dados “estrangeiros” de nossa cultura (língua, literatura, teorias mal assimiladas ou copiadas) a uma visão nacional, singular, única. Só assim seria estabelecida a contribuição cultural brasileira ao mundo. Não se tratava de negar o universal, mas de encontrá-lo numa particularidade concreta. O modernismo teria grande impacto naquele momento. Tratava-se de combinar um conteúdo nacional com a forma de vanguarda buscando uma síntese nova.

Caio Prado Junior, membro do Clube dos Artistas Modernos de São Paulo, conviveu intensamente com essa vanguarda. Buscou nutrir-se do que havia de mais novo na cultura européia e não só no que tange ao marxismo. Ele integrou como aluno a recém fundada Universidade de São Paulo (USP), seguindo os cursos e trabalhos de campo dos geógrafos franceses. Mas sempre com um intuito: conhecer o Brasil.

Esse conhecimento do Brasil estava em primeiro lugar. Ele leu Oliveira Viana antes de Marx, integrou o Partido Democrático antes do PCB e apostou na Revolução de 1930 antes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual viria a ser vice-presidente regional em São Paulo. Escreveu “Evolução Política do Brasil” (1933) antes de estudar a economia e a sociedade soviéticas no livro “URSS: Um Novo Mundo” (1934). O marxismo que ele buscava incorporar não podia ser copiado, como ele mesmo dizia. Precisava ser traduzido.

Aqui apelamos para o conceito gramsciano de tradução. Gramsci se questionava sobre o que havia de universal na experiência bolchevique e o que havia de profundamente particular. Ou melhor: como traduzir uma experiência histórica de potencial humano-universal em outra realidade? Ele argumentava, por exemplo, que a linguagem da política revolucionária francesa correspondia à linguagem da filosofia clássica alemã: “Emmanuel Kant decapitou

Deus; Maximilen Robespierre, o rei”. Traduzir, portanto, não é encontrar apenas correspondências de conteúdo, pois a ação dos filósofos alemães não era a mesma dos políticos franceses. É preciso encontrar a forma particular que um conteúdo universal necessita assumir em cada contexto histórico. Podemos observar isso claramente na literatura: as chamadas escolas literárias legaram ao Brasil suas formas, seus temas. Mas os autores mais inventivos entre nós foram aqueles que inseriram conteúdos e cores locais nas formas estrangeiras. Foi o caso de alguns autores do romantismo e de vários outros depois.

Daí que Caio Prado Junior encontrará na História o ponto de partida para sua interpretação marxista do Brasil. Afinal, ele necessitava traduzir (no sentido de Gramsci) o marxismo, o que significava: encontrar na história a particularidade brasileira. Não queria vestir a nossa história com fórmulas universais, mas fazer o inverso: encontrar as formas próprias de articulação de nossa cultura com o marxismo.

Ao fazer isso, Caio Prado Junior não partia do zero. Ele se apoiava em pioneiros. Sua idéia da permanência exportadora da economia brasileira estava embrionariamente na obra de Lemos Brito, J. Normano e Roberto Simonsen.

A idéia de um “capitalismo colonial”, de um país desde o princípio imerso nas redes do comércio mundial capitalista fora antecipada por Roberto Simonsen. A adoção do ano de 1800 como o melhor posto de observação da nossa formação histórica (feita em “Formação do Brasil Contemporâneo”) era de Capistrano de Abreu. O que seria ir além de historiadores sem ligação orgânica com o movimento operário? Para Caio Prado Junior era criar uma linguagem (o marxismo no Brasil) para subsidiar a ação de uma base popular (PCB). Sua obra era interessada: conhecer o Brasil do presente para mudá-lo. Assim, ele supera seus antecessores para mostrar que o Brasil nunca foi um país subde-

envolvido ou em desenvolvimento. O país sempre foi pobre e rico, desenvolvido e atrasado dependendo do ciclo da economia que observamos no tempo: “infância, juventude, adolescência, maturidade, velhice e senilidade encontram-se presentes em nosso país e em sua economia, hoje como em qualquer época do passado”. Assim, se fizermos um gráfico representativo da economia colonial, encontraremos não várias curvas de produtos diferentes em seqüência, mas muitas curvas superpostas e se entrecruzando. Enfim, ao contrário de Roberto Simonsen e do historiador português João Lúcio de Azevedo, Caio Prado Junior não viu ciclos em seqüência (do pau Brasil, do açúcar, café etc), mas uma superposição de ciclos cuja lenta evolução ora punha um ou outro em relevo e sobreposto.

Ir além daqueles historiadores significou encontrar uma estrutura exportadora que se repõe apesar dos conteúdos diversos. Prestemos atenção: ele rejeita a determinação simples, o economicismo (esta forma de idealismo), sem perder de vista o primado ontológico do modo de produção na explicação da formação social. Mas o faz sem apelar para a simples aplicação desses conceitos, sem sequer citá-los, pois sua teoria está entranhada na narrativa histórica.

Temos que lembrar que Caio Prado não procurava fazer definições categóricas. Não porque fugisse delas, mas porque entendia a dialética como um processo ainda não suficientemente formalizado e que só podia se exprimir numa linguagem ainda metafísica. Seu dever seria, portanto, mesmo utilizando a linguagem formada por séculos de pensamento metafísico, tentar escapar de definições e expor movimentos, processos e relações. Quando ele falava de dialética, o adjetivo servia para relação e para processo. Em ambos os casos, o isolamento de uma coisa (no primeiro caso) ou de um momento (no segundo caso) significaria uma visão equivocada do real. A Dialética deveria considerar as relações que se dão no espaço e no tempo (proces-

tos) . Vejamos o conceito de velocidade. “No movimento não existem separadamente as grandezas velocidade, espaço e tempo que se relacionam na equação); é na própria conceituação matemática do movimento, isto é, na determinação da relação que se caracterizam (adquirem existência) tais grandezas. (...). Mas como expressão de movimento, é somente a sua relação que tem sentido (...)” . Ao argumento de que ele desprezaria as entidades relacionadas, as coisas, ele responderia a própria relação “existe também, é um fato real, e não simples obra do espírito. A relação tem portanto uma realidade, tanto quanto os termos a que se aplica” . Mais tarde ele dirá: “Considerados dialeticamente, os fatos sociais somente têm significado como componentes de processo” .

Astrojildo Pereira numa extensa e violenta crítica à obra filosófica de Caio Prado, disse, baseando-se em Jdanov, que ele, “querendo parecer mais marxista do que Engels (e até mesmo do que Marx...) o que na verdade realiza é uma tentativa de revisionismo anti-marxista” . Revisionismo” era a pecha comum a ele destinada.

Indústria

Por falar de processos e não dar atenção às “coisas”, afirmou-se que ele não deu a devida relevância ao nosso processo de diferenciação produtiva interna. Escrevendo nos anos cinquenta contra o capital estrangeiro no Brasil, ele via (como o seu partido) o imperialismo e o latifúndio como obstáculos à emancipação econômica do país. Aqui é preciso dirimir certas ambigüidades em seus críticos.

Caio Prado Junior não opôs os capitais estrangeiros à industrialização do país. Isso seria contrariar seu esquema interpretativo da economia colonial, já que ele foi o primeiro a observar que o centro do sistema precisava desenvolver a colônia para explorá-la. Trata-se de uma contradição dialé-

tica (como a de capital e trabalho), mas não de uma mera oposição, pois ambos (centro e periferia) se pressupõem. Caio Prado Junior concebeu a economia colonial como a forma em que essa contradição pode se mover.

Assim, ele não negava o desenvolvimento de uma dinâmica endógena e mesmo de um mercado interno. Apenas afirmava que tal desenvolvimento nunca apagava a relação de dependência. Para ele não fazia diferença para o Brasil adquirir mercadorias industrializadas no exterior ou “por compra realizada junto às filiais de empresas instaladas no Brasil. De um ou de outro modo estaremos sempre saldando nossas aquisições com pagamentos exteriores: no primeiro caso, com o pagamento das importações realizadas. No outro, com os lucros, dividendos, royalties e demais formas de remuneração daquelas empresas estrangeiras aqui instaladas, remuneração essa que somos obrigados a remeter para o exterior e que constitui compromissos que somente podemos saldar com a receita derivada de nossas exportações de produtos primários”. Ou seja, por troca desigual entre campo e cidade (entre produtos agrícolas e industrializados) ou entre setor concorrencial e monopolista (via preços administrados), as empresas multinacionais que resolviam produzir aqui mesmo parte das manufaturas que antes nós importávamos, mantinham, na essência, a mesma transferência colonial de parte do excedente para o exterior.

Note-se, portanto, que o capital estrangeiro (via empréstimos ou investimentos) apresentava (no nosso sistema dependente) aspectos positivos, como a melhora circunstancial das contas externas, o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produção e comercialização do café, por exemplo. Mas o seu custo era cada vez maior para o Brasil, já que o excedente aumenta na economia brasileira e com ele a parcela que é transferida ao exterior por múltiplas vias.

Aporia

Conta-se que Albert Souboul costumava dizer que não era um marxista historiador, mas sim um historiador marxista. Poderíamos dizer que Caio Prado Junior também era um historiador marxista, mas com uma diferença: ele acreditava que era um marxista historiador. Toda a sua obra foi voltada declaradamente para a militância política comunista, embora poucos historiadores acadêmicos tivessem o mesmo rigor e a mesma criatividade dele.

Notemos que na sua primeira geração de comunistas, Caio Prado foi o único que se manteve fiel ao partido produzindo uma obra original. Basta compara-lo com Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e Leôncio Basbaum. O primeiro foi expulso do partido. Quando retornou, manteve-se um marxista ortodoxo tanto quanto antes (sem ocultar os méritos de sua leitura de Machado de Assis e muito menos sua estatura moral). O segundo só produziu uma obra teórica em 1924 cujo mérito foi apenas o pioneirismo. Já Basbaum, além de romper com o partido e com o próprio comunismo, deixou uma obra que ainda se pode consultar com proveito (*História Sincera da República*), mas que contém laivos de positivismo e de uma leitura marxista às vezes sectária. Enfim, muitos que romperam com o partido continuaram pensando como ele; já Caio Prado, que nunca rompeu, divergia bastante das diretrizes partidárias (evidentemente sem quebrar a disciplina).

Ora, se é verdade que ele não estava separado da cultura comunista de seu tempo, compartilhando a fé laica no modelo soviético com sua geração, o que explica sua originalidade (para além do talento individual)? Acredito que seja sua condição de intelectual “desclassificado”. Ele não tinha lugar na academia, não só porque ela era incipiente no Brasil, mas também porque, sendo comunista militante, sua entrada nela estava interdita. Se tivesse sido um profes-

sor universitário, seu fazer intelectual teria sido restringido pelas formas e limites da investigação acadêmica. E ele não tinha pleno lugar também no partido. Era admirado como intelectual por muitos comunistas, mas não a ponto de suas idéias serem esposadas pela direção. Em 1945 quando alguém perguntou a Prestes se considerava Caio Prado Junior um bom marxista, ele respondeu: “os bons marxistas brasileiros estão em nosso Comitê Central”.

O que importa é que ele não pôde ou não quis se tornar dirigente ou militante profissional. Certamente, tal posição lhe teria rendido maior poder de influência, mas (naquela época) também significaria a perda inevitável de independência intelectual (não porque o partido restringisse suas idéias, mas porque a natureza de qualquer direção política não podia admitir dúvidas, nuances). Destituído de um lugar (ainda que integrando as bases do partido comunista) e contando com uma altíssima formação intelectual (devido à sua origem de classe), ele pôde ir além dos seus pares (tanto os do partido quanto os da universidade). Portanto, não é o talento individual que o explica, mas sim a junção deste com seu deslocamento involuntário e permanente das instituições.

Sua condição de historiador (em primeiro lugar) marxista não derivou apenas do talento nato para a interpretação dos documentos, mas da impossibilidade de resolver uma situação em sua época sem saída (aporética). Qual o problema?

Ele nos revela que a atividade econômica principal do Brasil era movida pelo trabalho escravo e direcionada ao mercado externo, havendo desarticulação entre produção e consumo interno. Uma clara demonstração da ingenuidade da lei de Say (já inadequada também para economias centrais). Essa dupla condição (escravidão e exportação) condicionava o tipo de sociedade que se gestou no Brasil e os

obstáculos à sua mudança. A tal ponto que a própria fome (estrutura de longa duração de nossa história) e a pobreza de vínculos sociais conformaram uma sociedade marcada pela desagregação. Fomos uma feitoria disfarçada de sociedade, para usar uma expressão de Caio Prado Junior.

Ou seja, nascemos modernos, com uma empresa globalizada: a tecnologia mediterrânica (outrora, a cana de açúcar viajou lentamente pelas ilhas do Mar Interior) e as mudas das ilhas atlânticas portuguesas se associaram à força de trabalho do Continente Negro. Mas nossa modernidade estava sempre grávida do arcaico. Ora, como traduzir o marxismo para esta realidade? Marxismo implica ação revolucionária. Portanto, a indagação é mais direta: onde encontrar o sujeito histórico da mudança social depois do estudo dessa realidade? Não temos uma classe trabalhadora que evoluiu da servidão da gleba assim como nosso capitalismo não evoluiu de um desenvolvimento espontâneo e endógeno, pois ele veio “de fora” e “por cima”.

Caio Prado Junior formulou o problema: as forças que representam a construção da nação são inorgânicas ao sistema, entretanto, o marxismo clássico não previa que exatamente o inorgânico se tornasse o sujeito revolucionário. Há ecos de Oliveira Vianna na formulação do problema (embora para este autor não se tratava do mesmo problema), pois Vianna enxergava na América portuguesa entre os escravos e os seus senhores uma massa de agregados, clientes e pobres entre os quais prevalecia a mancebia, a instabilidade. Caio Prado Junior via nessa massa “socialmente indecisa”, que vegetava nos interstícios da grande produção exportadora, um enigma, uma dificuldade, uma aporia e ao mesmo tempo a única base social com a qual os comunistas deviam (mas não podiam) contar.

Este problema traz outro: Caio Prado Junior inseriu nossa história num contexto global desde o início, porém não

engendrou soluções na mesma escala global. Ao contrário: deteve-se num nacionalismo econômico muito parecido ao do PCB. Aliás, mesmo o arco de alianças que ele propunha até os anos 50 incluía a “burguesia industrial e comercial livre de compromissos para com o imperialismo e capital financeiro internacional, bem como de contingências e da pressão desse capital; e por isso mesmo capaz de dirigir sua iniciativa para a estruturação de uma economia nacional”.

Todavia, em geral, Caio Prado Junior tinha uma posição bastante singular. Por um lado, ele questionava a postura dos comunistas (depois da Declaração de Março de 1958) de apoiar uma revolução nacional cuja base social seria a burguesia: “Ela não tem interesses próprio e específicos, como classe, que a levem a se opor ao imperialismo. (...) Em suma não se poderá contar com a burguesia brasileira como força propulsora da revolução agrária e nacional”. Foi o que ele escreveu numa série de cinco artigos na Tribuna de Debates aberta pelo Partido Comunista em 1960 para redefinir sua linha política. Por outro lado, Caio Prado não propunha a socialização imediata dos meios de produção: “Concordo inteiramente (...) em que não é possível nas condições atuais do Brasil, a socialização dos meios de produção, (...). Aceito, assim, a possibilidade da evolução e desenvolvimento da economia numa base de natureza capitalista (...). Entre o acerto que consiste em reconhecer a impraticabilidade imediata da revolução socialista no Brasil, e a afirmação de que essa impraticabilidade tem alguma coisa a ver com o caráter progressista do desenvolvimento capitalista entre nós (...) vai um abismo de incompreensão (...)”.

Numa inovadora crítica recente, o professor Mendes asseverou que há uma descontinuidade entre este Caio Prado Junior “nacionalista” e o anterior, “socialista”, o de Evolução Política do Brasil (1933). No “socialista”, o conceito central é o de luta de classes, enquanto a partir de Formação do Brasil Contemporâneo (1942) este conceito seria substi-

tuído “por uma política de conciliação entre amplos setores sociais; a concepção de que a libertação almejada era a da nação, ao invés de uma classe; a concepção de que o foco e o estímulo da transformação era o mercado interno; por fim, a concepção de que a transformação social decorreria da ação do Estado”.

Como sói acontecer há ruptura e continuidade. Em ambos os livros a política é apresentada como feição externa das contradições inerentes ao mundo da produção. Os fatos residem na superfície e são “expressão externa”, quando muito o “fermento propulsor” de processos subterrâneos complexos. Em *Evolução Política do Brasil* os acontecimentos são apenas um “reflexo exterior”. Não que se apagasse a ação dos homens na história, mas era preciso acentuar as condições estruturais sob as quais atuavam. Tanto num livro quanto no outro, o método a rigor é o mesmo: a interpretação dialética. No caso do livro de 1942, evidentemente, este método apresenta-se mais enriquecido por um conhecimento mais profundo da própria realidade brasileira.

É verdade também que Caio Prado Junior almejava a emancipação da nação, mas isso não implica (como vimos) que não projetasse a emancipação de uma classe. Por dois motivos: em primeiro lugar, porque no âmbito do marxismo, a classe operária tinha centralidade na revolução porque era a única classe produtiva (leia-se explorada economicamente no sentido marxista). Da sua importância material derivava a relevância política. Só ela teria interesse final na abolição do capital. Por isso, ao lutar pela própria emancipação ela teria que obrigatoriamente emancipar toda a humanidade.

Em segundo lugar, a luta nacionalista teria (para Caio Prado Junior) que ser feita não pela burguesia e sim pelo proletariado. É como se a revolução burguesa tivesse que ser feita sem a burguesia, o que não é incomum no pensamento marxista (vide Lenin ou mesmo Florestan Fernandes). Ao

emancipar-se como classe, o operariado emanciparia também a nação. E a obra de sua emancipação se daria pela ocupação do Estado. Apesar disso, pode-se questionar se este “nacionalismo proletário” é atual, como veremos.

Embora circunstâncias ocasionais pudessem opor burgueses brasileiros a estrangeiros (como no caso da Matarazzo diante da concorrência desleal de uma empresa norte-americana ou dos gritos de empresários paulistas contra a injusta, de fato, instrução 113 da SUMOC), a historiografia que tratou da evolução do empresariado mostrou que a burguesia brasileira, no seu conjunto, nunca foi anti-imperialista. O caso dos frigoríficos citado por Caio Prado Junior é exemplar. Ele quis mostrar que não havia uma burguesia nacional (industrial) e uma burguesia agrária (a favor do imperialismo). Esta até mesmo ignorava o imperialismo. As empresas estrangeiras do ramo frigorífico chegaram ao Brasil durante a Guerra Européia (a Anglo e três grupos de Chicago: Armour, Swift e Wilson). Esses grupos começaram a formar cadeias verticais completas nos anos 30 (tomando conta da invernagem, de matadouros, e destinando a maior parte de suas carnes ao mercado interno). “O controle da invernagem permitia a estas organizações adquirir gado dos criadores a preços cada vez mais baixos”. Na invernagem, o gado era engordado pelas próprias multinacionais. Esse oligopólio alertou a Associação de Criadores e o governo. O Próprio Getúlio Vargas em 1936 tomou medidas em favor dos frigoríficos nacionais. Porém, mesmo aí a crítica nunca foi à presença do capital estrangeiro, mas às suas práticas monopolistas.

Tal apreciação de Caio Prado Junior rendeu-lhe críticas acerbas por parte dos comunistas. Um importante crítico comunista notou que ele “contraria, no exame desta questão, uma das bases teóricas de seu livro, ou seja, de que a agropecuária no Brasil foi formada como prolongamento do sistema colonial para o comércio externo. Se esse

sistema persiste, com as modificações que ele admite, como imaginar que ruralistas ignorem o imperialismo?”. Apesar dessa, o livro de Caio Prado não tinha por objetivo negar o combate à burguesia agrária, mas questionar o conceito de burguesia nacional.

Para Caio Prado Junior só o proletariado poderia ser o esteio de uma política revolucionária ou mesmo reformista. Aliás, ele não via antagonismo entre reformas e revolução. Que proletariado?

Conclusão

São dois os problemas legados por sua obra: a aporia do inorgânico que precisa fazer-se portador de uma nova economia (voltada ao interior e não ao exterior) e a contradição entre a historiografia “internacionalista” e as soluções políticas “autárquicas”.

Numa época pretérita, uma geração generosa sonhou o sonho ingênuo do nacionalismo econômico e as soluções autárquicas. Talvez houvesse espaço para tais propostas de um Lutz redivivo. No extremo oposto uma minoritária ótica “internacionalista” estabelecia o contraponto. Pela nossa atual dimensão econômica é possível continuar assim e se afirmar como país semi-periférico, aceitando o papel de áulico primeiro dos grandes. Mas talvez, a combinação das duas coisas seja exatamente a proposta de um modelo capaz de atender as demandas internas, aumentá-las, ao mesmo tempo propugnando o fim das trocas desiguais.

Tal integração exigiria mudar não tanto os conteúdos transacionados, mas a forma (pois os limites ambientais não permitem a universalização do industrialismo). Afinal, vivemos num mundo em que a interdependência não deve ser um castigo e todos devem produzir o que melhor lhe convém e consumir da mesma forma. Não é possível mais

um desenvolvimentismo sem peias como Celso Furtado denunciou há muito . O drama não estava tanto na teoria das vantagens comparativas quanto na manutenção da lei do valor em escala internacional.

NOTAS

- 1 - Prado Jr., C. (1954). Diretrizes para uma política econômica brasileira. São Paulo: Urupês, p. 68.
- 2 - Prado Jr., C. Dialética do conhecimento. São Paulo: Brasiliense, 1969, T. I., p. 13.
- 3 - Ibid., p. 315.
- 4 - Id. Ibid., p. 317.
- 5 - Prado Jr., C. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 81.
- 6 - Pereira, A. Sem título. fl. 19. Também cópia datilografada com modificações: Pereira, A. Notas à margem de um livro de Caio Prado Junior. Cedem, Unesp, Arch A 2, 6 (1)-13.
- 7 - Vide: Calvino Filho, “O revisionismo econômico que revive”, Novos Tempos, n. 1, Rio de Janeiro, setembro de 1957.
- 8 - Prado Jr., C. “Nacionalismo e desenvolvimento”. Revista Brasiliense, (24): 9-15, jul.-ago, p. 14, 1959.
- 9 - Esta anedota é recorrente nas palestras e aulas de dois historiadores brasileiros: Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota.
- 10 - Peralva, O. O Retrato. Porto Alegre: Ed. Globo, 1962, p. 248.

- 11 - Prado Jr., C. Diretrizes para uma política econômica brasileira. Op. cit., p. 72.
- 12 - Id. Ibid., p. 236.
- 13 - Tribuna de Debates, 22 a 28 de julho de 1960.
- 14 - Tribuna de Debates, 8 a 14 de julho de 1960.
- 15 - Mendes, C. M. M. Política e História em Caio Prado Júnior. São Luís, Uema, 2008, p. 17. O autor não reduz “duas fases” da obra de Caio Prado às qualificações de “nacionalista” ou “socialista”, usadas aqui apenas didaticamente.
- 16 - Prado Jr., C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Martins, 1942, p. 5.
- 17 - Prado Jr., C. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 111.
- 18 - Diniz, E. e Boschi, R. Empresariado nacional e estado no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 80.
- 19 - Pomar, Valter. A questão agrária no Brasil e a contra-revolução do sr. Caio Prado. Rio de Janeiro: Alvorada, 1969. Trata-se, na verdade, do jovem Vladimir Pomar.
- 20 - De cada um segundo suas possibilidades e a cada um segundo suas necessidades, agora em escala internacional.
- 21 - Furtado, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.



MARX

Da Economia
à Revolução

Lincoln Secco

A **teoria de Marx** foi a base declarada da metade das economias nacionais do século XX, Trata-se de um sistema inexorável, para quem estuda **Economia, Sociologia, História ou mesmo Filosofia**. Não é possível passar por essas áreas do conhecimento sem travar **contato** com o pensamento de **Marx e o Marxismo**. Mas, justificar a **LEITURA** e o **ESTUDO** de Marx apenas com um olhar para o passado seria ignorar a proposta deste livro.

O pensamento de Marx permanece não apenas acurado, como cada vez mais atual. As **crises** econômicas **CRÔNICAS**, conduzindo a resultados cada vez mais desastrosos para uma parcela crescente da população mundial, a imiserção **progressiva**, a exaustão dos **recursos naturais** e a deterioração **ambiental** são sintomas do que nos espera, a continuarmos inadvertidamente com a **acumulação** capitalista.

Esta é a **lição** que o Professor Secco nos **lembra**.



Jean Paul Satre

Sartre e Marx - liberdade, trabalho e luta de classes

Fernando Sarti Ferreira
Estudante de História (USP)

Que papel cumprem no desenvolvimento histórico os indivíduos? Quais são as limitações de ação dos atores ou agentes históricos? Como a história interfere na chamada “vida cotidiana” ou cultural? Os processos sociais globais como determinantes das realidades históricas vêm sendo questionados desde o pós-guerra e, assim, originando correntes e projetos historiográficos que valorizam a chamada “micro-história”. Estas correntes de estudo pressupunham um alto grau de autonomia dos indivíduos à frente do que tradicionalmente foi chamado de “condicionantes históricos”: ideologias, mentalidades, Estado, fatores econômicos e outros fenômenos que alcançavam as formações sociais de maneira mais geral.

Um dos principais alvos destas críticas, tanto por questões epistemológicas como políticas, foi, sem dúvida, o materialismo histórico. A idéia da relação entre infra-estruturas determinantes e superestruturas conjunturais que limitariam a ação dos homens não lograva mais explicar muitos fenômenos históricos e sociais, dos mais globais até os mais particulares. O descobrimento de novos atores sociais que não necessariamente atuam segundo seus interesses básicos de classe, assim como as complexas redes relacionais, seriam a prova de quão distante e redutor da realidade seria o materialismo histórico.

O pano de fundo político deste debate é muito conhecido. A decadência do estalinismo, o êxito do Welfare State e as revoluções dos anos 60 fizeram emergir um tecido social muito mais complexo que a dicotomia proletariado-burguesia. A pluralidade das reivindicações e dos sujeitos que buscavam a emancipação social pareciam deslegitimar a idéia de que tal emancipação passaria pelo conflito de classes ou por transformações no modo de produção. Esta crítica ganhou mais força com o colapso da União Soviética. Como explicar operários e sindicalistas fazendo greves contra as repúblicas populares do leste europeu? Parecia não haver mais espaço para os esquemas globais ou totalizadores da realidade de análise histórica, ainda mais de matriz marxista.

Os ciclos de reprodução do capital são acompanhados de transformações muitas vezes drásticas das formações sociais. Por mais repetitivo que seja, é justo nessa altura recuperar os efeitos produzidos por tais transformações do século XVII ao XIX narrados no capítulo XXIV de “O Capital”. O pós-guerra não foi distinto. É muito interessante que, justamente em um período de grande revolução dos meios de produção capitalista, atingindo níveis de complexidade nunca antes vistos (a transnacionalização do capital depois de Bretton Woods), apareçam aqueles que projetam as relações do presente no passado e as eternizam. Assim como os

liberais do XVIII e XIX criaram o mito do “selvagem baranhador” –ou seja, que a natureza humana seria dotada de um ímpeto de fazer comércio e obter lucros desde tempos edênicos – muitos pensadores do pós-Hiroshima aparecem como candidatos a parir o “selvagem pluralista”. Seria, como nos diz Todorov, mais uma falta de comunicação do que a busca pelo ouro o responsável pelo massacre indígena na América? Foi Hernan Cortés o fundador da antropologia?

Não se trata de negar os progressos obtidos por estas investigações em micro escala, tão pouco de defender todas as correntes marxistas atacadas por estas pesquisas. O que propomos é a busca de abordagens que tenham como paradigma os processos globais de transformação, mas que, ao mesmo tempo, açambarquem o complexo e singular mundo das relações em micro escala. Algumas considerações do filósofo Jean Paul Sartre, assim como de Marx, podem nos ajudar nesta investigação.

Liberdade e trabalho: aspectos do conteúdo da existência humana.

A liberdade humana é o principal objeto em relação a discussão sobre autonomia ou determinação dos agentes históricos. Sartre irá dividir esta discussão entre dois pontos de vista orgânicos e antagônicos: os adversários e os partidários da liberdade humana. A clivagem do debate se da entre aqueles que acreditam no livre arbítrio, “que partindo de toda posição ocupada no presente, se oferecem para minha eleição uma infinidade de outros sítios” e aqueles que crêem na absoluta determinação do meio, que “insistem sobre o fato de que uma infinidade de lugares me são negados pelo fato de que os objetos se apresentam à minha pessoa um aspecto que não escolhi e que é excludente de todos os demais”¹. Ou o homem é eternamente determinado ou eternamente livre.

Estas duas concepções apresentam limitações de grande importância. Se o homem é totalmente livre, resulta que ele estaria como que voando pelo mundo e não estabeleceria nenhuma relação com o que Sartre chama de “coeficientes de adversidade”, ou seja, os objetos que são definidos *por não ser o que eu sou* e que se apresentam em relação às minhas projeções como obstáculos ou auxiliares. A total determinação do homem pelo o que *ele não é* teria como resultado um sujeito alheio de sua própria existência.

O “coeficiente de adversidade” - ou seja, o impedimento que as coisas que *eu não sou* exerce nas minhas projeções - somente surgem pela postulação prévia de um fim por nós. As coisas esperam ser iluminadas por um fim e somente assim podem ser compreendidas como obstáculos ou como auxiliares. A ordem do existente é indispensável para o exercício da liberdade: sem o compromisso com o que existe - seja como obstáculo, seja como auxílio a minha projeção - as categorias de liberdade, determinação e necessidade perdem o sentido. Uma montanha somente será um obstáculo se eu intento escalá-la; ao contrário, pode ser para mim somente um objeto de admiração, ou mesmo indiferente, sempre de acordo aos meus projetos. O que definirá alguém ou algum grupo em uma situação histórica serão as possibilidades e impossibilidades de realizar os projetos e necessidades segundo suas aspirações.

A liberdade caracterizada assim, como componente da práxis humana, é um elemento a mais pela qual poderíamos interpretar a ação dos homens na história. Esta definição de liberdade feita por Sartre é muito semelhante a definição de trabalho feita por Marx.

No quinto capítulo de “O Capital”, Marx se detém e reflete sobre a natureza do trabalho. Define o trabalho como **uma das características exclusivamente humanas** e, assim, como uma das principais diferenças entre os homens e os

animais. O trabalho é um processo realizado entre o homem e a natureza pelo qual, por meio da razão, ele intervêm nela para criar ferramentas úteis a sua manutenção e reprodução. Diz Marx “O processo de trabalho (...) é a atividade com o fim de produzir valores de uso [portanto, uma projeção frente ao mundo], é a apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, é condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma de vida humana, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas”². O trabalho, ou seja, a apropriação da natureza para satisfazer nossas necessidades, é parte do conteúdo da existência humana. Deste conteúdo desdobram-se as múltiplas formas pelas quais os homens organizam sua existência, todas elas históricas e mutáveis.

Alguns marxismos podem derivar o determinismo econômico no desenvolvimento da história pela centralidade ontológica do conceito de trabalho para a existência humana. É necessário ressaltar, como nos diz o próprio Marx, que **o trabalho é uma parte da existência humana e não sua totalidade**. O trabalho é tratado no livro I de “O Capital” como uma categoria todavia muito abstrata. Não é o trabalho conteúdo total da existência humana, senão uma parte, o que torna possível aproximar o conceito de liberdade de Sartre e o de trabalho em Marx, considerando a análise do francês como uma tentativa mais concreta de compreender as relações entre os homens e destes com a natureza.

O problema das classes sociais

Como é de notório conhecimento, Marx não terminou sua principal obra. “O Capital” se encerra repentinamente e de forma lacônica no LIIº capítulo intitulado de “As classes”. Observemos a primeira frase: “Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimen-

to são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, **assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista**³.

As classes sociais são a síntese concreta das relações sociais engendradas entre indivíduos historicamente determinados. As chamadas “três grandes classes”, do ponto de vista do materialismo dialético - uma reconstrução progressiva do concreto operada a partir de suas determinações abstratas mais simples - são as categorias mais básicas e abstratas destas relações sociais.

Uma análise marxista e que esteja baseada principalmente nestas determinações abstratas mais simples pertencem ao que Sartre chama de “marxismo idealista”, uma postura que leva as ferramentas de análises marxistas a um sentido oposto ao que elas se propõem: conhecer o mundo para transformá-lo. Segundo Sartre existem duas formas distintas de se chegar ao idealismo: diluir todo o real na subjetividade ou negar toda a subjetividade em benefício da objetividade⁴. Pelo “marxismo idealista” o homem seria totalmente determinado, seria uma soma de condicionantes que estariam mais além de sua vontade.

Sartre desenvolve seu método “Regressivo-Progressivo” de análise a partir da famosa frase de Engels “Os homens fazem a história por eles mesmos, em um meio dado que lhes condiciona”. Seu método consiste em analisar a relação dialética estabelecida entre os homens e os fatores de condicionamento histórico. Poderíamos, portanto, interpretar esta frase da seguinte maneira: **são os homens que fazem a história a partir de condições anteriores a ele e não as condições que fazem a história**. Os homens não são veículos de forças inumanas que os dirigem pelo mundo social, “porém se a história me escapa, a razão não é que eu não a faça; a razão é [que] o outro a faz também”⁵. A dinâmica

social são conflitos entre projetos constituídos a partir de condições estabelecidas por homens do passado. Ou seja, os condicionantes históricos que parecem imobilizar os homens são frutos da própria ação dos homens na história.

É interessante como Engels, em uma carta enviada a Joseph Bloch no dia 22 de setembro de 1890, se expressa sobre o determinismo econômico: “Segundo a concepção materialista da história o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda [como Sartre havia dito, num marxismo idealista]. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela - as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos que todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas - também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira predominante suas formas. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau (...) a história se faz de tal maneira que o resultado final sempre é derivado dos conflitos entre muitas vontades individuais, cada uma das quais, a sua vez, é o

que é por efeito de uma multidão de condições especiais de vida (...) um grupo infinito de paralelogramos, de forças, das quais surge uma resultante”⁶.

O método “Regressivo-Progressivo” seria um movimento duplo: busca-se conhecer o movimento e as características do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (homem, ação, obra) para que se tenha o que Sartre chama de “o homem situado já em sua generalidade”. O progresso a partir deste ponto seria descobrir as estruturas mais originais do fato e determinar (situar) essa originalidade segundo as suas estrutura mais fundamentais. Assim, a causalidade não existe de forma absoluta, porém sempre mediada, pois se vive e se aprende o universal sempre de maneira particular.

Situação e coeficientes de adversidade

As estruturas de uma sociedade definem para cada um de nós uma situação objetiva que será o ponto de partida para a realização de nossa existência. Nesse sentido podemos afirmar que as análises em micro escala superam algumas investigações do marxismo pois se propõem a analisar questões que estavam fora do alcance do “marxismo idealista” e iluminavam novos problemas sobre as dinâmicas sociais - luta de classes, por mais que não fossem colocadas nesses termos - de grande importância.

Fora do alcance porque o método de análise marxista é encarado - tanto por muitos de seus adeptos como por seus críticos - como uma visão extremamente determinista e portanto totalizadora da realidade humana. É equivocado tomar o marxismo como determinista pois é justamente a ferramenta de análise que prima e se baseia na práxis humana. E é totalizador - e isso é completamente distinto de determinista - porque mostra ser a realidade humana resultado das inúmeras práticas somadas - o grupo de infinitos

projetos, dos “infinitos paralelogramos” que nos diz Engels.

O que uma escala ou outra nos demonstra são níveis distintos de apropriação do concreto. De uma macro escala - por exemplo, o sistema colonial no século XVIII - pode-se buscar uma situação totalmente singular - uma determinada revolta de escravos em alguma paróquia de Pernambuco no século XVIII. Sartre se utiliza de um exemplo para ilustrar seu método “Regressivo-Progressivo”: um jovem negro, mecânico da Força Aérea Britânica, trabalha em uma base consertando aviões. Existe uma norma desta Força Aérea que proíbe os negros de pilotarem aviões para ela. Sem nunca ter pilotado um avião, o jovem toma um aparelho e decola sem saber se irá sobreviver a esta aventura. Oras, o que teríamos aqui? Uma experiência de nível universal - racismo na Inglaterra, Imperialismo na África, etc - vivenciada e mediada de forma muito particular - um jovem que trabalha com aviões, é impedido de pilotá-los e padece de um grande desejo de fazê-lo. Algo muito semelhante pode ser visto no trabalho de Ginzburg “O queijo e os vermes”. Quando nos debruçamos sobre Menocchio, um pequeno moendeiro da pequena Firuli em sua briga com o clero regional, se aprende tantos os desdobramento particulares - as redes relacionais desta região, o receio da população em delatar seu amigo, a assistência dos filhos - como as características mais globais - conflitos intra-classistas do Estado Veneziano, Reforma e Contra-Reforma, etc.

A investigação sobre as revoltas de escravos no Brasil é uma fonte muito interessante neste sentido. Por muito tempo desprezadas, as revoltas de escravos surgiram como material de investigação por alguns estudiosos que buscaram entender o verdadeiro papel histórico dos escravos. Merece ser ressaltado que, mesmo dentro de uma historiografia de esquerda, o escravo não era considerado como agente histórico ou muitas vezes como agente passivo (chegam a considerá-lo como Capital Fixo).

A pluralidade de motivações das revoltas são impressionantes. Os quilombos, símbolos de resistência dos negros contra a opressão branca, se mostraram articulados com a economia colonial por meio do comércio. No século XIX aparecem uma série de revoltas, muitas delas com alto grau de violência, com a reivindicação de que os trocassem de senhor. Alegando excessivo mal trato por parte de seus donos, os escravos ocupavam fazendas, as incendiavam e massacravam as famílias brancas que ali viviam para que fossem vendidos a outro senhor. Há diferença entre a luta desse sujeito passivo, quase reificado, em relação à luta econômica do proletariado -ai sim, sujeito revolucionário! - que foi hegemônica e dominou seus partidos e movimentos no século XX? É inegável que de uma forma ou de outra estão presentes nestas lutas elementos da macro escala -resistência a exploração do trabalho, questionamento do modo de produção - porém, como os próprios dados nos informam, tanto para escravos como operários, estas categorias mais gerais se mostram muito distantes dos fatos.

Quando nos aproximamos dos eventos - escravos que fogem e constroem unidades econômicas semelhantes as que o subjagam ou que não questionam sua própria situação nas relações de produção - as reações dos atores demonstram sua enorme complexidade, os “infinitos paralelogramos” que compõem o processo histórico e que dificilmente podem definir ontologicamente o papel de uma classe, assim como excluí-la totalmente de qualquer determinação histórica.

“A morte do dualismo de classes”: algumas reflexões

Depois destas considerações, voltemos a outro problema levantado no princípio do texto: ascensão dos estudos em micro escala associados às transformações sofridas pelo modo de produção capitalista no século XX. Decretar o fim do dualismo de classes não tem que estar associado

diretamente à negação da existência das relações de exploração e dominação baseadas na extração de mais-trabalho. Assim, para compreender os desdobramentos resultantes da evolução do modo de produção capitalista, traduzidos politicamente em novas modalidades de reivindicação, se não podemos nos aferrar rigidamente a conceitualização das clivagens sociais ditas “clássicas” do marxismo, também não podemos abrir mão de novos ângulos de análise. O que propomos é colocar a questão em outra dimensão.

O desenvolvimento das técnicas destinadas à produção de mercadorias, ou seja, para extração do mais-trabalho, leva a uma transformação qualitativa na composição orgânica do capital. Em um primeiro momento do desenvolvimento capitalista a proeminência de sua parte variável, a saber, dos trabalhadores, a divisão de classes - as três grandes classes - é mais clara. O que comem, o que vestem, o que fazem, é totalmente diferente e por muitas vezes sinalizam sua própria identidade de classe. Em um segundo momento, quando a parte fixa - maquinaria e outros acessórios da produção - começa a ganhar maior importância na composição orgânica do capital, a grande diversificação da produção leva a uma maior heterogeneidade dos processos de trabalho e, conseqüentemente, a situação material -lugar objetivo- dos operários. Um dos primeiros sintomas, podemos lembrar aqui, é o surgimento das aristocracias operárias identificado por Lênin - não a toa em uma etapa superior de capitalismo.

Em “Questão de método” Sartre afirma que uma das formas para definir o lugar específico em que o homem se encontra na sociedade é por meio dos coeficientes de diversidade que se apresentam frente às minhas projeções e que podem obstruí-las ou auxiliá-las. Assim, em uma sociedade caracterizada pela divisão do trabalho e pela divisão por classes, grande parte das pessoas podem se situar de

maneira negativa: alguém é camponês na Idade Média por não poder trabalhar todo o tempo somente em sua terra. Algumas possibilidades de realização de projetos que existem dentro na sociedade são negadas a determinados indivíduos por questões referentes à organização social.

Porém, a heterogeneidade dos processos de trabalho, associados a massificação dos bens de consumo duráveis, operou uma grande transformação nas possibilidades dos indivíduos se situarem. O acesso à casa própria transformou a defesa da propriedade privada como plataforma política das mais distintas - e muitas vezes oprimidas - classes sociais⁷; o acesso aos televisores, telefones celulares e diversos aparelhos eletro-eletrônicos transformam a paisagem de um lar burguês em algo muito mais próximo e tangível. Os antagonismos de classe foram diluídos em uma homogeneidade de produtos de consumo, tornando a identificação de classe um exercício muito mais complexo: são inúmeras as campanhas de operários estadunidenses de boicote a produtos manufaturados nos países pobres, não pela má condição em que se encontram os trabalhadores destes países, mas sim pela baixa nos salários estadunidenses que provocam estes produtos.

A alta tecnificação da produção cria outro fenômeno de grande importância para compreender as dinâmicas de classe na sociedade contemporânea. “O conjunto da massa de mercadorias, o produto global, tanto a parte que representa que substitui [repõem] o capital constante e o variável, quanto a que representa a mais-valia, precisa ser vendido. Se isso acontece ou só acontece em parte ou só a preços que abaixo dos preços de produção, então o trabalhador é certamente explorado, mas sua exploração não se realiza enquanto tal para o capitalista (...) As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente

[estão situadas em locais distintos]”⁸ Quando se chega a um nível de produção super desenvolvido se faz imperativo o desenvolvimento similar das redes de troca. O tempo de circulação de uma mercadoria constitui-se no que Marx chama de “faux fairs (custo falso) da produção”⁹. É um custo imprescindível para realizar o circuito de valorização do capital, porém que não gera mais-valor. A ascensão do chamado “terceiro setor” (ou setor de serviços) é o fenômeno de maior evidência na transformação das formações sociais¹⁰. Um grande número de indivíduos que até então eram necessários na esfera da produção pôde ser transportado para a esfera da circulação, sem que houvesse prejuízo - ou mesmo como condição necessária - para a realização da acumulação. Crescem os serviços de entrega, os serviços de venda por telefone, o desenvolvimento da atenção ao público ou mesmo a publicidade. É também fenômeno da complexificação da produção a proletarização de profissionais “liberais”: arquitetos, médicos, professores, advogados etc¹¹.

Para uma produção crescente em volume e velocidade, torna-se necessário o concomitante crescimento da capacidade de circulação, pois quanto menor o tempo em que a mercadoria cumpra seu circuito de realização, mais rápido será o processo de valorização do capital. O que se opera a partir daí é que um maior número de trabalhadores passa a se identificar muito mais como consumidores de mercadorias que como produtores. A ascensão dos “direitos do consumidor” obedece ao descenso dos direitos trabalhistas sem que os conteúdos da relação de exploração tenham se modificado.

Outra característica marcante, além do maior acesso aos bens materiais por parte dos trabalhadores, é a capitalização de uma série de atividades ainda não exploradas pelo capital. É surpreendente a capacidade de transformar tempos e espaços não capitalistas - como o tempo de ócio - ou

mesmo potencialmente anticapitalistas - como os sindicatos, conselhos de fábrica, movimentos gay, negro e feminino - em formas diretas ou acessórias de reprodução do capital. Os *enclausures* nunca terminaram e parecem não terminar nunca. Adorno¹² chama a atenção para o fato de que, além da obrigação de ter e ser socialmente classificado por uma profissão, nos tempos de ócio também se exige uma profissionalização: o conhecido hobby. A mercantilização de espaços vazios, ou seja, de não trabalho, são recheados por atividades que, além de gerar valor, são utilizadas para moldar determinados tipos de subjetividade. A fragmentação operada aí subverte o ócio, tempo por excelência de sociabilidades alternativas ao regime de trabalho. Ou melhor, quantos de seus colegas do futebol estariam com você na tomada do Palácio de Inverno? E tão variável como pode ser a oferta de frutas no supermercado são as subjetividades e símbolos de identificação de grupo. Muitas vezes esses grupos identitários agora mercantilizados foram expressões de contestação da ordem rapidamente digeridos pela indústria e transformados em produtos de consumo massivo. A própria cultura popular (ou subalterna), lugar das principais manifestações contra o status quo, quando adentram os circuitos de acumulação escapam de seus criadores e muitas vezes se tornam mesmo hostis a eles. E é por esta cultura popular cristalizada, “oficial”, que as classes dominantes desprestigiam, denigrem e criminalizam as novas subjetividades e produções culturais. Cristalizam o que é a cultura popular -às vezes de maneira muito lírica e travestida de comprometimento político - e tentam, desta maneira, travar o movimento subterrâneo, espontâneo e dialético que constrói as verdadeiras identidades e que nunca cessam.

A grande autonomia dos grupos sociais reivindicada hoje em dia a despeito das identidades de classe é fruto do desenvolvimento do próprio conflito de classes - plagiando, uma fase superior desse conflito. A heterogeneidade dos

processos de trabalho, fruto direto do desenvolvimento técnico, a maior dissociação entre trabalhador e produto operada pelo maior acesso a mercadorias, o preenchimento dos espaços vazios e de ócio por processos que, além de valorizarem o capital, tornam-se os principais pontos identitários da sociedade são as principais características dessa fase. A autonomia de grupos e indivíduos frente aos grandes processos globais e que há pouco tempo significavam emancipação social, se transformaram em oportunidades de negócios para um capitalismo cada vez mais dinâmico e grande ferramenta para desagregação social. Não se pode crer que por isso as relações de dominação que constituem os processos globais da sociedade tenham se extinguido ou sido superadas, pois são elas mesmas que engendraram essa fragmentação. Tão pouco que a regressão e apego as categorias do “marxismo idealista” sejam recuperadas. Como dizia Marx “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”¹³. Ambos os campos de idealismos-misticismos que discutimos aqui não fazem mais do que interpretar o mundo de formas aparentemente diferentes e frente aos novos paradigmas da luta de classe mostram seus limites como ferramentas interpretativas. O método “Regressivo-Progressivo” é apenas uma das ferramentas que devem ser revisitadas, discutidas e atualizadas.

NOTAS

- 1 - SARTRE, Jean-Paul, “El ser y La Nada”, 1972, pg. 92.
- 2 - MARX, Karl, “O Capital”, Livro I, Vol. I, capítulo V, 1988. pgs. 142-148.

- 3 - MARX, Karl, "O Capital", Livro III, vol. V, 1988, pg. 297.
- 4 - SARTRE, Jean Paul, "Cuestión de Método", in "Crítica a la Razón Dialéctica", 1979, pp. 38-39.
- 5 - SARTRE, *ibid.*, pg. 76.
- 6 - ENGELS, Friederich, MARX, Karl. "Engels a Joseph Bloch, 22/9/1890", in "Obras Escogidas", 1974, pp. 514-515.
- 7 - É interessante notar a clivagem que existe em alguns bairros entre moradores de conjunto habitacional e moradores de favela. Principalmente quando o fato de viverem em um e não em outra muitas vezes é resultado de sorteio entre membros de uma mesma comunidade.
- 8 - MARX, livro III, vol. V, pg. 176. Capítulo XIV, 1988.
- 9 - MARX, livro II, vol. III pg. 91. Capítulo VI, 1988.
- 10 - Francisco de Oliveira, ao se contrapor à tese de Maria Tavares da Conceição e José Serra de uma distribuição de renda que beneficiou os setores médios da sociedade, aponta o fortalecimento da classe média durante a ditadura militar brasileira justamente pela transformação qualitativa da indústria brasileira, ou seja, por novas características da acumulação de capital e não por uma distribuição renda. O setor médio se fortalece unicamente pelas novas exigências da acumulação.
- 11 - Se produzem ou não mais-valor não cabe aqui discutir. Mas sim, não controlam seu tempo de trabalho e são estritamente necessários para a realização da mais-valia. Sendo a realização apenas um momento distinto da produção, podemos pensar estas profissões, senão produtoras diretas, mas necessárias para a produção do mais-valor.
- 12 - ADORNO, Theodoro "Palavras e sinais, modelos críticos", pp. 70-82.

13 - MARX, Karl, "Teses sobre Feuerbach", in "Marx & Engels: obras escolhidas", 1963, pg. 210.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodoro. "Palavras e sinais, modelos críticos", Petrópolis, Vozes, 1995.

ENGELS, Friederich; MARX, Karl, "Teses sobre Feuerbach", in "Marx & Engels: obras escolhidas", Editora Vitória, Rio de Janeiro, 1963

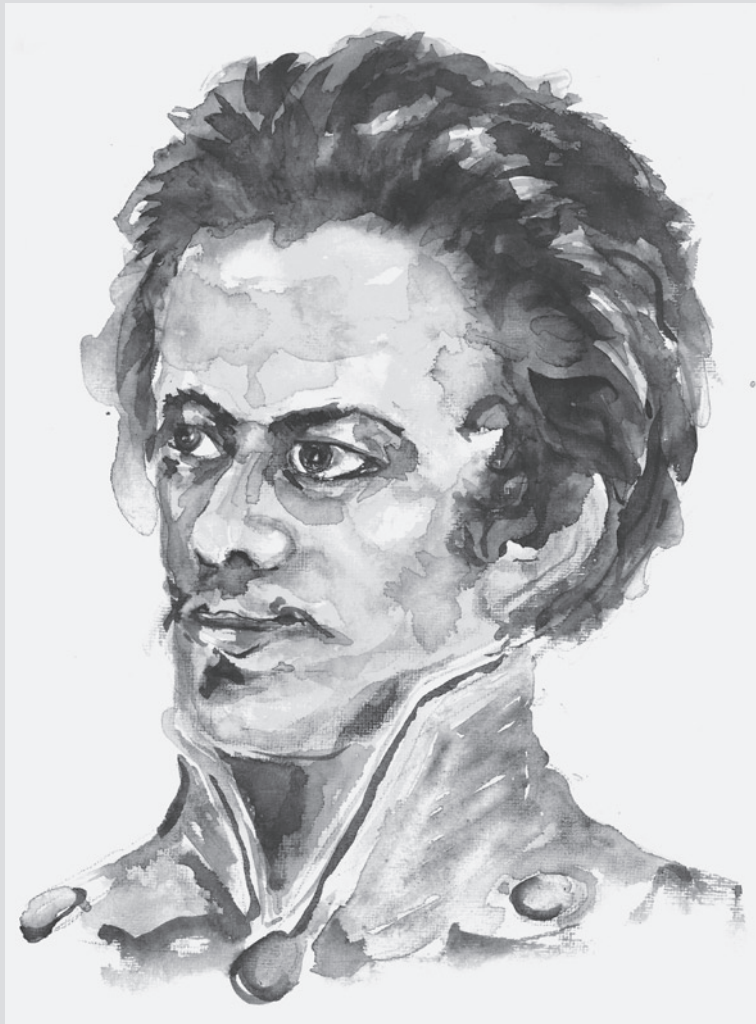
-----.. "Engels a Joseph Bloch, 22/9/1890", in "Obras Escogidas", tomo III, Editorial Progreso, Moscú, 1974.

MARX, Karl. "O Capital", Livros I e II, vol. I, II, III, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1988.

SARTRE, Jean Paul. "Cuestión de Método", in "Critica a la Razón Dialéctica", Editorial Losadas, 3ª Edición, Buenos Aires, 1979.

-----.. "El ser y La Nada", editorial Losadas, 2ª Edición, Buenos Aires, 1972.

-----.. "Marxismo y Existencialismo", Editorial Sur, Buenos Aires, 1963.



Karl Marx

Karl Marx: Da crítica da Filosofia do Direito à crítica da Economia Política

Joana Salém Vasconcelos
bacharel em História (USP)

O Materialismo Histórico, o mais importante legado teórico-prático de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), se sustenta sobre um importante (e atual) pressuposto: a totalidade social concreta dos processos históricos. Organizado como ciência humana sistemática e revolucionária, suas armas mais significativas são a dialética e a praxis. A elaboração do Materialismo Histórico foi um processo de absorção, ruptura e superação filosófica de um conjunto de grandes e tradicionais constructos do pensamento humano dos primeiros séculos da Ilustração. O idealismo dialético de Hegel foi, em princípio, o sistema filosófico mais inspirador do pensamento materialista histórico. É nesse contexto que Marx, no princípio de sua

trajetória intelectual, adota como conteúdo prioritário a Filosofia do Direito. Vale lembrar que os acontecimentos insurreccionais do final do século XVIII na Europa, sobretudo na França, colocavam na ordem do dia a discussão jurídica sobre direitos políticos e humanos. A elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão marca a cristalização do projeto burguês de sociedade e de Estado, e torna-se referência filosófica, política e jurídica para os movimentos progressistas burgueses dentro de uma Europa aristocrática. Esse campo do Direito, portanto, se apresentou como cenário da batalha social travada pelas Revoluções Atlânticas.

Karl Marx, ao final da década de 1840, já não é o mesmo intelectual de 10 anos antes. Produz sob outro enfoque prioritário: as investigações de Economia Política. Os meados de 1840 são cruciais para a formação do materialismo histórico, porque marcam a viragem da trajetória do pensamento de Marx, da crítica da Filosofia do Direito à crítica da Economia Política. Essa inflexão expressa a radicalização e superação da dialética idealista de Hegel, pelo seu avesso: o Materialismo Histórico como dialética encarnada.

O conceito de *propriedade privada* é o eixo desta inflexão. Porque a Filosofia do Direito, enquanto campo epistemológico, não comportava mais a densidade sócio-histórica do conceito de propriedade privada, tal como Marx formulava em meados de 1840. O campo da Economia Política pareceu, então, mais capaz para investigação dos sistemas de produção da vida e das sociedades humanas, e inclusive mais apto a explicar a própria Filosofia do Direito. A crítica da Economia Política, apontada contra os fundadores do liberalismo clássico, se tornou um novo campo da batalha social, mais substantivo, mais conectado às determinações da luta de classes na história. Essa inflexão é o momento de germinação do materialismo histórico. No ano de 1844, enquanto Marx trabalha nos Manuscritos

Econômico-Filosóficos, Engels, em outro país, escreve A situação da classe trabalhadora da Inglaterra. Neste ano se processa mais visivelmente a viragem da crítica da Filosofia do Direito à crítica Economia Política e, portanto, é o ano mais representativo desta transição.

I. O Contexto Histórico da formulação do materialismo dialético

*“Não é a consciência que determina a vida,
mas a vida que determina a consciência”*

K. Marx

O materialismo histórico é desenvolvido por Marx e Engels no contexto da Alemanha do século XIX. É o século marcado pelo desenvolvimento e consolidação do Estado burguês na Europa e na América: formação de sistemas constitucionais, pressões pelo fim do trabalho escravo no Ocidente, abertura de mercados, disputas institucionais novas.

Em 1842 na província Renana, Marx observou uma circunstância de embate entre o Direito e a Propriedade Privada. A província vivia o avanço da propriedade privada sobre terras comuns, e o surgimento de uma nova divisão fundiária entre proprietários. A propriedade privada instalada gerou um choque novo entre proprietários e camponeses. Os camponeses tradicionalmente usufruíam das terras comuns para buscar lenha. Tal costume, sob novo contexto, foi então caracterizado como “roubo de lenha”. O conflito foi levado para instâncias judiciais, e através delas os novos proprietários saíram vitoriosos sobre os camponeses. Este caso marcou o processo de formação de um conflito social que caracterizaria o desenvolvimento do capitalismo: a so-

berania jurídica e política da propriedade privada sobre a liberdade. Marx, ao perceber a propriedade privada como um monopólio, cuja tendência geral é a concentração e ao identificar no Estado a disposição recorrente de defesa da propriedade privada, reelabora sua noção de Direito. No ano de 1843, Marx diz: “Deste conflito do Estado político com ele mesmo, pode-se deduzir toda a verdade social”.¹ No ano de 1843 e 1844, os escritos de Marx e Engels já pautam a necessidade de supressão da propriedade privada, como um momento da emancipação humana.

II. Emancipação política e emancipação humana

“O citoyen é declarado servo do homem egoísta”

K Marx

Em *A Questão Judaica*, de 1843, Marx se envolve em debates sobre as relações entre Estado, Religião e Liberdade. A abordagem de Marx a estes assuntos contém elementos germinais que o levam ao materialismo histórico. É uma obra de polêmica com Bruno Bauer, seu “inimigo íntimo”.

Ambos, Bauer e Marx, partem do suposto de que a religião entra em conflito com a realização da liberdade, pois produz ilusões oficiais. Bauer defende a ‘abolição completa da religião’ como meio para alcançar a emancipação política. Marx o critica sob dois aspectos: o primeiro, que o fim da religião oficial e institucionalizada não significa o fim da religiosidade humana; e o segundo, a abolição da religião oficial, atribuindo ao Estado caráter laico, significaria um avanço insuficiente da emancipação política, longe de se realizar como emancipação humana. Para Marx, o homem

se emancipa politicamente da religião quando transfere suas influências do direito público para o direito privado. A emancipação política enquanto abolição da religião, como proposto por Bauer, é, para Marx, a etapa mais imaginária da emancipação geral, pois ocorre em plano abstrato e genérico, distante do plano do indivíduo concreto. Assim, enquanto Bauer critica o Estado cristão, Marx critica o Estado em geral, na perspectiva estratégica de uma sociedade efetivamente emancipada.

O dilema da religião e do Estado, para Marx se traduz nas diferenças entre emancipação política e emancipação humana. Diz: “O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre (...) Proclamado o Estado ateu, o homem continua sendo sujeito às cadeias religiosas”.²

Além de a emancipação política ser limitada pelas ilusões do Estado e não atingir a realidade concreta dos indivíduos, os regimes da maioria dos países da Europa do século XIX condicionavam os direitos (como o voto) à quantidade de bens e riqueza. Marx elabora que o Estado laico é um instrumento de dominação tão opressor quanto a religião. Sua existência falseia a realidade com normatizações universais, ocultando as relações sociais reais de exploração econômica. “No Estado, onde o homem é considerado um ser genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania imaginária, está despojado de sua vida individual real e dotado de uma generalidade irreal”,³ diz Marx. Assim, conceitua o Estado como reflexo abstrato e ilusório de uma sociedade com vida concreta, que constitui uma força contrária à efetiva emancipação humana, uma vez que assume a liberdade como ‘direito genérico de um homem genérico’. É a partir de sua característica falsificadora, ou seja, a partir da capa-

cidade do Estado constitucional burguês de utilizar abstrações aparentemente emancipatórias como instrumento de propaganda ideológica para manutenção da supremacia da propriedade privada, que a laicidade se converte em religião. De que adianta, então, a laicidade do Estado sem a crítica da propriedade? A suposta emancipação política sem dar um passo adiante no sentido da emancipação humana? A ‘religiosidade laica’ da sociedade burguesa é produzida pela distancia brutal entre as leis do Estado e a vida concreta dos indivíduos. Essa questão conduz Marx da esfera do Estado para a esfera da economia política. Analisa: “Os membros do Estado político são religiosos pelo dualismo existente entre a vida individual e a vida genérica, entre a vida da sociedade burguesa e a vida política; são religiosos na medida em que o homem se conduz frente à vida do Estado – que está muito além de sua individualidade real – como se esta fosse a sua verdadeira vida; religiosos na medida em que a religião, aqui, é o espírito da sociedade burguesa, a expressão do divórcio e do distanciamento do homem em relação ao homem”.⁴

A religião do Estado constitucional burguês laico é o dinheiro, e sua profissão de fé, a propriedade privada.

III. Liberdade como Propriedade: uma antinomia burguesa

“Uma sociedade que faz com que todo homem encontre noutros homens não a realização da sua liberdade, mas pelo contrário, a limitação desta”, K. Marx

A Constituição Francesa de 1793, do período mais radicalizado do processo revolucionário burguês, assegura a liberdade, a propriedade, a igualdade e a segurança como direitos inalienáveis. Marx mostra, em *A Questão Judaica*,

que assegurar na Constituição a liberdade e a propriedade como direitos inalienáveis do homem constitui uma antinomia essencial da sociedade produzida à imagem e semelhança da burguesia.

A Liberdade para a Constituição Francesa de 1793 é assim definida: “Art 3o – A Liberdade é o poder próprio do homem de fazer tudo aquilo que não conflite com interesses de outros”⁵.

Nesta definição é perceptível que a idéia de liberdade humana para esta burguesia é o reflexo da idéia de propriedade privada. A liberdade, garantida como direito inalienável na Constituição Francesa de 1793, é a liberdade de cada indivíduo se manter isolado e alheio dos outros indivíduos, de forma que cada indivíduo fique retido dentro de sua liberdade individual e alheio da liberdade do outro. Marx, ao analisar a Constituição jacobina, diz: “O limite dentro do qual todo homem pode mover-se inocuamente em direção a outros é determinado pela lei, assim como as estacas marcam a linha divisória entre duas terras. Trata-se da liberdade do homem como uma mônada isolada, dobrada sobre si mesma (...) O direito do homem à liberdade [na sociedade burguesa] não se baseia na união do homem com o homem, mas pelo contrário, na separação do homem em relação ao seu semelhante. A liberdade é o direito a esta dissociação, o direito do indivíduo delimitado, limitado a si mesmo”⁶.

Através da definição do direito inalienável à propriedade privada na Constituição de 1793, a antinomia aparece mais claramente: “Art 16o – O direito à propriedade é o direito assegurado a todo cidadão de gozar e dispor de seus bens, rendas, dos frutos de seu trabalho e de sua indústria como melhor lhe convier.”⁷

John Locke, expoente do pensamento liberal do século XVII assume a antinomia burguesa como tese filosófica

estruturante de seu pensamento político: “onde há propriedade não existe injustiça”⁸. Desvendar a natureza ilusória do Estado burguês foi uma das tarefas mais importantes do pensamento de Marx na constituição do materialismo dialético. Marx sintetiza a antinomia dos ‘direitos inalienáveis’ da sociedade burguesa ao afirmar que, nesta sociedade, “a aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano da propriedade”⁹.

Com isto, Marx deduz a característica não política da sociedade burguesa. Se todo o ‘direito do homem’ se reduz ao direito da individualidade e da propriedade privada, não pode haver espaço público de compartilhamento destes direitos. De maneira que a burguesia, ao mesmo tempo que protagonizou uma Revolução política, o fez no sentido de subordinar a política aos fatores da economia de mercado e da propriedade privada. Subordinou o cidadão ao indivíduo egoísta. A contradição entre o cidadão abstrato com supostos direitos inalienáveis e o indivíduo real não-proprietário é justamente a chave do feitiço da ideologia dominante da sociedade capitalista. Ou, nas palavras de Marx: “A antítese entre o Estado representativo democrático e a sociedade burguesa é o apogeu da antítese clássica entre a comunidade pública e a escravidão (...) É precisamente a escravidão da sociedade burguesa, na aparência, a sua maior liberdade”¹⁰. Ou seja, a concomitância dos direitos humanos inalienáveis da propriedade privada e da liberdade é formal e não se sustenta fora do universo jurídico burguês.

IV. Propriedade privada e natureza humana

As reflexões expostas em A Questão Judaica justificam as conseqüentes incursões de Marx no terreno da economia, que estréiam nos Manuscritos Econômico-Filosóficos no ano seguinte. Ao desenvolver o conceito de propriedade privada nos Manuscritos, Marx se baseia especialmente em dois autores: Hegel e Adam Smith.

O desdobramento da noção da propriedade privada levará Karl Marx ao campo de batalha da Economia Política. A propriedade privada foi desenvolvida pelo ser humano, e por isso, é um produto histórico. Para alcançar suas determinações históricas é necessário verificar as relações entre propriedade privada e natureza humana, arcabouço que sustenta ideologicamente e filosoficamente muito do que se produziu em termos de Economia Política. O conceito hegeliano de propriedade é muito influente sobre o Marx dos Manuscritos, que o reorganiza como arma contra a Economia Política clássica.

a) Hegel: vontade livre, propriedade íntima e propriedade exterior

“O homem é propriedade de si mesmo pela conscientização de si como livre”, Hegel

Georg Hegel (1770-1831) pensava que uma das diferenças do ser humano em relação ao animal é o fato de que os animais têm um “círculo restrito de meios de modos de satisfação de suas carências” enquanto os seres humanos tem uma tendência pela “multiplicação das carências e meios e depois, pela decomposição e diferenciação da carência concreta”¹¹. A vocação humana para multiplicar suas necessidades e diferenciar permanentemente os meios e modos de satisfação destas necessidades é para Hegel a concretude da condição histórica do ser humano. Além disso, a propriedade privada é advento *exclusivamente* humano. A relação da propriedade privada com a multiplicação de necessidades não é imediata e nem mesmo é feita por Hegel. Apesar disso, a multiplicação das necessidades e a criação da propriedade privada são duas assertivas filosóficas potencialmente verdadeiras sobre o ser humano, entrelaçadas pela história do de-

envolvimento da sociedade burguesa. O principal critério definidor de propriedade privada para Hegel é a liberdade. Diz: “É aquele aspecto pelo qual Eu, como *vontade livre*, me torno objetivo para mim mesmo na *posse* e, portanto, pela primeira vez real, é esse aspecto que constitui o que há de *verídico* e *jurídico*, a definição de *propriedade*”¹². A propriedade privada constitui, para Hegel, antes de tudo um ato de realização da liberdade humana. A vontade livre dos seres humanos é a força que os humaniza. “Eu sou essencialmente *livre* no meu corpo, tal como imediatamente o *posso* (...) ao contrário dos homens não pode o animal mutilar-se ou suicidar-se”¹³. A dimensão da propriedade privada hegeliana tem início na posse do próprio corpo, posto que os animais não se possuem livremente no corpo e esta posse configura a realidade da liberdade humana sobre si.

Para Hegel, as duas categorias mais importantes da propriedade privada são a ‘propriedade íntima’ e a ‘propriedade exterior’. Define: “A possessão do corpo e do espírito que se obtém por meio da cultura, do estudo, do trabalho, etc, constitui uma propriedade íntima do espírito (...) a passagem de tal propriedade para o terreno onde ela fica sujeita à determinação de uma propriedade jurídica exterior será considerada a propósito da alienação”¹⁴.

Uma das bases hegelianas da alienação é a exteriorização da “propriedade privada íntima” e sua sujeição a condições externas do direito contratual. O movimento de exteriorização e objetivação da ‘propriedade íntima’ foi central na percepção dialética de Marx sobre o trabalho estranhado e a propriedade privada, nas suas primeiras incursões à Economia Política. Para Hegel, a exteriorização da ‘propriedade íntima’ é a alienação da personalidade e da moralidade, que historicamente, se realizam na escravidão, na superstição e no totalitarismo. Só a ‘propriedade exterior’, contudo, pode ser plenamente alienada, ou seja, vendida. “*O uso*”, diz Hegel, “aparece como o lado efetivo, a realidade da

propriedade (...) fora da sua integral utilização, nada existe que possa ser propriedade de outrem”¹⁵. Portanto, a ‘propriedade íntima’ só pode ser alienada por um período de tempo, e não plenamente, já que o uso do corpo humano nunca é absolutamente vendido, e mesmo um escravo tem que dormir, comer, amar, respirar e fazer uso pessoal de propriedades íntimas de seu corpo situando sua livre vontade, mesmo que isso signifique se machucar, ou se suicidar. Refletindo sobre o uso da propriedade, Hegel se aproxima da noção de alienação do trabalho como alienação do tempo, quando diz que é possível a “alienação do meu trabalho de produção ou da minha prestação de serviço enquanto alienável, mas por um tempo limitado”¹⁶. Para ele, um contrato envolve dois lados: “num está o elemento positivo da apropriação, no outro o elemento negativo da alienação”¹⁷, frase que demonstra que sua dialética, apesar de não alcançar uma análise econômica da propriedade privada, influencia fortemente a noção materialista posterior de desequilíbrio entre capital e trabalho no contrato social. O seria a força dominante do capital (‘propriedade exterior’) senão “elemento positivo da apropriação”? E a atividade dominada do trabalho (‘propriedade íntima’) senão o “elemento negativo da alienação”? Ainda em direção a uma alienação do trabalho, não existe para Hegel, propriedade que se encontre em estado dado, mas toda a propriedade é resultado de um ‘ato de possessão’. Hegel afirma a existência de dois tipos de ato de possessão: o primeiro é o ato corporal imediato de apropriar-se, que pode carecer, por exemplo, de armas e outros instrumentos de força; o segundo é o *fabrico*. Se o fabrico é um ato de possessão, Hegel identifica o trabalho com direito de propriedade privada, o ato de produção com ato de possessão, e essas definições são inspiradoras para a crítica da Economia Política de Marx.

Para Hegel, a propriedade privada é um direito universal inalienável. Diz que “tem o homem o direito de situar

sua vontade sobre qualquer coisa (...) é o *direito de apropriação* que o homem tem sobre todas as coisas”¹⁸. Se para Hegel o homem tem direito de se apropriar de qualquer coisa, como o filósofo justifica o fato de que muitos homens não são proprietários de nada além do próprio corpo, apesar de que, a depender da ‘livre vontade’, o seriam? Ele busca legitimar a desigualdade, desqualificando a concepção de igualdade na divisão da propriedade privada da terra como “vaga e superficial”¹⁹. Ao mesmo tempo, habilmente se desloca do plano do concreto com o argumento da Razão como realização da Verdade na história, de forma que tudo o que é histórico (real) possui Razão: “Não se pode falar de injustiça da natureza a propósito da desigual distribuição da riqueza e da fortuna, pois a natureza não sendo livre, não é justa nem injusta”²⁰.

Hegel, em seu idealismo dialético, radicaliza o pensamento do concreto e depois retorna àquilo que Marx nomeou ‘mistificação’ legitimadora de tudo o que é Real (a partir do argumento que relaciona o Real ao Racional e o Racional ao Histórico). Por isso, Hegel apontou caminhos que foram percorridos por Marx na concepção de propriedade privada, apesar de ele próprio não os ter trilhado com os pés no chão.

b) Adam Smith: troca, divisão do trabalho e utilidade humana

“No comércio reside a essência total da sociedade”, A. Smith

Adam Smith (1723-1790), o filósofo nomeado pai da Economia Política, justifica sua argumentação científica em princípios universais, sem os quais não se faz justiça ao seu pensamento econômico. Para ele, a origem do comércio é a origem das sociedades humanas. O comércio, ou uma

‘propensão natural para troca’, é justamente o que diferencia o homem do animal. A origem do comércio se explica pelo uso da razão e da palavra, atributos essencialmente diferenciais do ser humano. Além disso, faz parte da natureza humana que os indivíduos lutem pelos seus próprios interesses, que não necessariamente convergem. A busca de cada indivíduo pelo que lhe interessa particularmente, contudo, para Smith não resulta num descontrolado conflito social, porque os interesses particulares (por alguma dádiva do mundo, que foi consagrada pelo termo ‘mão invisível do mercado’) se complementam uns aos outros, apesar de não compartilharem dessa intenção. A famosa máxima: ‘vícios privados, virtudes públicas’, representa a harmonia livre cambista fundadora da Economia Política clássica.

Smith não crê que existam ‘talentos naturais inatos’ que diferenciam cada indivíduo e os organizam numa divisão natural do trabalho, contudo acredita que os talentos individuais se desenvolvem como efeito da divisão do trabalho, não como causa desta. Afirma: “A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação”²¹, e portanto acredita que a vida social capacita cada indivíduo para realização de cada trabalho. O que desenvolve a diferença dos talentos é a *utilidade*. A divisão do trabalho é essencialmente útil, pois permite ao ser humano o desenvolvimento da sociedade como produtora de riqueza. Para Smith, a *utilidade* é uma qualidade humana e a capacidade de ser *útil* diferencia o ser humano do animal e constitui a sociedade. O interesse individual, como força motriz da economia, é regido pelo ‘princípio da liberdade natural’ que consiste em “permitir que cada homem, contanto que respeite as regras da justiça, lute pelo seu próprio interesse à sua própria maneira, e aplique a sua indústria e seu capital na mais livre concorrência com seus concidadãos”²². Assim,

a liberdade humana organiza sua essencial utilidade como segunda natureza: a livre concorrência de todos contra todos, responsável pelo progresso e pela produção de riqueza.

c) Marx dos Manuscritos: a propriedade privada interiorizada e a busca pelo tempo livre no processo social.

“A propriedade privada perdeu toda sua qualidade natural e social (ou seja, perdeu todas as ilusões políticas e gregárias, sem se mesclar com relação aparentemente humana alguma)”. K. Marx

Armado pela dialética hegeliana da alienação da ‘propriedade íntima’, Marx nos Manuscritos dá sinais de poder superá-la através do pensamento materialista. Defende que a propriedade privada é *anti social* e, portanto, *desumana*. A propriedade privada social e natural, que um dia na história foi concreta, não existe mais em 1844.

Para que não se cometa injustiças, é preciso contextualizar os Manuscritos Econômico-Filosóficos. Constitui um conjunto de pequenos artigos, a maioria deles nem sequer terminados ou desenvolvidos, um conjunto de citações literais (sobretudo de Adam Smith, Ricardo, J. B. Say, Eugene Buret, Moses Hess, Wilhelm Schulz, entre liberais e críticos) que estavam reunidas para posterior elaboração crítica. Contudo, a vontade de Marx, como confessou a seu amigo Engels, era abandonar os manuscritos “à crítica roedora dos ratos”²³.

Trata-se de um *documento histórico* mais do que propriamente de uma obra. A terminologia hegeliana é muito arraigada, e não reconhecemos Marx em seus elogios à Feuerbach. Um dos principais artigos, e também o

mais bem acabado, é “Trabalho Estranhado e Propriedade privada”. A novidade dos Manuscritos está na idéia de que a formação de uma sociedade de mercado, que vive uma eferescência industrial, atravessa revoluções técnico-produtivas, só é possível por meio da “interiorização da propriedade privada”. As categorias hegelianas de um interior-subjetivo e um exterior-objetivo norteiam o raciocínio de Marx sobre a propriedade privada. A propriedade interiorizada é um par dialético da exteriorização do trabalho. A exteriorização do trabalho é a transformação generalizada da força de trabalho em mercadoria à venda. Quando, como afirma Hegel, o trabalho se transforma em propriedade privada, constitui trabalho alienado. Marx materializa a alienação ao inseri-la numa crítica da Economia Política. Assim, se Hegel acredita categoricamente que a propriedade privada é realização da liberdade humana (apesar dos caprichos, e dos comportamentos mesquinhos de alguns indivíduos), Marx inverte esta assertiva: a propriedade privada é a não realização da liberdade. A propriedade privada tem como necessidade o tempo de trabalho de outrem, ou seja, ela carece da jornada de trabalho. Marx concebe o tempo livre, de fruição, de vontade consciente e realizada, como expressão da liberdade. A propriedade privada (dos meios de produção) demanda tempo de trabalho dos não proprietários, e este trabalho, quando ativamente exteriorizado, se transforma em propriedade privada de outro, é auto atividade como auto alienação, propriedade privada interior (subjetiva) que se exterioriza (é objetivada) num processo de desmembramento das qualidades do ser humano. Uma vez que a atividade produtiva, o tempo de trabalho, o produto e o processo da produção do trabalhador constitui propriedade privada de outro, a consequência desta venda de força de trabalho é a perda da liberdade como tempo livre e a perda da individualidade do sujeito, que exterioriza suas capacidades humanas, objetiva seu interior-subjetivo pela apropriação de outro – o proprie-

tário. O trabalho é não somente obrigatório, como constitui a “perda de si mesmo (...) a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração”²⁴, afirma Marx. Enfim, o que era realmente externo ao homem (a propriedade privada) se converteu em ‘ato de exteriorização’ de si, a partir da interiorização da propriedade.

Para Marx, a natureza é um instrumento da atividade vital do ser humano, um meio de vida imediato, e a matéria deste meio de vida. O trabalho exteriorizado, ou a propriedade privada interiorizada como força subjetiva auto-destrutiva do trabalhador, significa a separação do ser humano de seu meio, a natureza, mutilando seu caráter de ser genérico. A atividade consciente, fruto da vontade livre é o que distingue o homem do animal. A liberdade como condição humana advém da autoconsciência. O animal está preso à sua condição de realização imediata da vida, pela garantia física de sua sobrevivência. O humano só se realiza como humano se ultrapassa, com suas vontades, a mera sobrevivência física: nisso Marx não desafia com Hegel. Contudo, o trabalhador, na sociedade da propriedade privada, é animalizado na medida em que sua vida biológica não é mais um meio de realização humana, mas sim tudo o que lhe resta a proteger e preservar. Se animaliza, pois a liberdade como condição humana lhe é exteriorizada na atividade produtiva obrigatória para outrem. Para Marx, o ser humano é um ‘ser genérico’ e um ‘ser social’. Um ‘ser genérico’, pois não produz e reproduz simplesmente sua vida imediata particular, mas forja um complexo de relações sociais generalizadas que se organiza como uma segunda natureza, cujo comando é humano – a sociedade. É na produção desta natureza social própria, parcialmente autônoma da natureza animal, que o homem objetiva sua existência genérica. “A questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico, quer dizer que *um homem está estranhado do outro*”²⁵, diz Marx, arriscando uma incipiente definição do conflito social como luta de

classes, sensível à atomização da vida social promovida pelo comando da mercadoria.

O domínio da propriedade privada interiorizada é o domínio do valor de troca. Tanto a propriedade privada é historicamente necessária para Marx, quanto é necessária sua abolição, pelo fato de ela abolir a propriedade social e natural, que caracterizou o desenvolvimento humano. A vida transformada em mercadoria (propriedade interiorizada) não pode perpetuar para Marx, nos Manuscritos, pois dois motivos principais: o homem é um ser social e a propriedade privada cinde a sua natureza social; o humano realiza a liberdade em seu tempo livre, e o trabalho estranhado é a transformação da vida em tempo obrigatório para outro. “O trabalho é a vida, e se a vida não se permutar todos os dias por alimentos sofre e, em seguida, perece. Para que a vida do homem seja uma mercadoria, é preciso, portanto, admitir a escravidão”²⁶. Estes dois princípios, mais do que as crises econômicas inevitáveis ou o choque entre forças produtivas e relações sociais de produção, sustentam a recém nascida crítica da Economia Política.

V. A propriedade privada e Teoria do Valor Trabalho

“O trabalho é a essência subjetiva da propriedade privada”, K. Marx

A propriedade privada é analisada pelo Marx dos Manuscritos, também por meio da teoria do valor trabalho. “Engels chamou, com razão, Adam Smith de *Lutero nacional-econômico*”²⁷, diz Marx, e completa: “Lutero suprimiu a religiosidade externa enquanto fazia da religiosidade a essência interna do homem (...) deslocou o padre para o coração do leigo, assim fica suprimida a riqueza existente fora

do homem e independente dele. (...) A propriedade privada se incorpora ao próprio homem e reconhece o homem como sua essência – mas assim, o próprio homem é posto na determinação da propriedade privada, tal como em Lutero o homem é posto na determinação da religião”²⁸.

Essa interiorização da propriedade privada é percebida pela economia-nacional na formulação da teoria do valor trabalho. Com o valor trabalho, a economia-nacional faz da propriedade privada o sujeito protagonista de todas as relações sociais (fazendo delas relações coisas entre mercadorias) já que desloca a propriedade para dentro do humano (o trabalho) e em permanente necessidade de alienação (venda da força de trabalho).

Adam Smith afirma que nas sociedades que precedem à acumulação de bens e apropriação da terra “todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador, e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela deve comprar”²⁹. Já em sociedades em que há acumulação de capital, “o valor que o trabalhador acrescenta aos materiais desdobra-se em *duas partes*, sendo que a primeira paga os *salários* do trabalhador, e a outra paga os *lucros* do empresário. (...) Já nessa situação, o *produto total nem sempre pertence ao trabalhador*. Este tem que partilhá-lo com o proprietário de capital que o emprega”³⁰. A relação entre salário e lucro constitui, desde sua elaboração, uma chave de entendimento da teoria do valor trabalho. Assim, todos os economistas-nacionais se debruçaram sobre esta relação que chegou à precisão mais aguçada na crítica da Economia Política de Marx.

Adam Smith chegou a um termo desta relação entre salário e lucro, por pelo menos dois caminhos. Primeiro, definiu a composição do preço como soma do lucro, do sa-

lário e da renda da terra. Estas três partes componentes do preço correspondem a três diferentes classes sociais modernas: o industrial-capitalista, o trabalhador e o proprietário fundiário. A partir destas bases, Adam Smith equaciona a relação entre salário e lucro, por meio da teoria do “*lucro deduzido*”: “tanto o lucro, quanto a renda são implicitamente considerados como dedução daquilo que é ‘naturalmente’ ou ‘originariamente’ o produto do trabalho”³¹. Com este raciocínio, Smith funda a idéia de que só o trabalho pode acrescentar valor aos materiais posto que todas as manifestações da riqueza que compõem o preço das mercadorias são fruto do trabalho, ou seja, a suprema medida do mercado moderno deveria ser o valor trabalho. O surgimento da teoria do valor trabalho marca o nascimento da Economia Política clássica. A teoria surge a partir do ‘paradoxo da água e do diamante’ desenvolvido por Smith. O ‘paradoxo da água e do diamante’ consiste em: a água, como mercadoria de imenso valor de uso, produz um pequeno valor de troca no mercado; ao contrário, o diamante que não possui nenhum valor de uso efetivo, produz um imenso valor de troca no mercado. Esse paradoxo levou Smith a concluir que o valor das mercadorias era medido por outro elemento, distinto de sua utilidade³². A hipótese elaborada, então, é de que quanto maior a quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria e modificar a natureza, maior seria seu valor de mercado (a extração do diamante, por exemplo) e quanto menor a quantidade de trabalho necessária para se obter um produto, menor também seu valor (o caso da água).

Num determinado momento da teoria do valor de Smith, o trabalho é a única medida de valor que regula o mercado. O trabalho do empresário não é tão desgastante, complexo ou qualificado para acrescentar ao capital seu lucro. O lucro é um valor que também advém do trabalho do trabalhador. A parte do valor produzida pelo trabalho

e devida ao empresário na forma de lucro não se explica pela teoria do valor trabalho de Smith. Pois uma vez que o trabalho deve juro ao capital, não é somente o trabalho que regula a produção de valor, e sim a dívida contraída a *priori* da produção, do trabalhador com o empresário: os lucros. Dessa forma, Smith oscila entre a afirmação de que só o trabalho acrescenta valor às mercadorias, e a afirmação de que o capital também acrescenta valor às mercadorias (inclusive à mercadoria força de trabalho, que lhe deve por isso), e esse valor produzido pelo capital é o legítimo lucro. Oscila, porque é também capaz de afirmar que “a madeira da floresta, a erva do campo, e todos os frutos naturais da terra, que quando esta era propriedade comum, custavam ao trabalhador apenas o incômodo de os colher”, agora, sob o regime da acumulação, custa-lhe algo mais e o trabalhador tem que “pagar para os colher; e tem que ceder ao dono da terra uma porção daquilo que colhe ou produz com seu trabalho”³³. O advento da propriedade privada da terra e a acumulação de capital obrigam o trabalhador a pagar para trabalhar para outros (alienar-se de sua força de trabalho): Adam Smith chega perto da inexistente teoria da mais-valia, e sem dúvida inspira esta elaboração posterior de Marx. A toada ideológica de Smith, de defesa intransigente da propriedade privada e da livre concorrência, contudo, não corresponde com esta frase perdida dentro de um aparato conceitual em defesa da legitimidade do lucro. Além desta definição ambivalente da relação entre salário e lucro, Smith elabora uma teoria do progresso da propriedade privada: “Não é a grandeza real da riqueza nacional, mas o seu aumento constante, que provoca o aumento dos salários. Por conseguinte, não é nos países mais ricos e sim nos mais florescentes, ou naqueles que estão a enriquecer mais depressa, que os salários são mais altos. (...) o estado progressivo é, na realidade, o estado feliz e vigoroso para as diferentes classes da sociedade. O período estacionário é monótono, e o de-

clínio é melancólico”³⁴. Essa teoria do progresso smithiana se relaciona com o aumento de salários. O debate dentro da economia-nacional sobre as determinações de aumento de preços, queda de salários, queda de lucros, e as demais oscilações da economia, é divergente.

Para David Ricardo (1772-1823), outro expoente da Economia Política clássica, os lucros “dependiam da *diferença* entre o produto do trabalho na margem do cultivo e o custo deste trabalho (...) uma simples *proporção* entre produto e salário”³⁵. Ricardo assume o leme do desenvolvimento da teoria do valor trabalho posteriormente a Adam Smith. Para isso, passa por uma ‘Teoria Cerealífera do Lucro’ (que deduz da produção agrícola as determinações das variações do mercado) até alcançar propriamente a teoria do valor trabalho. Ricardo vê algumas ‘falhas’ de Smith e busca corrigi-las. Por exemplo, percebe que o valor trabalho varia no mercado da mesma forma que o valor de qualquer outra mercadoria, diferentemente do que afirmou Smith. A força de trabalho, ainda que seja a atividade exclusiva de geração de valor novo, é também uma mercadoria que circula, e essa dimensão não pode ser descartada.

Ricardo discorda parcialmente da teoria de progresso da riqueza proposta por Smith: para ele, existe uma tendência de queda dos lucros à medida que a economia se amplia, e não o contrário, como diz Smith. Partindo do suposto que a produção agrícola regula todos os preços (pela sua indispensabilidade vital na sociedade), Ricardo pensa que a ampliação da margem agrícola para terras menos férteis, junto do aumento da produtividade do trabalho, geravam diminuição geral dos lucros, o que podia desencadear aumento de preços dos alimentos e aumento dos salários em relação aos lucros³⁶. Contudo, o mais importante do momento mais desenvolvido e acabado da teoria do valor trabalho de Ricardo, que atravessa várias etapas de maturação, é que “o lucro agora era concebido como excedente ou diferença residual entre

quantidade de trabalho necessária para manter a força de trabalho e o total da força de trabalho”³⁷. Se para ele a origem do lucro está definitivamente no trabalho, produzindo uma diferença entre a quantidade necessária de trabalho e o salário, para Smith isto ainda era nebuloso, e a origem do lucro aparecia ora no trabalho (como juros do trabalhador devido para propriedade), ora na possibilidade do capital por si só acrescentar valor novo às mercadorias, dando-lhe ‘legitimidade econômica’.

Ao contrário de Smith, Ricardo aceita inteiramente a teoria da população de Malthus. Smith pensava que a reprodução de seres humanos (ou produção demográfica) era proporcional ao aumento de salários, que ampliam as possibilidades de satisfação das necessidades humanas. Ricardo, em consonância com Malthus, percebia um aumento populacional exponencial não necessariamente ligado a aumentos salariais progressivos, e convertia a miséria social generalizada decorrente da propriedade privada, em miséria decorrente do ‘excesso de seres humanos’ para alimentar, vestir, limpar, etc. A teoria malthusiana da população *sugere* como solução política ao aumento demográfico intenso na Europa sob surto industrial, a chamada nova Lei de Pobres na Grã-Bretanha. A nova Lei dos Pobres (aprovada no parlamento inglês em 1833) converteu a assistência social aos pobres e miseráveis, feita até então sob forma de subsídios em dinheiro ou em espécie (que era a Lei dos Pobres em vigor desde 1601), nas chamadas ‘casas de trabalho’. As casas de trabalho constituíam um ambiente de trabalhos forçados, muitas vezes sob condições mais desumanas que as indústrias mais vorazes, e foram responsáveis por agravar a situação de miséria humana por meio do trabalho compulsório, da violência, e dos maus tratos, além da completa falta de higiene. Como analisa Engels em 1844: “A casa de trabalho foi pensada para constituir o espaço mais repugnante que o talento refinado de um malthusiano pode conceber”³⁸.

Engels apresenta uma espécie de contra-teoria do progresso em relação a Adam Smith. Para Smith quanto mais acelerado o progresso econômico e mais aperfeiçoada a divisão social do trabalho, mais riqueza se produz e maiores os salários. Em 1844, Engels se esforça por comprovar empiricamente o contrário: quanto maior o progresso da indústria, tanto maior a miséria humana; quanto mais máquinas ingressam no sistema produtivo, mais seres humanos são lançados à vala comum do desemprego e maiores os lucros dos industriais. Ou seja, a propriedade privada não é geradora de riqueza e sim *geradora de pobreza*. É desse pensamento que parte Marx, quando afirma: “Os únicos motivos que colocam em movimento a economia política são a avareza e a guerra entre os avarentos, a competição”³⁹.

Mas para Marx o principal problema da teoria do valor trabalho elaborada pela economia nacional é que “a economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo”⁴⁰. Marx identifica uma tautologia no pensamento liberal, que acaba produzindo teorias econômicas limitadas pela sua devoção à propriedade privada. Somente rompendo com essa devoção é que Marx pôde desenvolver com mais maturidade a teoria do valor trabalho. “Reconhecemos que salário e propriedade privada são idênticos, pois o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, para o próprio trabalho) é somente uma consequência necessária do estranhamento do trabalho”⁴¹, desenvolve Marx. Se Smith chegou a afirmar, de acordo com a teoria do valor trabalho, que o trabalho assalariado contrai uma dívida a priori com o proprietário de capital, e que isto significa que o trabalhador deve ‘pagar para trabalhar’ para outra pessoa, nada desenvolve sobre o fato de que esse regime de trabalho tem uma única origem substancial: a propriedade privada. O mesmo ocorre com Ricardo, que afirma que os lucros são as sobras dos salários, e que ambos são valores produzidos exclusivamente pelo trabalho, mas

não chega a se importar com a causa deste ‘desvio de valor trabalho’ do trabalhador para o capitalista: ou, a propriedade privada. “Aquilo que perturbava Ricardo”, afirma Maurice Dobb, “era o fato da dimensão do produto nacional parecer alterar-se quando mudava sua repartição entre as classes”⁴², e o desequilíbrio entre salário e lucro alterar o cálculo objetivo da produção de riqueza nacional, uma vez que a relação era de subtração e não de soma. E que, portanto, uma teoria do valor trabalho que não leva em conta a propriedade privada como produto histórico e social, e a admite como fato natural da condição humana desenvolvida e civilizada, quase entra em contradição consigo própria e se utiliza de subterfúgios morais ou de equívocos econômicos para legitimar o lucro. Assim expressa Marx: “Divisão do trabalho e troca são dois fenômenos nos quais o economista nacional reclama a sociabilidade de sua ciência e *exprime, num só fôlego, sem consciência, a contradição da sua ciência*, a fundação da sociedade pelo interesse particular, não social”⁴³, na medida em que a divisão do trabalho é uma manifestação necessária da propriedade privada.

Para Marx, o salário é a consequência imediata do trabalho estranhado, ou seja, é o pagamento dado à compra da mercadoria força de trabalho. E o lucro, é também trabalho estranhado, aquilo que sobrou dos custos de produção. Marx não tem elaborado o conceito de mais-valia nos Manuscritos, mas seu gérmen está presente no documento. Identifica que “quanto maior a participação humana numa mercadoria, tanto maior o ganho do capital morto”⁴⁴, ou seja, a origem do lucro é, de acordo com os princípios da teoria do valor trabalho, unicamente o trabalho. Para que o proprietário possa lucrar é preciso ampliar a jornada de trabalho ao máximo, de forma que o valor do trabalho acrescentado nas mercadorias dê conta de pagar custos materiais de produção, mais salários e lucros. Assim, o capitalista extrai um ganho sobre o salário, que é parte do trabalho que

retorna ao trabalhador. Para Marx, o *capital* é a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio. Diferente, portanto, de *dinheiro*, que é o poder de comprar o trabalho alheio pelos preços do mercado, ou o poder de comando sobre o trabalho alheio.

Marx constata que quanto mais desenvolvida a economia, aumenta a proporção do capital fixo sobre o capital circulante⁴⁵, categorias criadas por Smith e ainda utilizadas por Marx em 1844. E o maior número de máquinas no processo produtivo, produz um sistema de concorrências cuja tendência é a concentração de capital em poucas mãos: os grandes capitalistas oferecem preços mais baixos, os pequenos capitalistas são arruinados pela concorrência, e se lançam ao mundo do trabalho, o que acelera a concentração de capital, que amplia o investimento técnico na produção (mais capital fixo sobre o circulante), diminuindo a demanda por trabalho e aumentando a oferta de trabalhadores. Esse é o ciclo que resulta no que se chamou ‘desemprego estrutural’, responsável pela diminuição dos salários e pelo domínio ainda mais feroz da propriedade privada sobre o trabalho efetivamente produtivo. A ‘livre concorrência’, sob regime da propriedade privada dos meios de produção, merece um tópico a parte.

VI. Monopólio e concorrência: expressões articuladas da propriedade privada

“O resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto, a mais tremenda restauração do monopólio”, K. Marx

A livre concorrência é o princípio sustentador da Economia Política clássica. Adam Smith faz a defesa da

livre concorrência, argumentando sobre a nocividade do monopólio para a economia, para os preços e para os salários. Contudo, a história do capitalismo deu provas de que o monopólio é apenas uma face da concorrência, e que tanto um quanto outro favorecem e expressam o regime da propriedade privada dos meios de produção.

Na teoria dos preços de Adam Smith, o preço se compõe de três partes: salário, renda da terra e lucro. Essas partes, como dito, correspondem à *riqueza* de classes sociais determinadas. Smith acredita que os interesses da classe trabalhadora, bem como os interesses dos proprietários fundiários correspondem com os interesses da sociedade em geral, e justifica isso economicamente. O valor da renda da terra, para Smith, é efeito das variações dos preços, diferentemente dos salários e lucros, que seriam a causa desta variação. A renda da terra constitui o preço de um monopólio e não da concorrência. Os interesses dos proprietários fundiários correspondem aos da sociedade em geral, uma vez que a renda da terra sobe, a cada vez que aumenta a riqueza real da sociedade, calculada mediante uma análise dos preços. O mesmo ocorre com os trabalhadores, posto que os salários são altos, quanto maior a demanda por trabalho, e a demanda por trabalho cresce em sociedade florescentes em processo de enriquecimento. Ao contrário, Smith diz que os interesses da classe de empresários capitalistas são particulares e entram em conflito com os interesses da sociedade em geral. Isso porque a taxa de lucro não necessariamente oscila na mesma toada da riqueza geral da sociedade. Para Adam Smith, o único interesse que move o negociante é o interesse pelo lucro, que o leva a se chocar contra os supostos ‘interesses gerais’. Maurice Dobb traça uma hipótese histórica sobre a posição surpreendente de Smith, que neste momento não sai em defesa da classe de negociantes: “Sua doutrina só pode ser apropriada, compreendida como reflexo de um período de transição, cujos problemas consistiam essencialmente em des-

bravar o terreno pra o investimento e a expansão industrial, que ele identificava com a supressão da regulamentação impeditiva e regionalmente protetora no interesse da concorrência acelerada e de mercados mais amplos”⁴⁶.

Ou seja, Smith não defende a classe negociante (historicamente determinada) e até mesmo a ataca alegando seu egoísmo intrínseco, porque em sua época ela é representada pelo modelo mercantilista, monopolista e pelas corporações de ofício regulamentadas. Smith, livre-cambista radical, defende que toda e qualquer regulamentação do comércio interfere na harmonia natural da oferta e da procura e empreende uma defesa da capitalização generalizada, da propriedade privada como único comando da sociedade. A defesa da livre concorrência feita por Smith não pode ser descontextualizada. Contudo, Marx responde ao raciocínio de Smith, que levanta a bandeira da livre concorrência contra o monopólio, tendo presenciado algumas das conseqüências concretas da economia política livre cambista no mundo industrial do século XIX: “A primeira supra-sunção do monopólio é sempre sua *universalização*, o alargamento de sua existência. A supra-sunção do monopólio que atingiu sua existência mais ampla e abrangente possível, é a sua completa aniquilação”⁴⁷. Quando a economia política do *laissez-faire* triunfou sobre o monopólio mercantilista, nada mais fez que universalizar a promessa do monopólio, democratizou supostamente o monopólio. E dessa forma, o desenvolveu ainda mais forte, porque a possibilidade do monopólio foi destituída de qualquer regulamento normativo externo às leis universais da propriedade privada (que por si mesma é o monopólio em sua manifestação indivisível). Do momento de universalização do monopólio, há que se passar para aniquilação de todo e qualquer monopólio: quando Marx o afirma, se refere, portanto, a abolição da propriedade privada.

Ricardo difere da afirmação de Smith sobre a renda da terra e pensa que os interesses do proprietário agrícola

são diferentes dos interesses gerais da sociedade, ou seja, os proprietários fundiários estão certamente dentro do jogo do egoísmo econômico. “A renda”, diz Ricardo, “é o efeito de um preço elevado e aquilo que o senhor da terra ganha desta maneira, ganha-o a custa da comunidade em geral”⁴⁸. Ricardo faz avançar a Economia Política quando identifica a produção agrária como potencial negócio capitalista, e assim vislumbra outra divisão social entre interesses particulares e interesses gerais, diferente daquela pensada por Smith. Assim, com Ricardo algumas percepções sobre a concorrência se alteram, mas não de forma substancial, porque não alteram a percepção da relação entre *trabalho* e *concorrência*. Critica Dobb: “A ‘magia’ da concorrência numa ‘sociedade bem ordenada’ assegura que cada homem trabalhe para os outros, enquanto crê que está trabalhando para si próprio”⁴⁹.

A economia nacional diz: a oferta e a procura sempre se provêm. Contudo diz também, por meio da teoria malthusiana da população, que a oferta de homens sempre excede a procura, ou seja, o desequilíbrio estrutura a produção da existência humana. Marx, junto com outros pensadores críticos de sua época, revoluciona a concepção da concorrência na economia política: “A produção, mediante a concorrência, só tem que se tornar mais omnilateral (*sic*), mais luxuosa (...) a produção de demanda útil produz população demasiado inútil (...) Desperdício e poupança, luxo e privação, riqueza e pobreza são iguais”⁵⁰. As três classes de Smith se convertem em duas classes para Marx, que, inspirado em Ricardo, analisa a capitalização da propriedade fundiária como transformação do rentista num capitalista agrário. Dessa forma, só resta um critério de cisão social: a propriedade privada. A propriedade privada produz um ciclo vicioso de concentração de riqueza e produção de pobreza⁵¹.

A disputa entre o latifúndio e a pequena propriedade é uma disputa essencialmente monopolista: o primeiro em nome da concentração, e a segunda em nome da uni-

versalização do monopólio. Na prática, a livre concorrência produz o monopólio. O monopólio não passa de uma das faces da propriedade privada, assim como a livre concorrência. A livre concorrência enquanto forma de acumulação sob domínio da propriedade privada, produz tanto o monopólio, quanto a carência. E “mesmo na situação da sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a conseqüência necessária para ele é, portanto, sobre-trabalho e morte prematura, descer à condição de máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicidade de uma parte dos trabalhadores”⁵².

A concorrência assume suas dimensões mais cruéis entre os trabalhadores, que são obrigados a concorrer entre si, numa guerra social contra homens e mulheres tão despossuídos quanto qualquer um. “O trabalhador não está de frente àquele que o emprega na posição de um livre vendedor... o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho, e o trabalhador é sempre forçado à vendê-lo”⁵³, diz Eugène Buret. É a ‘concorrência compulsória’ entre os trabalhadores uma chave econômica de compreensão das flutuações salariais e, portanto, da produção sistemática da pobreza. Além disso, a máquina concorre com o trabalhador, e quase sempre, sai vitoriosa. O progresso técnico incrementa a produtividade e os lucros, e massacra a situação do trabalhador sob desumanas condições. Ao contrário da teoria do progresso de Smith, portanto, a contradição de classe e o conflito social são estruturais da sociedade sob a livre concorrência e a produção de pobreza é essência econômica do regime da propriedade privada: “na sociedade em situação regressiva, miséria progressiva do trabalhador; na sociedade em situação progressiva, miséria complicada; na sociedade plena, miséria estacionária”⁵⁴. E se as particularidades do trabalho alteram o seu valor (o valor do salário) que responde a maior ou menor ‘qualificação’ do trabalho, ao contrário, as particularidades do capital quase sempre se abstraem nos

negócios gerais, e pouco ou nada alteram nas condições de lucros. A classe trabalhadora, na condição de despossuída, “tem sempre que sacrificar uma parte de si mesma, para não perecer totalmente”⁵⁵. Deduz-se um equívoco científico da máxima de Smith: correto seria afirmar ‘vícios privados, *miséria pública*’.

O cálculo de ‘riqueza nacional’ feito pelos economistas liberais é equivocado, para Marx, posto que mesmo se o rendimento médio de todas as classes sociais aumentar, isto também é matematicamente possível quando as diferenças e distâncias relativas dos rendimentos de cada classe social se tornam maiores. Quando a riqueza aumenta isso tanto pode ser fruto de uma apropriação mais intensiva dos recursos da natureza, de um aquecimento no comércio internacional, quanto pode ser fruto direto de um esmagamento dos salários feito pelo inchaço dos lucros. Com o desenvolvimento do movimento operário, esse hábito sistemático dos capitalistas reduzirem os salários em nome dos seus luxos não foi possível sob qualquer circunstância, e os trabalhadores resistiram a essa exploração deliberada com suas armas políticas de organização, apesar de terem acumulado tanto derrotas, quanto vitórias pelos seus direitos. Com essa revolucionária visão crítica sobre a economia política, Marx assume então, que existe uma única classe cujos interesses correspondem aos interesses históricos e humanos: a classe trabalhadora, despossuída, cuja finalidade de classe se identifica com o fim da exploração, e o fim da exploração corresponde ao fim da propriedade privada. Isso ocorre, pois o trabalhador é a negação da propriedade privada e “na economia nacional sob domínio da propriedade privada, o interesse que um indivíduo tem na sociedade está precisamente em relação inversa que a sociedade tem nele, tal como o interesse do agiota pelo perdulário não é, de maneira nenhuma, idêntico ao interesse do perdulário”⁵⁶. O trabalhador como negação da propriedade privada, pode encarnar a força social que

carrega os interesses substantivamente humanos.

Apesar desta nova concepção crítica sobre a divisão entre as classes sociais, cujo critério é a cisão social produzida pela propriedade privada, a concorrência interna dos capitalistas os dividiu em setores distintos da propriedade. A concorrência é o seu modo de vida. O industrial foi disputar o acesso à propriedade fundiária, para buscar matérias primas, e também investiu nos ramos do comércio que distribuíssem seu produto: acirrando-se a concorrência, formam-se enormes monopólios que funcionam como ‘estados menores’ dentro das nações. Já em 1844, havia na Inglaterra 15 mil trabalhadores sob o mesmo capitalista. A concorrência é o monopólio em movimento.

Durante as primeiras décadas de indústria esta concorrência entre propriedades se manifestou entre latifundiários e industriais. Essa disputa era parte de um processo histórico de substituição da propriedade fundiária tradicional pela propriedade privada capitalista.

VII. Propriedade fundiária como raiz da propriedade privada: o campo do capital

“A propriedade fundiária é a primeira forma da propriedade privada”, K. Marx

A propriedade fundiária foi o terreno mais duradouro da dominação social na era pré-capitalista. A relação do ser humano com o campo se alterou bruscamente com a formação da indústria no século XVIII e desde então se modifica aceleradamente. Por milênios, a vida humana teve como centro o ambiente rural. Esta relação se inverteu com o surgimento das grandes cidades, muito embora toda indústria dependesse do campo, para extrair matérias primas e

adquirir mão de obra. “As grandes cidades industriais perderiam, em pouco tempo, a sua população de trabalhadores, senão recebessem a cada instante dos campos vizinhos recrutamentos contínuos de homens sadios”⁵⁷, afirma Eugène Buret. A força da lógica industrial sobre o campo, e da extensão da propriedade privada como modo de apropriação e produção dominante, teve efeitos devastadores sobre as terras comunais, e produziu êxodos rurais sem precedentes. Marx define a propriedade fundiária: “o capital ainda acometido por preconceitos locais e políticos, ainda não regressado totalmente a si a partir de seu enredamento com o mundo, o capital ainda incompleto”⁵⁸. A origem da renda da terra se conecta ao processo de capitalização da propriedade fundiária, que envolve critérios de fertilidade, localização e técnicas produtivas. Mas, sobretudo, envolve o critério da mão de obra, e um novo conflito social estabelecido entre o proprietário e o não proprietário da terra. A raiz da propriedade privada é a propriedade fundiária, contudo a radicalização do poder da mercadoria agrária no sistema produz grande impacto no conjunto de relações tradicionais estabelecidas em torno dos domínios fundiários. Diz Marx: “a transformação da propriedade fundiária numa mercadoria é a ruína final da velha aristocracia e o aperfeiçoamento final da aristocracia do dinheiro”⁵⁹. Na propriedade feudal ou tradicional da terra, a relação político-jurídica com a terra produz uma aparência familiar entre o possuidor e a propriedade. A transformação da terra em uma mercadoria, que responde ao toque do dinheiro, a converte em mera riqueza coisal, despindo-a de qualquer coloração política, assim como no lugar “do casamento de honra com a terra se instala o casamento por interesse”⁶⁰.

A divisão da posse fundiária implica também na *promessa* de ‘universalização do monopólio’. Os conflitos entre a indústria e o latifúndio foram historicamente determinados por uma transição do sentido hereditário da propriedade da

terra ao sentido capitalista de apropriação. A oferta abundante de mão de obra urbana, decorrente da concentração fundiária, permitiu o crescimento industrial, já que a concorrência entre os trabalhadores gerou condições para baixos salários e lucros exorbitantes. O crescimento industrial foi tanto, que acirrou ainda mais a concorrência com a propriedade fundiária, deslocando a lógica industrial para o campo. Esse contexto mostra como as *diferenciações da propriedade privada*, apesar de distinguirem ramos produtivos e relações de produção, acabaram convergindo para um *modelo exclusivo de propriedade privada*, que responde somente pela sua própria existência enquanto propriedade privada e por suas leis de força e competição. Essa convergência foi em grande medida uma *necessidade* histórica, no entender de Marx: “sem capital, a propriedade fundiária seria matéria morta, sem valor. Seu triunfo civilizado seria, justamente, ter descoberto e criado no lugar da coisa morta, o trabalho humano como fonte de riqueza”⁶¹. A terra se torna um momento do capital.

A origem da polêmica Lei dos Cereais na Inglaterra do século XIX, que segrega industriais, em defesa de sua abolição, e latifundiários em defesa de sua permanência, é a condição objetiva da propriedade fundiária, carente de recursos reguladores para entrar na concorrência com a produção estrangeira e simultaneamente com a própria indústria nacional. Os subsídios à produção nacional de cereais e a proibição das importações destes alimentos, estabelecidos pela Lei dos Cereais, ao mesmo tempo em que protegia a produção agrária nacional, encarecia os produtos agrários para consumo industrial, gerando conflitos entre interesses exclusivamente econômicos. Trata-se de um grandioso momento de inflexão na luta de classe que afeta dois poderosos segmentos da elite, um em decadência e outro em ascensão: “Ao se recordarem de seu nascimento antagônico, sua procedência”, analisa Marx, “o proprietário fundiário sabe o capitalista como seu escravo insubordinado, liberto, enrique-

cido, de ontem, e vê a si mesmo como capitalista ameaçado por aquele”⁶². É um conflito da propriedade móvel com a propriedade imóvel, que se converte em conflito concorrencial da propriedade privada capitalista. A Lei dos Cereais expressa um exemplo de como “sob domínio da indústria, a propriedade fundiária só podia assegurar sua grandeza feudal mediante monopólios em face do estrangeiro, para assim se proteger das leis universais do comércio, que contradizem a sua essência feudal”⁶³. Marx afirma em 1844, que a grande posse fundiária da Inglaterra já possui caráter industrial, pois responde à lógica ‘renda máxima, lucro máximo, salário mínimo’. Assim, os trabalhadores rurais assumiriam a identidade do proletariado, e os grandes produtores rurais, a dos capitalistas, demonstrando novamente o fato de que a única cisão social que estrutura a sociedade burguesa é cisão da propriedade privada. Ou como afirmou Marx: “Entra, no lugar do provérbio medieval: nenhuma terra sem senhor, o provérbio moderno: *o dinheiro não tem dono*”⁶⁴. A propriedade feudal dividida pela propriedade capitalista, logo alcança novamente o estatuto de monopólio pela via capitalista da livre concorrência: a concentração agrária e o latifúndio triunfam sobre a pequena propriedade. O senhor da terra se transforma em senhor da indústria. Pouco ou nada sobra da vida humana para além da propriedade privada capitalista, do dinheiro sem dono. O que resta é necessariamente a degradação social, a marginalidade crônica, a carência transformada em um sistema.

* * *

A inflexão da crítica da Filosofia do Direito à crítica da Economia Política aponta também para a propriedade privada como entrave do desenvolvimento das forças produtivas. O conceito de *crise* de Marx, sustentado pela noção materialista histórica da propriedade privada, é elaborado algum tempo depois de 1844. Contudo, a necessidade de *abolição* da

propriedade privada já está em evidência em 1844.

Nos Manuscritos há certamente uma visão inicial da insolubilidade da contradição entre capital e trabalho, pois tanto o ‘direito universal à propriedade’ (como elaborou Hegel e seus seguidores), quanto a ‘igualdade dos salários’ (saída proudhoniana), são caminhos rejeitados por Marx para solução teórica e prática da cisão social irremediável. A propriedade privada, como trabalho estranhado e como vida humana exteriorizada, deve ser *completamente* abolida, assim como sua lógica salarial deve ser abolida, pois só isso pode realizar a abolição da apropriação da vida humana, o fim do sistema de carências. A propriedade privada, para Marx, constitui uma necessidade histórica, tanto quanto sua abolição completa: “No fato de que divisão do trabalho e troca serem figuras da propriedade privada, justamente nisso, repousa a dupla demonstração, tanto de que a vida humana necessitou da propriedade privada para sua efetivação, como por outro lado, de que ela agora necessita da supra-sunção da propriedade privada”⁶⁵. Assim, se materializa a dialética: através da crítica da Economia Política.

No universo burguês tudo pode ser permanentemente revolucionado, desde que a propriedade privada se mantenha como estaca intransigente no modo de produção. Nos Manuscritos de 1844, essa percepção se consolida: “Somente a propriedade privada, a partir do seu surgimento, pode exercer o seu pleno domínio sobre o homem e tornar-se, na forma mais universal, um poder histórico-mundial”⁶⁶. Somente a sua abolição poderia, portanto, emancipar historicamente a *totalidade concreta* das sociedades humanas.

NOTAS

- 1 - Extraído de MANDEL, Ernest. A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx. (p. 16)

- 2 - MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, A Questão Judaica (p. 23 e 24)
- 3 - Idem (p. 27)
- 4 - Ibidem (p. 35)
- 5 - Extraído de MARX, Karl, A Questão Judaica (p. 42)
- 6 - Idem (p. 42)
- 7 - Ibidem (p. 43)
- 8 - Extraído de LOSURDO, Domenico, Hegel, Marx e a Tradição Liberal. Liberdade, Igualdade, Estado (p 121)
- 9 - MARX, Karl, A Questão Judaica (p.42)
- 10 - Idem (p. 99)
- 11 - HEGEL, G. W. Friedrich, “A Sociedade Civil”. IN: Textos Didáticos. (p. 25)
- 12 - HEGEL, G. W. Friedrich, Princípios da Filosofia do Direito. (p. 47) – grifados por mim os conceitos mais densos articulados pelo filósofo na afirmação.
- 13 - Idem. (p. 49)
- 14 - Ibidem. (p. 46)
- 15 - Ibidem. (p. 58 e 59) – grifo meu
- 16 - Ibidem. (p. 78)
- 17 - Ibidem. (p. 73)
- 18 - Ibidem. (p. 46) – grifo meu. Marx concebe que a universalização da propriedade privada somente ocorre como promessa permanente de universalização, e constitui um momento aparentemente não monopolista do monopólio, que conduz ao monopólio. Ver parte VI.

- 19 - Ibidem. (p. 50)
- 20 - Ibidem. (p. 51)
- 21 - SMITH, Adam, Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. (p. 51)
- 22 - Extraído de DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p. 57) – grifo meu.
- 23 - Expressão c ebre usada por Marx em carta a Engels.
- 24 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 83)
- 25 - Idem. (p. 86)
- 26 - Ibidem. (p. 36)
- 27 - Ibidem. (p. 99). – grifo meu. A Economia Política clássica é denominada por Marx de Economia-Nacional nos Manuscritos.
- 28 - Ibidem. (p. 99-100)
- 29 - SMITH, Adam, Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.(p 77).
- 30 - Idem. (p. 78 e 79) – grifo meu. Marx ao estudar este trecho de Smith afirma que um mérito do autor é ter percebido a mudanç a histórica do valor-trabalho de sociedades sem acumulação de bens e apropriação da terra para sociedades propriamente capitalistas. Isso o levou à percepção correta de quem de fato se apropria do trabalho produtivo em cada momento histórico.
- 31 - Citado em DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p. 64)
- 32 - SMITH, Adam, Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Nos Cap. 5, 6 e 7 são definidos os conceitos de valor de uso e valor de troca.

- 33 - Citado em DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p 65) – grifo meu.
- 34 - Idem. (p. 71)
- 35 - Ibidem (92) Desta afirmação pode-se deduzir duas hipóteses: Lucros = Produção – Salários (diferença) ou Lucros = Produção ÷ Salários (proporção).
- 36 - DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p. 95)
- 37 - Idem. (p. 98)
- 38 - ENGELS, Friedrich, A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. (p. 318) Engels descreve a situação dos trabalhadores nas “casas de trabalho” instituídas pela nova Lei dos Pobres da p. 316 até p. 324.
- 39 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos.
- 40 - Idem. (p. 79)
- 41 - Ibidem. (p. 88)
- 42 - DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p. 110)
- 43 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 156) – grifo meu.
- 44 - Idem. (p. 45). Daí se deduz também uma das contradições irreconciliáveis entre Capital e Trabalho no mundo social, qual seja, a de que só o trabalho vivo produz valor novo para alimentar o capital, e contudo o capital se organiza pela tendência de expulsão do trabalho vivo do processo de produção. Desenvolvida em detalhes n’O Capital como uma das causas das crises.
- 45 - Ibidem. (p. 52) Segundo A. Smith: Capital circulante: capital aplicado na produção dos meios de vida, manufatura ou comércio. Só proporciona lucro por meio da circulação ou da sucessiva transformação (em matérias-

primas, dinheiro, etc). Capital Fixo: capital empregado no melhoramento de terras, na compra de máquinas, instrumentos, ferramentas, etc.

- 46 - DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p. 76)
- 47 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 76) – grifo meu.
- 48 - Citado em DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p. 96, Nota **)
- 49 - DOBB, Maurice, Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. (p. 59)
- 50 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 142)
- 51 - A concorrência entre os capitalistas gera aumento da concentração de capitais, arruinando pequenos capitalistas e despejando-os na concorrência do mercado de trabalho, aumentando os números de trabalhadores disponíveis, aumenta a concorrência entre estes trabalhadores, diminuindo salários, aumentando os lucros e, portanto, aumentando a concentração de capitais, que tendem ao monopólio.
- 52 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 27)
- 53 - Extraído de MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 36)
- 54 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 28)
- 55 - Idem. (p. 25)
- 56 - Ibidem. (p. 70)
- 57 - Extraído de MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 38)

- 58 - MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. (p. 97)
- 59 - Idem. (p. 74)
- 60 - Ibidem. (p. 75)
- 61 - Ibidem. (p. 97)
- 62 - Ibidem. (p. 95)
- 63 - Ibidem. (p. 77)
- 64 - Ibidem. (p. 75) – grifo meu.
- 65 - Ibidem. (p. 156) – grifo meu.
- 66 - Ibidem. (p. 102)

BIBLIOGRAFIA

- DOBB, Mauric e. Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. Trad.: Álvaro de Figueiredo, Ed. Presença, Lisboa, 1973
- ENGELS, Friedrich. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Trad.: B. A. Schumann, Ed. Boitempo, São Paulo, 2008
- A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Global Editora, São Paulo, 1984
- GRESPLAN, Jorge. A Dialética do Averso. Artigo publicado na Revista Crítica Marxista Nº 14, CEMARX, IFCH-Unicamp, 2002
- HEGEL, G. W. Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. Trad.: Orlando Vitorino, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1997

- “A Sociedade Civil”. IN: Textos Didáticos.
Trad.: Marcos Lutz Müller, Publicação IFCH/UNI-
CAMP, Campinas, 2000
- LOSURDO, Domenico, Hegel, Marx e a Tradição Liberal.
Liberdade, Igualdade, Estado. Trad: Carlos Alberto Fer-
nando Nicola Dastoli, Ed. Unesp, 1998
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Trad.: Je-
sus Ranieri, Ed. Boitempo, São Paulo, 2004
- Contribuição à Crítica da Economia Política - Pre-
fácio de 1859. Trad: Maria Helena Barreiro Alves. Ed.
Martins Fontes, São Paulo, 2003
- A Questão Judaica. Ed. Laemmert, Rio de Janeiro,
1969
- O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I,
O Processo de Produção do Capital. Vol.1 e Vol. 2, Trad:
Reginaldo Sant’Anna, Ed. Civilização Brasileira, 23a ed.,
Rio de Janeiro, 2006
- “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de
Hegel”, IN. A Questão Judaica. Ed. Laemmert, Rio de
Janeiro, 1969
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, A Ideologia Alemã.
Trad: José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira, Ed.
Grijalbo, 1977
- MANDEL, Ernest. A Formação do Pensamento Econômico
de Karl Marx – de 1843 até a redação de O Capital. Trad.
Carlos Henrique de Escobar, Ed. Zahar, Rio de Janeiro,
1968
- SMITH, Adam. Investigação sobre a Natureza e as Causas da
Riqueza das Nações. Trad: Luiz João Baraúna, Col: Os
Economistas. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1985



Mao Tse-Tung

60 anos da Revolução Chinesa e 50 anos da Revolução Cubana: **Revolução e Libertação Nacional**

José Rodrigues Mão Jr.
Doutor em História (USP)
e professor do Instituto Federal
de Ensino Superior de Cubatão

A Revolução Russa: matriz ideológica dos movimentos de Libertação Nacional do Século XX.

Em 2009 completam-se cinco décadas do triunfo da Revolução Cubana e seis da Revolução Chinesa. Para o historiador, este distanciamento temporal de cerca de meio século do triunfo destes movimentos nos permite realizar reflexões mais completas.

Embora estas duas Revoluções tenham ocorrido em sociedades completamente distintas e em diferentes continentes. Indiscutivelmente estes dois processos revolucionários inscreveram-se dentro de um movimento revolucionário mais amplo, marcado pela resistência dos povos oprimidos

da Ásia, África e América Latina diante do Imperialismo, e tiveram como guia e inspiração, a grande Revolução Russa de Outubro de 1917.

O gigantesco Império Russo do tempo dos Czares não era apenas um Estado multinacional situado em dois continentes (Europa e Ásia): era também uma sociedade dual, onde “ilhas” de rápida modernização industrial conviviam com um vasto, atrasado e subdesenvolvido interior agrário. Surpreendentemente ainda no início século XX, a frágil estabilidade política do Império era garantida por um regime com claras características absolutistas.

Vítima de suas contradições internas, agravadas pela crise decorrente de sua desastrosa participação na I Guerra Mundial, o regime czarista ruiu estrepitosamente. Mas o que se consolidou não foi um regime democrático-burguês que se tentou estabelecer a partir a Revolução de Fevereiro de 1917. O caráter autocrático do czarismo havia impedido a formação de uma classe burguesa poderosa e politicamente independente, capaz de cumprir o seu papel histórico e levar adiante uma revolução burguesa. Diante da clara debilidade política da burguesia russa, o poder escapou-lhe às mãos em Outubro daquele mesmo ano. Em meio ao mais completo caos político-institucional, o apoio da massa de camponeses, operários, soldados e marinheiros deslocou-se para a única força política capaz de empalmar o poder: o Partido Bolchevique.

Após assumir o poder, os bolcheviques tiveram que enfrentar uma terrível Guerra Civil que se estendeu até 1920, contra as tropas contra-revolucionárias do “Exército Branco”, apoiado por tropas britânicas, francesas, estadunidenses, japonesas, polonesas, sérvias, gregas e romenas. No momento mais desesperador desta guerra, os bolcheviques chegaram a controlar apenas uma estreita franja de terra – sem saída para o mar – no centro e norte da Rússia. A vitória do “Exército Vermelho” somente foi possível em

decorrência do apaixonado apoio das massas de camponeses e operários à causa bolchevique.

Consolidados no poder após a vitória na Guerra Civil, os comunistas russos assumem uma tarefa ainda mais assombrosa: reconstruir e modernizar um país economicamente atrasado, predominantemente agrário e destruído pela guerra. A burguesia russa havia sido incapaz de cumprir o seu papel histórico e desenvolver plenamente as forças produtivas de seu país. Agora, paradoxalmente, uma outra classe social teve de incumbir-se das tarefas não realizadas pela burguesia.

O rubro eco da Revolução Bolchevique e da conseqüente formação do primeiro Estado Operário – a URSS – alcançou os trabalhadores de todo o mundo. O caráter dual da antiga sociedade russa, ao mesmo tempo européia e asiática, desenvolvida e atrasada, colonialista e colonial, contribuiu para que o exemplo da revolução ocorrida naquele país influenciasse tanto a classe trabalhadora dos países capitalistas avançados, quanto à dos povos coloniais. No que tange a estes últimos, a ampla divulgação dos escritos teóricos dos bolcheviques, particularmente a apaixonada defesa de Lênin quanto ao direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas, além da obra “O Imperialismo: fase superior do capitalismo”, forneceu parte do instrumental teórico básico para os nascentes movimentos de libertação nacional da Ásia, África e América Latina.

Entretanto, o mais impressionante aos olhos do resto do mundo foi o estrondoso sucesso dos comunistas soviéticos na área econômica. Entre 1929 e 1940 o volume da produção industrial soviética praticamente triplicou. Em 1913 a Rússia produzia em torno de 3,6% da produção industrial do mundo. Em 1929 a URSS produzia aproximadamente 5%, e em 1938, 18%. É importante destacar ainda que esta acelerada expansão da economia soviética ocorreu justamente quando o mundo capitalista vivia o grave período

de depressão econômica após 1929. Para grande parte dos observadores da época, o modelo soviético de Economia Planificada parecia ser uma forma superior de gestão econômica e, sobretudo, particularmente indicado para o rápido desenvolvimento industrial de economias de países atrasados.

Após da fundação da III Internacional Comunista (Komintern) em 1919, o modelo de organização dos bolcheviques passou a ser a inspiração da maior parte dos revolucionários de todo o mundo. Foram fundados Partidos Comunistas na maior parte dos países. Surgiu um novo tipo de militância revolucionária. Em uma guerra de vida e morte entre o socialismo e o capitalismo só haveria lugar para “soldados”, ou em outras palavras, para militantes profundamente disciplinados, leais e devotados à causa revolucionária, aquilo que Lênin muito bem definiu como os “mortos sob licença”.

Desta forma, a Revolução Bolchevique forneceu não apenas a ideologia, mas também uma nova forma de organização revolucionária e um novo modelo de sociedade a ser construída.

A Revolução Chinesa e o restabelecimento do Tiang Ming.

A maior e mais bem estruturada sociedade da antiguidade teve a sua estabilidade social abalada diante da penetração comercial da Europa no século XIX. Nos dizeres de Marx e Engels: os “preços baixíssimos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas chinesas”¹.

Para romper a obstinada resistência do Imperador em fazer concessões comerciais aos britânicos, estes recorreram ao contrabando de uma mercadoria que tinha grande aceitação no mercado chinês: o ópio. O tráfico de ópio funcionou como ponta de lança, atrás da qual seguiam as de-

mais mercadorias industrializadas do ocidente. Observado os malefícios que tal mercadoria produzia em sua população, tropas imperiais atacaram navios britânicos e jogaram o carregamento de ópio no mar.

O Governo britânico, indignado com este atentado à liberdade de comércio (o direito de traficar drogas livremente), entrou em conflito com a China. Ocorreu então a Primeira Guerra do Ópio (1839-42). Esta primeira derrota militar do Império chinês foi secundada por inúmeras outras, entre elas a Segunda Guerra do Ópio (1856-60), a Russo-Chinesa de 1858, a Franco-Chinesa (1884-85), a Sino-Japonesa de 1894-95 e a Sino-Alemã de 1898. O Império Chinês foi obrigado a aceitar uma série de concessões financeiras e territoriais, praticamente cedendo aos estrangeiros a soberania das regiões mais ricas da China. Rapidamente a china foi transformada em um satélite do mundo industrial.

Deve-se perguntar, entretanto, como foi possível um relativamente modesto efetivo de canhoneiras e de tropas estrangeiras conseguir submeter o grande Império Chinês, que contava com cerca de um quinto da população da terra. A resposta deve ser procurada nas vastas e populosas áreas rurais da China.

A ética do confucionismo garantia a legitimidade do poder imperial. Segundo esta ética, o Imperador era detentor do Mandato Celestial (Tiang Ming). Entretanto, se o Imperador se mostrasse inepto, os Céus lhe retirariam o poder, ocorrendo então a Ruptura do Mandato Celestial (Ge Ming). Segundo a lógica confuciana o Ge Ming era prenunciado por “sinais”, tais como prodígios no céu, catástrofes climáticas, corrupção na burocracia e agitação agrária. Destes “sinais” devemos nos ater ao que nos parece mais importante: a agitação agrária.

A história da China foi profundamente marcada por constantes rebeliões camponesas. Em alguns casos excep-

cionais estas rebeliões conseguiram derrubar o poder imperial. Não obstante, a queda de uma dinastia jamais significou o fim do sistema imperial. Uma vez deposto o Imperador, constituía-se uma nova dinastia, não raro fundada a partir do principal líder da rebelião. Desta forma, as rebeliões camponesas, longe de ameaçar a tradicional sociedade chinesa, estavam perfeitamente integradas a ela. Serviam para depor um Imperador inepto e alçar ao poder um novo, que restabelecesse os benefícios do Mandato Celestial.

A penetração comercial européia rompeu a frágil estabilidade social no campo. A produção artesanal entrou em declínio diante da concorrência dos produtos industrializados, e as indenizações de guerra pagas pelo Império aos estrangeiros significaram um contínuo aumento de impostos. Além disto, as novas necessidades de consumo por parte da elite chinesa somente poderiam ser satisfeitas mediante o aumento da exploração do campesinato. Conseqüentemente, a penetração comercial estrangeira na China coincidiu com uma série de rebeliões camponesas. A maior delas foi a Rebelião Taiping (1850-66), que chegou a controlar cerca de metade do território chinês, estabelecendo um “Reino Celestial de Paz Universal” com a capital em Nanquim.

Visto por este prisma podemos perceber que o Imperador estava diante de dois inimigos: de um lado os “diabos estrangeiros” e de outro o seu próprio povo. Não é difícil perceber que o perigo mais iminente eram as rebeliões camponesas que se alastravam pelo Império. Em face deste quadro, o Imperador adotou uma política de capitulação em relação às potências estrangeiras para ter as mãos livres para reprimir a agitação interna. Deve se destacar ainda que a Rebelião Taiping foi sufocada a custa de cerca de 20 milhões de mortos.

A crise do Império chinês do século XIX teve o seu epílogo em 1911. Neste ano ocorreu uma Ge Míng singular, que não inaugurou uma nova dinastia, mas sim uma

República. Este movimento expressava os anseios de uma nascente intelectualidade urbana que propugnava a modernização da China em termos ocidentais. Era liderado pelo Partido Nacionalista da China (Kuomintang), e tinha como principal liderança política o médico Sun Yat-Sen.

Entretanto, a República Chinesa teve curta duração. Em 1913 o general Yuan Shikai perpetrou um golpe de Estado que pôs fim a esta experiência Republicana. A partir de então, o poder se fragmentou na China, que passou a ser governada pelos Senhores da Guerra, chefes militares com poderes políticos locais.

Em 1919, Sun Yat-Sen retornou do exílio, reorganizou o Kuomintang e fundou a República do Sul da China em 1921, com capital em Cantão. Tinha como estrela polar de sua política, a aliança com a URSS, o modelo de modernização a ser seguido. Por este motivo aliou-se ao recém-fundado Partido Comunista da China (Kung Chan Tang). Liderou a primeira fase da Guerra Civil Revolucionária (1924-27), contra os Senhores da Guerra, com o intuito de reunificar a China.

Sun Yat-Sen morreu em 1925, sendo sucedido pelo general Chiang Kai-Shek, que tinha estreitas relações não só com a alta burguesia chinesa, mas também com o Governo dos EUA. Ambos, por óbvios motivos, não viam com bons olhos a aliança do Kuomintang com os comunistas. Em 1927, uma vez vencidos os Senhores da Guerra, Chiang Kai-Shek rompeu a aliança com o Partido Comunista, assassinando mais de 5 mil militantes em Xangai (alguns foram atirados vivos em caldeiras de locomotivas). A ruptura entre o Kuomintang e os comunistas marcou o início de uma Segunda Guerra Civil Revolucionária (1927-37).

Nesta época, Mao Tse-Tung dirigia uma escola de quadros para o movimento camponês no sul da China. Ainda no final de 1927, organizou um levante em Hunan,

duramente reprimido pelas tropas do Kuomintang. Refugiou-se nas montanhas de Jinggang, próximas a província de Jiangxi, onde conseguiu agrupar as tropas fiéis aos comunistas, organizando os Soviets de Jiangxi.

Expulsos das cidades, os comunistas estabelecem profundos laços políticos com o campesinato. Os Soviets de Jiangxi passaram a ser o centro da resistência comunista, e conferiram a Mao Tse-Tung uma posição de destaque. Entretanto as bases comunistas em Jiangxi estavam sob constante fogo inimigo. Suportaram quatro campanhas de cerco e aniquilamento movidas pelas tropas do Kuomintang. Em 1934 foi organizada uma quinta campanha, com mais de um milhão de soldados apoiados por artilharia e aeronaves. Diante desta ofensiva, não restou outra alternativa à liderança comunista senão a de efetuar uma retirada estratégica. Este episódio ficou conhecido como A Longa Marcha, uma retirada de cerca de 10 mil quilômetros até o noroeste da China, efetuada sob a perseguição e fogo inimigo. Dos aproximadamente 100 mil soldados vermelhos que iniciaram a marcha, somente cerca de 9 mil conseguiram atingir Yan'nam um ano depois.

O Japão, que já ocupava o norte da China (Manchúria) desde 1931, iniciou a invasão da maior parte do restante do território chinês em 1937. Iniciou-se assim uma nova fase da história chinesa: a de Guerra de Resistência contra o Japão (1937-45). A atitude das tropas do Kuomintang e as dos comunistas em face desta invasão foram diametralmente opostas. Enquanto o Exército Popular de Libertação (comunista) sustentava uma decidida resistência ao invasor sob a forma de guerra de guerrilhas, o exército do Kuomintang assumia uma postura contemplativa ou até mesmo de colaboração diante dos japoneses. Esta atitude refletia os interesses da classe dominante chinesa, que preferia o domínio japonês aos comunistas. A partir de então, aos olhos do povo, os comunistas passaram a ser vis-

tos como os mais verazes defensores da nação chinesa, e o termo Hanjan – traidor da China – deixou de ter uma conotação exclusivamente patriótica, passando a ter também um sentido de classe.

Com a retirada japonesa após o final da II Guerra Mundial, se estabeleceu um vácuo político que foi rapidamente preenchido pelos exércitos do Kuomintang (que ocuparam todas as cidades) e o Exército Popular de Libertação (que controlava a maior parte das áreas rurais). Tentou-se a formação de um Governo de coalizão, que fracassou devido às exigências feitas pelo Kuomintang de que os comunistas entregassem as armas. A vívida lembrança do massacre de Xangai impediu que os comunistas cometessem tal loucura, o que certamente equivaleria a um suicídio. Em função deste impasse a China mergulhou numa Terceira Guerra Civil Revolucionária (1945-49).

Os comunistas, fortalecidos pela sua brilhante atuação na II Guerra Mundial, rapidamente consolidaram o controle das áreas rurais, colocando a maioria das cidades chinesas sob cerco. Com o tempo este cerco foi se apertando e nas principais cidades chinesas começaram a ocorrer constantes agitações operárias e estudantis. Paulatinamente as cidades chinesas vão caindo nas mãos dos comunistas e Chiang Kai-Shek fugiu para a Ilha de Taiwan.

Em Primeiro de Outubro de 1949 as tropas do Exército Popular de Libertação marcharam vitoriosas. Neste mesmo dia o camarada Mao Tsé-Tung proclamou a fundação da República Popular da China. Mais de um século transcorreu desde que as antigas estruturas do sistema imperial entraram em crise diante da penetração estrangeira. Muitas décadas se passaram desde que o Império ruiu e mergulhou a China no mais completo caos e guerra civil. Muitos anos se passaram sem que a China tivesse um Governo que exercesse a soberania sobre todo o seu território.

Pela primeira vez depois de muitas décadas, o Tiang Ming estava restabelecido. Mas diferentemente dos governos anteriores, não eram os mandarins imperiais ou títeres de potências estrangeiras que governavam: agora quem estava no poder era o povo.

O triunfo da Revolução Cubana.

Cuba, 1º de janeiro de 1959. Colunas do Ejército Rebelde comandadas por Camilo Cienfuegos e Che Guevara avançaram rumo a Havana após conquistar a cidade de Santa Clara, na região central da Ilha. O ditador Fulgencio Batista, fugiu do país com as malas devidamente recheadas de dólares, enquanto um general anti-batistiano – Eulogio Cantillo – intentava um golpe militar. A manobra deste último era astuciosa: pretendia ocupar o vácuo político-institucional decorrente do colapso do regime e impedir a tomada do poder pelos revolucionários.

Naquele momento, Fidel Castro, o Comandante em Chefe do Ejército Rebelde, que recentemente havia conquistado a cidade de Palma de Soriano, mantinha Santiago de Cuba sob cerco. Ao inteirar-se dos acontecimentos, Fidel, através da Rádio Rebelde, lançou uma proclamação convocando o povo cubano a uma greve geral revolucionária. O povo aderiu entusiasticamente ao chamado, lançando-se às ruas, assaltando os corpos repressivos, detendo torturadores. Naquele dia, o povo converteu-se num gigantesco exército e ator decisivo do triunfo revolucionário.

Historicamente, esta data se diferenciou de um outro evento que havia ocorrido em Cuba há exatos 60 anos. No dia 1º de janeiro de 1899, Cuba tornou-se independente. Entretanto, sobre as antigas fortalezas espanholas não foram hasteadas as bandeiras cubanas, mas a temível bandeira de listras e estrelas dos EUA.

Nenhum povo do continente americano lutou por sua independência em condições tão difíceis quanto o povo cubano. Foram duas guerras de independência: a Guerra dos Diez Años (1868-1878), e a Segunda Guerra de Independência (1895-98). Neste último conflito, morreram cerca de 80 mil soldados espanhóis e cerca de 400 mil cubanos. Tendo em vista que a população cubana era estimada em torno de 1,5 milhão de habitantes, poderíamos afirmar que esta guerra foi o Vietnã do século XIX, segundo expressão de Fidel Castro.

Em 1898, quando as tropas independentistas cubanas praticamente já controlavam a maior parte das áreas rurais de Cuba, os EUA intervieram no conflito – supostamente para “ajudar os cubanos” – e de maneira oportunista se apoderaram do país. O primeiro Governo “cubano” foi o da intervenção militar estadunidense que perdurou até 1902.

Durante o Gobierno Militar do EUA, foram criados a maioria dos mecanismos institucionais e econômicos que garantiram o domínio neocolonial sobre Cuba. Como anexo a Constituição cubana, foi imposta a Enmienda Platt, que dava o direito aos estadunidenses intervirem militarmente na Ilha, e ainda o direito a uma base naval em Guantánamo. O Gobierno Militar inaugurou também a corrupção e a fraude eleitoral em Cuba para eleger alguém de confiança como Presidente. Tratava-se de Tomás Estrada Palma, que tinha dupla cidadania e foi eleito sem sequer estar em território cubano.

A história política de Cuba na primeira metade do século XX pode ser resumida, a grosso modo, numa sucessão de governos oligárquicos, permeados por ditaduras e intervenções militares dos EUA. Entretanto, o principal mecanismo de sujeição de Cuba ao imperialismo não era o militar, mas o econômico.

Ainda no século XIX, os interesses da burguesia açucareira cubana e de empresas estadunidenses se entrelaçavam. Esta situação aprofundou-se durante o Gobierno

Militar que, através de Ordens Militares, expropriou terras de grande parte do campesinato. Desta forma empresas dos EUA – e também latifundiários cubanos – se apropriaram de vastas extensões de Cuba. Mecanismos comerciais e alfandegários garantiam vantagens para o açúcar produzido em Cuba no mercado estadunidense. Desta situação se beneficiavam principalmente as empresas estadunidenses estabelecidas na Ilha, mas também, na qualidade de sócios menores, a burguesia açucareira cubana.

Dentro deste quadro, a possibilidade de realização de lucros por parte do setor mais poderoso da burguesia cubana, estava atrelado a manutenção dos mecanismos de sujeição política e econômica em relação aos EUA. Em troca da garantia para o açúcar cubano no mercado estadunidense, o Governo cubano teve que fazer uma série de concessões que obstaculizaram o desenvolvimento de outras áreas da economia. Crescentemente Cuba tornou-se um país monoprodutor de açúcar, que exportava para um único mercado: os EUA.

Em relação às camadas médias urbanas, esta deformação da economia reduzia as suas possibilidades de ascensão, ou até mesmo de manutenção de seu status quo. Por parte do proletariado (em grande parte rural), o caráter sazonal da economia açucareira limitava o acesso a empregos estáveis. Quanto ao campesinato, este era crescentemente vítima de expulsões de suas terras, para dar espaço ao constante avanço dos latifúndios para novas áreas de cultivo.

Diante da postura neocolonial da classe dominante cubana, não é de se estranhar que a bandeira de luta pela emancipação nacional acabasse empalmada pelos setores descontentes da sociedade cubana. Cedo o proletariado cubano soube vincular a luta pela emancipação social à luta pela emancipação nacional. O Partido Comunista de Cuba soube incorporar estas duas dimensões da luta desde a sua fundação em 1925. Rapidamente colheu os seus frutos: an-

tes da Revolução, tornou-se o terceiro maior Partido Comunista do continente.

Em 1952, Cuba estava submetida a uma nova ditadura. No ano seguinte, um grupo de jovens, determinados a enfrentar a tirania com armas em punho, tentou tomar o Quartel Moncada, em Santiago de Cuba. A operação fracassou, alguns dos jovens caíram em combate, e muitos outros foram assassinados após a captura. Os que sobreviveram foram presos, julgados e sentenciados. Mais tarde foram anistiados e reagrupados no exílio em terras mexicanas. Ainda no México, o médico argentino Che Guevara incorporou-se ao grupo liderado por Fidel Castro, cujo objetivo era desembarcar em Cuba e reiniciar a luta contra a ditadura de Fulgencio Batista.

No México, em 25 de novembro de 1956, 82 expedicionários embarcaram no iate Granma – de apenas 12,5 metros de comprimento. Desembarcam em Cuba no dia 2 de Dezembro. Depois de um primeiro combate desfavorável, o grupo foi reduzido a cerca de 15 homens dispersos, alguns desarmados, outros feridos. Não obstante, a região do desembarque ocorreu próximo a região da Sierra Maestra, na região oriental da Ilha, onde existia um mobilizado campesinato que resistia à geofagia dos latifundiários. Os sobreviventes do Granma foram acolhidos no seio desta população camponesa, protegidos e alimentados. A partir deste pequeno grupo de sobreviventes, e com a incorporação de camponeses da região, rapidamente se desenvolveu uma guerrilha na Sierra Maesta. Surgiu assim, o Ejército Rebelde.

Depois de algumas vitoriosas escaramuças iniciais, o Ejército Rebelde cresceu em número, a ponto de criar um território livre na Sierra. No início de 1958, a guerrilha contava com um efetivo de aproximadamente 300 homens. O ditador Fulgencio Batista, com intuito de esmagar o movimento, organizou uma ofensiva de cerco e aniquilamento em maio

daquele ano. Esta ofensiva contava com cerca de 10 mil homens, apoiados por artilharia, blindados e aeronaves. Durante os 76 dias desta ofensiva, combateu-se com ferocidade, e surpreendentemente, para completa desmoralização do regime de Batista, o Ejército Rebelde saiu-se vitorioso.

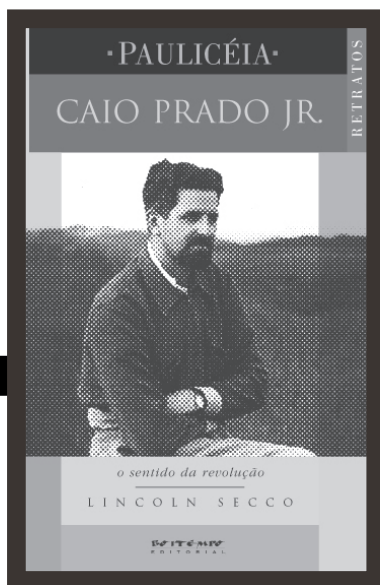
A partir de então, a guerrilha passou a atuar fora de suas bases na Sierra, colocando sempre as forças repressivas em xeque. Alguns meses mais tarde, o ditador, totalmente desmoralizado, fugiu do país em 1º de janeiro de 1959.

No dia seguinte, Fidel Castro à frente da Coluna nº 1 marchou pelas ruas de Santiago de Cuba, ocupando simbolicamente o Quartel Moncada, local onde havia desfechado a sua primeira ação em 1953. Naquela noite, em meio ao júbilo popular, fez o seu primeiro discurso após a queda de Batista. Neste discurso, além de referências históricas sobre as duas datas, 1º de janeiro de 1899 e de 1959, Fidel também se referiu ao inevitável conflito com os EUA:

“Desta vez não se frustrará a Revolução. Desta vez, para sorte de Cuba, a Revolução chegará de verdade até o final; não será como em 1895, quando vieram os americanos e fizeram-se donos do país; intervieram na última hora e depois nem sequer a Calixto García, que havia lutado por 30 anos, deixaram entrar em Santiago de Cuba; ... Nem Ladrões, nem traidores, nem intervencionistas, desta vez sim, é uma Revolução ...”

NOTA

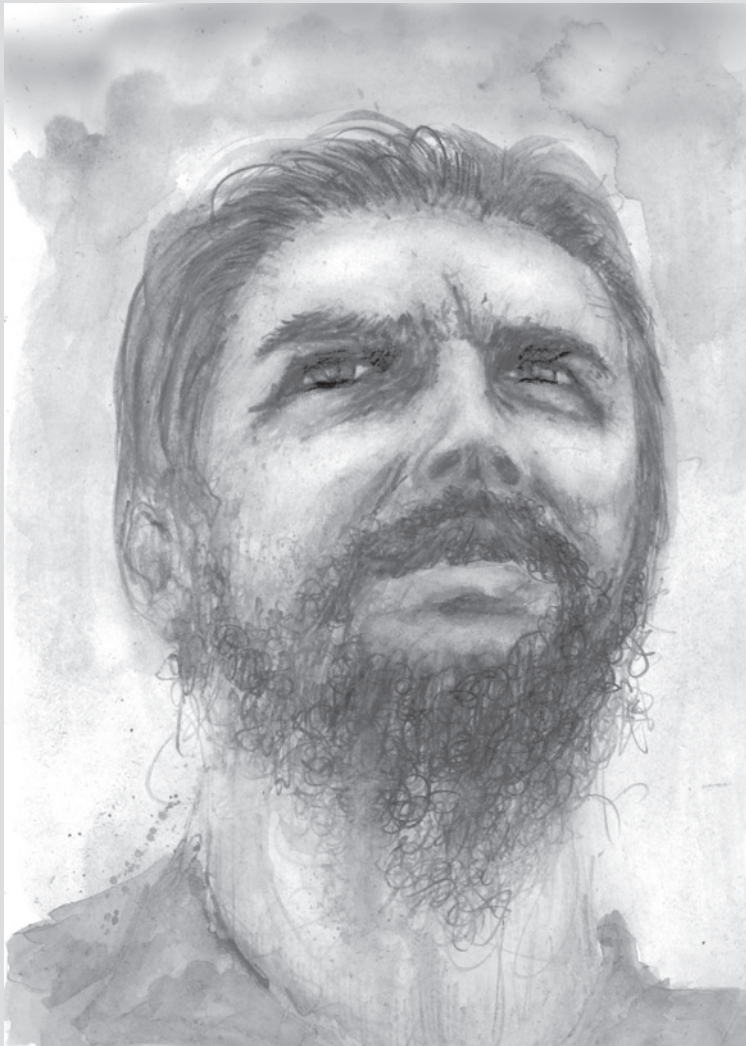
MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. Lisboa: Avante, 1984, 2 ed., p. 64.



Caio Prado Júnior - o sentido da revolução Lincoln Secco

“Não se trata apenas de mais um livro sobre Caio Prado Jr. O leitor encontrará aqui uma bem sucedida biografia intelectual de um autor que se recusou terminantemente a separar sua vida da obra. Seguindo o modelo dos livros clássicos de Franz Mehring e Gustav Mayer — biógrafos respectivamente de Marx e de Engels —, Lincoln Secco reconstitui tanto a vida pessoal, a militância comunista e a trajetória política de Caio Prado como a gênese, a inserção cultural e a recepção de seus textos principais e do conjunto de seus livros. O perfil que se delinea não é o de um intérprete defasado e datado do Brasil, tampouco o de um precursor do rigor científico das monografias especializadas da cultura universitária, mas a figura ímpar de um marxista brasileiro, com sua heterodoxia e seu esforço para oxigenar a teoria e a prática de um PCB fossilizado pelo positivismo tenentista. A questão que orienta a investigação é a originalidade do marxismo de Caio Prado. Mas as respostas não são corriqueiras. Secco não se contenta em reafirmar seu pioneirismo na apresentação de uma imagem marxista do país. Procura mostrar e determinar concretamente de que forma ele apreende o método de Marx e o aplica na consideração das relações capitalistas”. RICARDO MUSSE

BOITEMPO EDITORIAL
www.boitempoeditorial.com.br



Che Guevara

Che: entre a revolução e a auto-ajuda

Sérgio Domingues
Sociólogo pela Escola de Sociologia
e Política de São Paulo (ESP)

O maior problema do filme de Soderbergh não é o que ele mostra. É o que a maioria do público tende a ver. A revolução pode parecer mais questão de empenho individual do que resultado da ação coletiva.

Os admiradores de Che Guevara e socialistas em geral não têm o que reclamar de “Che: uma vida revolucionária”. Trata-se da primeira parte de uma produção do ator porto-riquenho Benicio del Toro, sob direção do norte-americano Steven Soderbergh. Essa primeira metade das quatro horas totais mostra a luta que levaria Guevara, Fidel e seus companheiros ao poder em Cuba.

Para começar, é preciso coragem para fazer um filme simpático a Guevara nos Estados Unidos. O país acaba de eleger para presidente um negro de nome muçulmano. Mas, a grande maioria de sua população continua considerando Che e Fidel nada mais que terroristas. Seguem o que diz a o governo e a mídia empresarial do país.

A produção também é bastante fiel aos relatos que o próprio Che fez da guerrilha na Sierra Maestra. Assim como de suas relações com Fidel. Guevara é retratado como homem justo, coerente com os valores que defendia e muito duro quando necessário. A cena do fuzilamento de dois traidores e a do episódio do automóvel conversível são exemplos de sua moral revolucionária.

Como explicar, então, que um filme simpático à luta do Che chegue ao grande público? Talvez, a resposta esteja no tom heróico que a produção acaba ganhando. São as cenas que mostram as terríveis condições da luta nas matas. As dificuldades de Guevara com a asma. Sua enorme força de vontade e certeza quanto à justiça da luta em que se envolveu. Os conflitos armados contra as forças militares muito superiores do governo.

Claro que os líderes da Revolução Cubana foram responsáveis por atos de coragem e grandeza. Mas, processos revolucionários não são feitos só de momentos gloriosos. Ao contrário, grande parte da atividade de quem quer transformar a sociedade é feita de trabalho cotidiano. De atividade paciente, cheia de contratempos, grandes derrotas contra pequenas vitórias. Junto aos setores sociais mais explorados, desorganizados e com pouca formação política e teórica.

Por outro lado, não é o poder militar que decide um processo revolucionário. Se fosse assim, as revoluções estariam todas condenadas a morrer antes de nascer. O arsenal e as tropas à disposição dos poderosos são muito superiores a qualquer capacidade militar popular. Quanto a conquistar

o apoio de generais para a causa socialista, basta lembrar a experiência desastrosa de Allende, em 73. Seu homem de confiança nas forças armadas chamava-se Pinochet.

Não há dúvida de que a dimensão militar foi fundamental no processo cubano. No entanto, uma cena do próprio filme mostra que muito mais importante foi a autoridade moral da causa. Trata-se do momento em que um revolucionário entra num quartel das forças do governo, em Santa Clara. Com algumas poucas palavras enérgicas, ele convence os soldados a abandonarem suas armas e apoiarem a rebelião. Eles sabiam que estavam lutando do lado errado.

A necessidade de conquistar o apoio dos camponeses e ganhá-los para a luta. As costuras com forças políticas das cidades feitas pelo habilidoso Fidel. A capacidade de tornar-se alternativa real para todo o descontentamento popular com um governo corrupto e violento. Tudo isso também recebeu atenção no filme.

Mas, o que se destaca mesmo é a determinação de Che, o herói. São os guerrilheiros armados com sua coragem. Tem-se a impressão de que à gente comum, resta assistir e apoiar, admirada e agradecida. Isso tudo acaba servindo à lógica do típico heroísmo burguês. Quem vai mudar o mundo? Algumas pessoas dedicadas, com fortes convicções, grande inteligência e muitas habilidades. Ao restante, sobra o papel de platéia. E a existência de uma platéia em política faz parte da lógica que mantém todas as dominações.

Além disso, para o capitalismo não há terreno sagrado. Há muito tempo, Guevara transformou-se em marca publicitária. Recentemente, começou a ser veiculada na TV uma propaganda da lanchonete Habib's. O anúncio mostra atores imitando Fidel e seus companheiros anunciando promoções. Nas lojas da rede, estão expostos folhetos com esfihas e quibes usando a boina do Che e o boné de Castro.

Na final de março, o Jornal do Brasil anunciou na

capa de sua revista o que seria a nova moda carioca. Ouvir músicas, consumir bebidas e fumar charutos de origem cubana. Tudo embalado pelo lançamento do filme. Só falta aparecer gente que dá palestra sobre motivação profissional usando a Revolução Cubana como exemplo.

Em tal contexto, o filme de Soderbergh, faz pouco efeito do ponto de vista da propaganda do socialismo. Claro que é possível utilizá-lo como elemento provocador de debates. Até porque são raras as boas produções que abordem de maneira positiva a Revolução Cubana. No entanto, o movimento anticapitalista precisa produzir seus próprios materiais de divulgação e formação política. Produtos de mídia que mostrem que é a ação coletiva dos explorados que orienta suas lideranças revolucionárias e não o contrário.

Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)

Marisa Midori Deaecto



O que este livro faz é reviver em toda a sua inteireza uma cidade que já tendia a ser, no quinhentismo, a capital geográfica do Brasil, como a chamou Jaime Cortesão. Assim, as andanças de suas gentes, seus costumes, suas atitudes e sua fé, juntam-se com aqueles impulsos econômicos básicos que levaram os paulistas até muito longe, devastando o sertão ignoto na caça ao bugre e às pedras preciosas. (...)

Marisa Deaecto mostra como a disposição do eixo comercial no "triângulo" continuou respeitando a topografia acidentada da

cidade. Enfim, ela escolheu escrever uma "geohistória" de São Paulo, cujo núcleo é o comércio, com suas rotas e transportes. Mas este é apenas o motivo inicial. Ela usa o comércio para reconstituir a totalidade da vida social e econômica. O único excesso, poder-se-ia afirmar, é o seu amor desmedido pela cidade. Que a autora não consegue esconder. E deixa transparecer nas linhas e, especialmente, nas entrelinhas de seu belo livro.

Editora **SENAC** São Paulo

A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)



NÚCLEO DE ESTUDOS
D'O CAPITAL

José Rodrigues Mão Júnior

Resenha: **A Revolução Cubana e a Questão Nacional**

Marisa de Oliveira
□ Bacharel em Letras e
Mestre em História Social (USP)

A Revolução Cubana e a questão nacional foi publicado pelo Núcleo de Estudos d'O Capital. Segundo o próprio autor (José Mão Jr) declara, à página 167, o Núcleo é uma organização marxista, voltada para o estudo e a divulgação do marxismo.

Se o Núcleo de Estudos a que Mão pertence tem essa tarefa, a dele especificamente, e de todos que de alguma forma participaram neste livro, é voltar-se para o estudo e a divulgação da Revolução Cubana.

Que ninguém duvide que Mão estudou a Revolução Cubana. Tamanha firmeza de propósito levou-o a retroceder até 1868, ano em que começa a primeira grande guerra de

independência cubana; a estudar todos os mais importantes episódios, sobretudo de confronto entre forças grosso modo revolucionárias e reacionárias até 1959 e além, analisando cada um deles detida e criteriosamente.

Delineou a composição social de Cuba antes e depois da “república intervenida” e do período de 1934 a 1959 (as balizas são minhas, só para não ter de entrar em detalhes que não caberiam nesta fala), explicou como funcionavam as relações políticas e econômicas entre essa burguesia “agregada” (a que o Florestan Fernandes chama de “compradora”, porque grosso modo ela se contentou com o papel de gerente dos negócios estadunidenses em Cuba) e os verdadeiros proprietários dos meios de produção e donos do jogo político. Tudo com a sobriedade do militante que procura fazer um trabalho de pesquisa rigoroso, porque ser militante, nesta circunstância, é mostrar com seriedade como de fato funcionava o país onde eclodiu uma das revoluções sociais mais radicais das Américas.

Em paralelo Mao vai discorrendo sobre as inúmeras entidades e movimentos revolucionários que confrontam esse estado de coisas, norteados por um sentimento nacionalista que, para honrar essa designação, tinha de necessariamente ser antiimperialista.

Numa dessas passagens eu encontrei as páginas dedicadas a Carlos Baliño.

Espero não estar sendo injusta, mas não me lembro de em outro livro da boa bibliografia cubana um autor ter dado tanta atenção ao Baliño, militante digno de nota, embora não seja o mais celebrado.

Sabemos que o grande ídolo cubano de todas as gerações de revolucionários é José Martí, conhecido, em poucas palavras (o Martí em si deve render um livro maior do que este) por seu radicalismo coerente no que se referia à inde-

pendência de Cuba. Isso é sério, porque mesmo militantes progressistas e bem-intencionados da segunda metade do século XIX tinham dúvidas acerca de se Cuba poderia ir para o futuro sendo totalmente independente. Li em um historiador muito sério, um pouco ressentido com a Revolução mas jamais partidário dos Estados Unidos ou simpático a teorias anexionistas, que foi provado que personagens importantes da guerra de independência de 1868, como Ignacio Agramonte, não descartavam a possibilidade de aceitar a anexação de Cuba aos Estados Unidos (até porque, naquela guerra, esta não era a questão mais candente). O historiador em questão é Manuel Moreno Fraginals, autor do grandioso *O Engenho*. Ele comenta isso em sua última obra, intitulada *Cuba-Espanha, Espanha-Cuba: história comum*, em que defende a tese de que em Cuba, no calor da lutas independentistas, jamais as raízes espanholas foram rechaçadas; que o cubano foi exemplar ao se limitar a recusar a dominação política e econômica espanhola (mais política do que econômica, na verdade) sem no entanto iniciar uma cultura de ódio contra a pátria de seus ascendentes, muitas vezes de seus pais (caso do Martí, filho de mãe canária e pai valenciano).

Mas voltemos ao Baliño, que foi militante no Partido Revolucionário Cubano e companheiro próximo, interlocutor freqüente, de José Martí.

Martí foi morto nem dois meses depois de deflagrada a segunda guerra de independência, conhecida como hispano-cubana (e depois hispano-americana), tantos outros sobreviveram, entre os quais Baliño.

E na bibliografia a que já me referi voltamos a ouvir falar em Baliño porque ele é um dos fundadores do primeiro partido comunista de Cuba, de 1925. Aos 78 anos ele se aliou a Julio Antonio Mella, militante do movimento estudantil de apenas 25 anos de idade, para fundar esse partido.

É de se supor que Mella não passou a ser martiano

porque se juntou com um dos colaboradores mais próximos do grande herói cubano - até porque Mella, no ano da fundação do partido, já era um militante conhecido nos círculos antiimperialistas cubanos. Mas convido todos a imaginar o que pode representar essa associação de Baliño a Mella anos mais tarde para fundar justamente um partido comunista. Poderia Baliño dissociar a luta antiimperialista da luta de classes nos anos 20 do século XX? O encontro, se pararmos para pensar, é dos mais interessantes. É a trajetória de Baliño - do século XIX para o XX, do PRC colonial para o partido comunista na “república intervenida”, da luta nacionalista para a anticapitalista e antiimperialista -, pode ser vista como o caminho natural a ser tomado pelo radical martiano que no novo século não buscou abrigo naquela institucionalidade corrompida.

Depois de Mella e Baliño vieram Guiteras e tantos outros que buscaram por meio da luta armada dar ao povo cubano o direito de dirigir, em todos os sentidos, o próprio país. Mas o movimento revolucionário que coroou com a vitória essa longa tradição sublevacionista e revolucionária foi o 26 de Julho, encabeçado por Fidel Castro, em janeiro de 1959. E quem executou as tarefas históricas pendentes desde o nascimento do nacionalismo cubano foi o núcleo duro desse movimento, ainda comandado por Fidel.

A parte que se refere ao período de 1959 a 1963 é, na minha opinião, a mais pulsante do livro: trata do início de um processo efetivamente revolucionário que perdura até hoje apesar dos revezes - e que, apesar dos erros, deve ser sempre lembrado e celebrado.

E celebremos divulgando este processo e este estudo, com a ajuda do qual chegamos a uma conclusão importantíssima: de que se a Revolução Cubana tem algo a nos ensinar, é que para realizarmos o nosso processo de ruptura, que há de dar conta de problemas forjados no desenrolar de

nossa história, devemos estudar atentamente as nossas contradições e idiossincrasias sem perder de vista que é preciso ser radical e firme para ser revolucionário.



Gungunhana

Gungunhana em dois tempos

Helena Wakim Moreno
Estudante de História (USP)

Na segunda metade do século XIX, o continente africano foi palco de disputas territoriais por parte das potências europeias. Portugal, ainda que não se destacasse economicamente no contexto europeu, entrou no páreo. Alegando direitos históricos, reivindicava a extensão territorial compreendida entre o litoral angolano (costa oeste, no Atlântico) e o litoral moçambicano (costa leste, no Índico).

Em 1884, foi organizada a conferência de Berlim, com o intuito de definir como seria feita a partilha da África. Portugal exibiu suas pretensões em um mapa que ficou conhecido como “mapa cor-de-rosa”: as terras desejadas foram assinaladas com esta cor. Entre Angola e Moçam-

bique estava uma zona que, segundo especulações, era rica em minérios e possivelmente em diamantes. Era mais que o suficiente para despertar o interesse inglês. Tendo diante de si o mais forte dos concorrentes, o país mais poderoso do mundo, os portugueses tiveram seus planos frustrados: conseguiram oficializar a posse de Angola e Moçambique, contudo o interior (futuramente, a Rodésia do Norte e a Rodésia do Sul) foi ganho da Inglaterra. Essa deliberação seria a catástrofe para Portugal. O mapa cor-de-rosa era a essência dos seus planos em África.

Diferente do que comumente se supõe, a Conferência de Berlim não colocou um ponto final nas disputas por terras. Pelo contrário: ela as intensificou. Os últimos anos da década de 1880 foram marcados por campanhas militares em Moçambique que pretendiam avassalar as lideranças das populações locais (régulos) e submetê-los ao poder português. Essa tática, de incorporar os grupos locais, era de extrema importância, tendo em vista que o contingente militar europeu na área era insignificante. A lógica era que os potentados passassem a defender os interesses portugueses contra os ingleses.

A lógica portuguesa procedia. A região de Moçambique era uma zona de poder fortemente centralizado, onde muito pouco se conseguia sem o apoio dos régulos, e acima dos poderosos estava o imperador de Gaza, Gungunhana.

O império de Gaza havia sido fundado por Manicusse em 1821, após a vitória na luta contra os zulus por seus guerreiros nguni. O imperador de Gaza a partir de então passou a dominar os reis da etnia tsonga, ao sul de Moçambique. Manicusse, entre outros feitos, iniciou um comércio regular de marfim com o porto de Lourenço Marques, conferindo maior dinamismo à economia portuguesa na região. Faleceu em 1858.

Por três anos, o império esteve sob o comando de

Mawewe, filho de Manicusse, porém herdeiro ilegítimo do trono. Muzila, seu irmão, refugiou-se e com apoio de ngunis e portugueses conseguiu derrubá-lo e assumir a frente no império em 1862.

Há diversos relatos portugueses que retratam Muzila. Sua imagem, na ótica portuguesa, é a de um chefe bastante regular tanto nas suas relações diplomáticas quanto comerciais: o auxílio para derrubar Mawewe rendeu a Portugal um termo de vassalagem em 1863. Em uma carta à Sociedade de Geografia de Lisboa publicada pela mesma no ano de 1882, escreve Paiva de Andrada, explorador e capitalista atuante em Moçambique, que “Muzila era um bom preto e as dificuldades da região poderiam ser resolvidas sem muito esforço em função da influência sob ele exercida por muitos portugueses. Um título e uma pensão resolveriam.”¹

O ano de 1884 foi de certo um ano de mudanças nas relações portuguesas na África. Além da conferência de Berlim, este foi o ano em que Manicusse faleceu. Era um péssimo momento para Portugal perder um aliado tão regular, e tão influente no equilíbrio das forças internas de Moçambique. A região de Gaza era mesmo determinante: a extensão do império cobria toda porção central e sul do país.

Com a morte de Muzila, o novo imperador de Gaza era seu filho, Gungunhana. Em 10 de novembro de 1887, novamente Paiva de Andrada foi convidado a fazer um discurso acerca das Campanhas empregadas na Zambézia. Porém, antes de narrar os feitos, conta o próprio orador que julgou necessário gastar algumas palavras com Gungunhana: alguns conflitos haviam sido iniciados com os régulos de Inhambane, e julgou o imperador vátua que devia punir os rebeldes. As autoridades portuguesas dirigiram ordens de não atacar as terras dos brancos. Mas, Gungunhana considerou todos rebeldes e os castigou. Posteriormente, segundo o palestrante, reconheceu seu erro e verdadeiramente arre-

pendido pediu perdão. Conta ainda “que apesar de muitos serem da opinião que o poder do imperador precisava de um fim, ele mesmo não pensava assim. Certamente seria algo fácil, mas também um erro fatal.”²

A opinião de Paiva de Andrada neste assunto era mesmo bastante particular. Além disso, o que fica manifesto na passagem é a postura de Gungunhana. Os mais dados às interpretações de cunho antropológico poderão dizer que se tratava então de um diálogo de surdos entre o imperador de Gaza e as autoridades portuguesas, outros poderiam dizer que se tratava de uma forma de resistência praticada pelo líder da população oprimida frente aos imperativos portugueses. Algo é certo: apenas três anos após se tornar imperador, Gungunhana certamente não era bem visto pelos habitantes da metrópole, e havia feito justamente o contrário que o pedido pelo governo português. As diferenças com seu antecessor eram muito evidentes.

Um incidente diplomático complicaria ainda mais a situação portuguesa. Entre as campanhas militares em Moçambique, havia a de Serpa Pinto, oficial português. Ao atravessar a região do Lago Niassa, na África Austral, o explorador teria arriado as bandeiras inglesas que tremulavam numa zona de forte influência britânica. Iniciou-se então um confronto entre portugueses e makololos. Sob a forma de um memorando, em 11 de janeiro de 1890, o governo inglês exigiu a retirada imediata das tropas portuguesas sob a ameaça de romper relações diplomáticas. Portugal não viu outra opção senão acatar as exigências.

A fase expansionista de Portugal no continente africano certamente chegava ao fim. A comoção popular gerada em Lisboa em função do ultimato britânico, como ficou conhecido o episódio, foi imensa. A falência do projeto do mapa cor-de-rosa tornava ainda mais aguda a crise da monarquia portuguesa e favorecia o movimento republi-

cano, em franca ascensão. Não bastando a derrota, vieram as perdas: Portugal perdeu boa parte do território de Manica, ponto de comércio de marfim. Precisou ainda conceder amplas vantagens de navegação e comércio para as possessões inglesas. Restava a Portugal fortalecer o seu poder e, em certos casos, afirmá-lo no interior de Moçambique.

O império de Gaza estava em sua grande parte do lado português, mas isso não foi empecilho para que a British South African Company (BSAC), do milionário inglês Cecil Rhodes, pressionasse Gungunhana a enviar conselheiros ngunis a Londres a fim de conseguir apoio britânico. Os ingleses apostavam na incapacidade portuguesa de conseguir controlar o povo de Gaza, de forte tradição militar³. No despontar da década de 1890, a questão de Gaza é acompanhada cheia de expectativa. Mais do que uma questão político-militar, o que estava em jogo, aos olhos dos contemporâneos, era a capacidade portuguesa de gerir as suas colônias.

A partir de 1891, a Companhia de Moçambique tentou uma nova fase de relações com Gungunhana. José de Almeida, secretário-geral da Companhia e antigo intendente-geral de Gaza, fora enviado ao encontro de Gungunhana em 1893, com intuito de pedir que o imperador retirasse seus homens do raio de influência da Companhia em troca de uma soma anual. Obteve uma resposta negativa de Gungunhana, sempre irredutível no que dizia respeito a ceder suas terras. Almeida fez então outra proposta: os ngunis poderiam continuar a cobrar impostos na região, mas agora em nome da Companhia de Moçambique. O valor recolhido seria dividido. Novamente negado.

Contudo, na década de 1890, a tática de controlar a região de Gaza por intermédio do poder de Gungunhana perdia força. Em 1893, Antonio Enes, comissário régio de Moçambique, publica um relatório defendendo uma ação de contenção territorial de Gaza e que afirmasse a autori-

dade portuguesa sob o imperador de Gaza. A voz de Enes encontrava ecos em todo Portugal.

No ano seguinte estoura a revolta dos regulados nas chamadas “Terras da Coroa” e ameaça atingir Lourenço Marques, cidade portuária que há séculos era o centro da presença portuguesa em Moçambique. Especulava-se, talvez erroneamente, que Gungunhana estivesse por trás da revolta. Com receio de que o soberano de Gaza se articulasse com a BSAC de Cecil Rhodes para expulsar os portugueses da África Oriental, foi arquitetado um plano que deveria aproveitar a mobilização de forças de Lourenço Marques para, se não exterminar Gungunhana, torná-lo inofensivo. A estratégia militar era, a partir de duas colunas portuguesas, uma no norte de Lourenço Marques e outra a sul de Inhambane, estabelecer postos e pouco a pouco o cerco em torno do Gungunhana se estreitaria. Estavam no comando da operação o comissário régio Antonio Enes e Joaquim Mousinho de Albuquerque, oficial da cavalaria portuguesa.

Em 1895, uma nova “tentativa de conciliação” foi feita. Novamente José de Almeida foi enviado para conversar com Gungunhana a fim de discorrer sobre pequenas questões. Havia, na percepção portuguesa, a possibilidade do imperador nguni abdicar, intimidado pelo poder militar. Em todo caso, era preciso ganhar tempo para que as forças que vinham da metrópole pudessem ser instaladas nos arredores de Gaza.

A princípio, Gungunhana parecia estar confiante na tradição guerreira dos ngunis. Contudo, parece ter sido paulatinamente influenciado por notícias do desembarque de homens e material bélico em Lourenço Marques, Limpopo e Inhambane. Tenta então um tratado de paz com o governo português, porém Portugal responde a Antonio Enes que, em função de todos os problemas já causados pelo imperador de Gaza, só poderiam se contentar com a sua aniqui-

lação.⁴ Enes consegue “flexibilizar um pouco os termos” e se mostra disposto a decretar a paz com Gungunhana caso haja a submissão de todo império de Gaza, incluindo do próprio soberano, a Portugal e por fim entregar os régulos Zichacha e Magaia, que estavam sob a proteção de Gungunhana desde a revolta de Lourenço Marques.

No interior de Gaza, a questão não era simples. Havia partidários da entrega dos régulos, a fim de evitar a guerra. Porém os favoráveis à resistência eram em um número considerável e entre estes figurava o principal chefe de guerra, Maguiguana.

Provavelmente indeciso, Gungunhana optou por dizer à administração colonial que não seria possível a entrega imediata dos régulos, mas a assegurou para um futuro próximo. Contudo, para além da negociação, era perceptível que a guerra se aproximava. Algumas tentativas de resolução pacífica do conflito ocorreriam, mas estavam fadadas ao fracasso.

As tropas ao norte começam a avançar enquanto as do sul receberam ordens de perseguir os régulos Zichacha e Maazulo. As forças portuguesas ainda não descartavam a rendição total de Gungunhana, mas preparavam-se para entrar em combate em Manjacaze, capital do império.

As tropas de Inhambane em 7 de novembro confrontavam em Coolela os ngunis que permaneciam na região. Apesar de estarem em número superior, os habitantes de Gaza não puderam fazer frente às metralhadoras, canhões e carabinas. O resultado é dramático: são mortos cinco militares portugueses e centenas de ngunis. O próprio Gungunhana estava presente. Ao cessar o confronto vai ter com seus conselheiros (indunas) e acusa familiares de traição pela falta de bravura na frente de combate.

Quando as tropas do coronel Eduardo Galhardo chegaram ao coração do Império Gaza a 11 de novembro

de 1895, encontraram apenas as pilhagens da população. A localidade estava completamente desocupada.

Gungunhana e os seus estavam em Chaimite, considerado um local sagrado para os ngunis. É difícil explicar como o soberano que controlava toda a região centro e sul de Moçambique não consegue uma rearticulação sequer para se proteger. A hipótese mais aceita consiste no desgaste provocado pela ação portuguesa na região, na desarticulação entre os potentados (vale ressaltar que nem todos eram contrários à presença portuguesa, havia os que colaboravam para que ela se instalasse definitivamente) e na quebra de vassalagem das populações submetidas aos ngunis⁵.

Gungunhana, entre um ato de auto-preservação e percepção, decide em 13 de dezembro entregar o régulo Zichacha. Os demais régulos sob seu poder passaram a não se sentir protegidos e não tardaram a prestar vassalagem aos portugueses. A fragilidade da situação de Gungunhana reforça os ânimos de Mousinho de Albuquerque.

Parte no dia 25 de dezembro, com duzentos de homens africanos de diversos grupos e militares europeus, Mousinho de Albuquerque obstinado pela captura do imperador de Gaza. Nos três dias de marcha que se seguiram, diversos chefes de potentados locais ofereceram seu auxílio no combate. Por duas vezes durante esse período Gungunhana enviou pedidos de desculpas e amizade, somas em ouro, marfim e búfalos. Na segunda vez, foi seu filho Godide, herdeiro de Gaza, quem foi negociar a paz com o oficial da cavalaria. Era um gesto em vão.

Em 28 de dezembro de 1895 chega a Chamite. Os poucos que ainda permaneceram ao lado de Gungunhana fogem. Mousinho de Albuquerque adentra a paliçada de Chamite, mas os régulos se recusam a fazer o mesmo. Prontamente, ordena o fuzilamento sem julgamento prévio do induna Mahuene e do tio de Gungunhana, Queto.

Exige, ainda, que o coração de ambos seja transpassado por uma espada. Gungunhana é preso e levado até a costa.

A cena da prisão de Gungunhana por Mousinho de Albuquerque foi representada em diversas telas e até mesmo em livros didáticos, principalmente no período do Estado Novo. Todo material consultado estampava os personagens da mesma forma: Mousinho de Albuquerque é um cavaleiro esguio e elegante, que trajava um alinhado uniforme azul-claro e empunhava uma espada. Já Gungunhana era um chefe desajeitado e desproporcional, algumas vezes no limite do caricato. Estava com o dorso nu e tinha envolvido na cintura um longo pano vermelho. Em quase todas Gungunhana aparece em pé, porém em todas está de cabeça erguida e do lado oposto que se encontra Mousinho de Albuquerque. Estas imagens se tornaram o símbolo das campanhas militares na África.

A notícia da captura de Gungunhana rapidamente tomou as manchetes dos principais jornais europeus: segundo Maria da Conceição Vilhena, foi o acontecimento político e militar de maior projeção do final do século XIX⁶. A prisão de Gungunhana tinha uma forte carga simbólica. Muito mais que capturar um líder que gerava entraves, a prisão de Gungunhana significou para Portugal readquirir prestígio perante as potências européias e as colônias vizinhas. A própria população de Gaza passou a ser mais cuidadosa no trato com as autoridades coloniais. Portugal era então uma nação em decadência em meio a nações em franca ascensão. O “ato heróico” atribuído à prisão de Gungunhana fez com que Portugal voltasse a ser visto no contexto internacional como um país capaz de realizações, mas, principalmente, capaz de gerir suas colônias. A soberania portuguesa não seria mais colocada em xeque.

Mousinho de Albuquerque foi recebido com singular entusiasmo em Portugal. Já em 1896, se tornou governador

de Moçambique e, no mesmo ano, foi elevado à condição de comissário régio. Do tempo em que fora governador do distrito de Lourenço Marques (1890-1892), havia conseguido alguns processos por falsificação, cobranças excessivas ou indevidas, transgressões de imposto de selo, entre outros. Tudo foi devidamente esquecido após a prisão de Gungunhana: ele era o homem que havia feito com que os portugueses voltassem a ter orgulho de seu país.

Após sua prisão, Gungunhana foi conduzido para o rio Limpopo e depois Lourenço Marques, onde chegou a 6 de janeiro de 1896. Embarcou para Lisboa com uma pequena comitiva composta por sete de suas mulheres, um tio, o régulo Zichacha e o herdeiro, Godide. Custaram exatos dois meses a bordo do vapor África para chegar a Lisboa. O assédio da imprensa e da população lisboeta impressiona. No mesmo mês de março, Gungunhana foi transferido para Monsanto. O forte não tardou a virar ponto de visita da população curiosa que desejava ver o antigo imperador, agora um simples cativo.

Passado um mês, Gungunhana é novamente transferido, desta vez para os Açores. Foi transportado secretamente na noite de 22 de junho a fim de evitar alvoroços. As mulheres de Gungunhana não seguiram para os Açores: foi considerado um ato imoral o imperador possuir tantas esposas e optou-se por transferir apenas os homens.

Chegou à ilha Terceira nos Açores e lá permaneceu durante seus últimos anos. Seus últimos dez anos, segundo indicam os relatos, foram de convivência regular: eventualmente era detido em função da bebedeira, mas fora isso passou a ter uma vida comum. Mudou de hábitos, passou a trajar vestimentas européias, foi batizado e aprendeu a falar português e foi alfabetizado. Morreu com cerca de cinquenta e seis anos, aproximadamente dez anos após sua chegada na ilha.

* * *

Em 1983, passados oito anos da independência de Moçambique, o então presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, faz uma viagem oficial a Portugal. Nesta viagem, em um de seus momentos mais importantes, foi entregue a Machel um pote de cerâmica com o que seriam os restos mortais de Gungunhana, solicitados pelo próprio ao presidente português Ramalho Eanes.

Para dotar de maior notoriedade ao acontecimento, Samora Machel pede para que Portugal conserve um pouco mais o pote, a fim de poder antecipar os preparativos para uma cerimônia digna da recepção dos despojos de Gungunhana. A urna permaneceu então no Palácio das Necessidades em Lisboa por quase dois anos.

No dia 15 de junho de 1985, desembarca em Maputo (capital de Moçambique, antiga Lourenço Marques) a urna com os restos mortais de Gungunhana. É recebida com grande expectativa: havia sido preparado um caixão de 225 quilos, 2 metros de comprimento e 75 centímetros de altura, com ricos detalhes e adornos em baixo-relevo. O trabalho foi obra de Paulo Come em madeira. O caixão permaneceu no Salão Nobre do Conselho Executivo até ser definitivamente instalado na capela Nossa Senhora da Conceição, na fortaleza de Maputo. Mais tarde, a entrega por Portugal dos espólios de Gungunhana suscitaria questionamentos: alguns afirmavam que não passava de um punhado de terra. As suspeitas se confirmaram, uma vez que vindo a público que Gungunhana fora enterrado em uma vala comum e que era impossível distingui-lo com exatidão. O governo moçambicano aceitou receber o punhado de terra como um gesto simbólico.

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), maior partido de Moçambique até hoje, sempre procurou valorizar a imagem de Gungunhana. Nunca se furtou a afirmar que Gungunhana era um verdadeiro herói da resistência

moçambicana. Contudo, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), partido de inspiração nacionalista em oposição ao marxismo da Frelimo, defende que Gungunhana só é valorizado em função de Eduardo Mondlane (primeiro líder da Frelimo), o próprio Samora Machel e Joaquim Chissano (presidente que no centenário de morte de Gungunhana, em 1995, promoveu cerimônias em Coolela e Chamite dos cem anos de resistência do império de Gaza e inaugurou um busto do imperador) e todos os primeiros presidentes de Moçambique serem da etnia changana, palavra que deriva de Sochangane, nome anterior Manicusse (avô de Gungunhana). A Frelimo sempre negou essas suposições.

Revisitar a figura de Gungunhana conta mais do que uma história que passou, conta também uma história que está sendo escrita. É procurar entender tanto o início do colonialismo português quanto o processo de afirmação da identidade nacional moçambicana e as disputas que o circundam. Independente de considerá-lo ou não um herói, cabe ver que Gungunhana foi um dos últimos chefes a cair no continente africano. Ainda que hesitante e decidido a se entregar antes de sua prisão, ele se negou a ser governado pelos europeus. Não é por acaso que sempre foi retratado de rosto erguido.

NOTAS

- 1 - PAIVA DE ANDRADA, Joaquim Carlos. A Manica e o Musila. In: Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 3a Série, 1882, p. 63.
- 2 - PAIVA DE ANDRADA, Joaquim Carlos. Campanhas da Zambezia. In: Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 7a Série, 1887, p. 717-718.
- 3 - ALEXANDRE, Valentim. Situações coloniais: II – O ponto de viragem: as campanhas de ocupação (1890

– 1930). In: BETHENCOURT e CHAUDHURI, F. e K. História da Expansão Portuguesa 4 – volume 4: Do Brasil para a África. (1808 - 1930). Círculo de leitores, Navarra, 2000, p. 183.

4 - Ibidem, p. 186.

5 - PÉLISSIER, René. História de Moçambique: formação e oposição – 1854-1918, vol. I. Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 298-311.

6 - VILHENA, Maria da Conceição. Gungunhana – grandeza e decadência de um Império Africano. Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 182.



Assembléia de Greve

A consagração da heresia

Tentativa de sócio-análise de um microcosmo

Lidiane Soares Rodrigues
Historiadora e doutoranda
em História (USP)

“Eu não acho que eles joguem de maneira muito certa”, Alice começou em um tom de queixa, “e discutem de um jeito tão maluco que você não consegue ouvir ninguém falar...e parece que eles não têm nenhuma regra. Finalmente, se têm, ninguém parece respeitar...você não faz idéia de como é confuso jogar com todas essas coisas vivas. Por exemplo, o arco sob o qual deveria passar minha bola mudou-se para o outro lado do campo...e quando eu deveria atingir o ouriço da Rainha agora há pouco, ele saiu correndo ao ver o meu se aproximando!”

Alice no País das Maravilhas

Todos nós já sentimos certa alegria ao encontrar um rosto conhecido no meio de uma multidão sem rosto; ou vários rostos conhecidos no meio de um grupo estranho.

Há muitas ocasiões em que esse conforto pode nos ocorrer. Na faculdade, descobrimos alguém que estudou no mesmo colégio; ou quando, em qualquer lugar, encontramos pessoas com o mesmo repertório musical, artístico, intelectual, político. Quanta felicidade quando se começa um poema e um indivíduo entre os presentes o continua – dando prova de uma comunidade espiritual, que em geral tomamos como superior. Predileções esportivas em comum, por exemplo: como conter aquela surpresa que emerge num “você também!”, o mesmo se observando quando nossos pais têm profissões idênticas, ou pertenceram ao mesmo movimento político. Hobbies, prazeres, dificuldades: uma vez descobertos em comum são capazes de se tornar poderosas forças de atração. Tanto mais fortes, por sinal, se o elemento em questão, digamos um gosto qualquer, for tomado como uma raridade, o que nos faz caprichar nas tintas de nossa idiossincrasia. Somos todos, a propósitos distintos, engolfados nesse fenômeno. Será que nos damos conta, para além da mágica da ‘coincidência’, das propriedades sociais que estão em jogo nessas ‘afinidades eletivas’?

A menção a eventos de nossa biografia convoca sempre algum pudor – deve-se problematizar a memória e coisas do gênero. Ciente de todas as ressalvas que me cabem, peço licença para ir diretamente ao conteúdo que, por mais que me censure, vivo como se realmente tivesse sido assim – e é bem provável que tenha sido. A primeira vez que me lembro de ter ouvido falar de Sociologia foi por meio de uma professora que conversava com a turma da escola a respeito das profissões. Ela disse, “um sociólogo, por exemplo, aqui na sala, logo atentaria para a maneira como vocês se distribuem no espaço, tornam-se amigos...” – fiquei estarecida: então um sociólogo era alguém capaz de me explicar porque eu me sentia permanentemente desarranjada no mundo. Hoje, imagino porque ela teria dito isso, e penso que talvez soubesse de tudo de mais comezinho que ocu-

pava a vida daqueles adolescentes para os quais lecionava. A observação dela volta-me numerosas vezes e, numa dessas, foi Norbert Elias que, de um modo simples, fê-la resurgir: “a sociologia deve explicar o que une e o que aparta os indivíduos”. Tão simples e tão difícil – um projeto como esse implica rasgar o véu da fantasia, a que chamamos “empatia”, que nada explica e que muito exige dos que pretendem explicá-la. Quais as propriedades sociais que nos torna capazes de amar e odiar gentes e ao mesmo tempo incapazes de analisar as disposições prévias em jogo nessa atração e nesse rechaço? Buscar a sócio-lógica da ligação e segregação dos indivíduos implica viver a sedução mágica das afinidades para melhor poder desvendá-la, maldição de não fruir o inefável. Como o que interessa nessa tentativa – sim, ensaio descompromissado com a precisão – é certa sócio-lógica desse enlaçamento intenso entre indivíduos, e sua contrapartida, a cisão irremediável com outros, talvez seja proveitoso ficar rente a pequenos grupos, pois, neles, as ligações têm essa inelutável intensidade que faz da memória uma cicatriz de Ulisses. De forma talvez difusa, não o sabemos, mas o sentimos. Afinal, não é agradável saber quem são “nós” e quem são “eles”, ainda que se ignore (e talvez por se ignorar) como sócio logicamente nos tornamos nós, e eles, eles? O mesmo Norbert Elias adverte também que a análise deve tornar mais clara a experiência daqueles, e para aqueles, que examina – afinal, toda experiência, em sua singularidade encerra uma verdade sociológica, da qual não se aproxima e a qual não se amplia se pensarmos que as disciplinas científicas sejam superiores a ela. Dito de modo simples: a boa sociologia não assassina os termos dos agentes que analisa, parte deles para lhes lançar luz em ângulos não evidentes.

O percurso desse despretenhoso comentário a pretexto da mobilização e greve que emergiram na Universidade de São Paulo há alguns meses talvez pareça estranho a alguns – suspeito, para os mais envolvidos nela. Porém,

se para os escolados na sociologia das coteries e da cultura, tudo o que seja ensaiado aqui não passe de banalidades, aqueles mais envolvidos na movimentação grevista não são apenas objeto da visada, pois esta só terá valor se auxiliá-los na inteligibilidade da experiência em tela. Para confessar toda a ambição e temor: os elos – estabelecidos, intensificados ou rompidos – promovidos pela sociabilidade de greves e mobilizações são muito intensos, bem valem uma missa. A que segue é leiga, em matéria de Universidade e de Igreja e gostaria de atinar para a sócio-lógica desses elos.

Houve greve na USP em 2009, mais uma vez. Porém, a greve não é exatamente na USP – esta unidade fictícia – e “mais uma vez” ecoa a insatisfação a respeito da frequência das greves na USP que não existe. Tudo certo como dois e dois são muitos. Em 2009, novamente, greve em unidades aguerridas da USP – e ninguém imagina melhor coração para elas do que a Faculdade de Filosofia¹, muito embora houvesse outras em greve, e a Faculdade de Filosofia estivesse minada por diferenças entre seus cursos, poucos deles parados, de fato. É tema dos mais instigantes as relações entre a Faculdade de Filosofia e a USP. Na boca pequena do alto ao baixo escalão, sabe-se a imagem que as demais unidades guardam dela, e das humanidades em geral – improdutiva e onerosa. Os mais generosos ou ilustrados acrescentam: um dia já foi o centro da Universidade, antes de seus membros mais respeitáveis serem aposentados compulsoriamente. Mas poucos se lembram desse episódio e se a ele faço menção é apenas para registrar algo da minha indagação a respeito do esquecimento disso, em particular neste ano, em que se completam quarenta anos dele. Poucos mesmo se lembram, mesmo nesta mesma Faculdade de Filosofia.

De todo modo, as greves são vividas de modo dramático no interior da Faculdade de Filosofia, pois dela se espera uma tomada de posição, que entre na luta, que debata a Universidade e todo um conjunto de tarefas das quais as

outras unidades estão mais ou menos dispensadas – é curioso o consenso não explícito nem acordado a respeito disso. A observação que interessa, contudo, é que, havendo esta especialização social do trabalho do pensamento entre as unidades e, dentro delas, certa divisão em tempos de rotina e em tempos de exceção, temos esse quadro, no qual a Faculdade de Filosofia tem sido efetivamente uma Faculdade de Filosofia apenas em tempos de exceção – em meio a greves. Há algo do voyeur sociológico em quem flana atentando para a dinâmica social que neles figura em tempos de rotina e em tempos de greve. Qual o tema dos diálogos entre as aulas, nos corredores, nos cafés, nas caminhadas, nos ônibus, na fila do almoço – em dias normais, não de greve? Eles dizem respeito à vida universitária e à vida da Universidade? Ora, mesmo que se dispense o prazer de flanar, é notável que *tudo se passa como se a Faculdade só se pensasse nos breves, mas periódicos, intervalos de exceção*. Ora, mas se assim o for, é na exceção que a Faculdade se torna de Filosofia. Em tempos de normalidade, ela parece funcionar segundo a lógica da avaliação quantitativa, da corrida dos créditos, da produtividade, em suma, do mercado, não é preciso aqui dizer muito mais que isso. E, no entanto, tanto se teria a dizer. Como será possível que o exercício de pensar-se – refletir, em seu sentido pleno – que deve nos definir só se realize quando param as atividades rotineiras? A (nossa) rotina não deveria ser esta da crítica? Será na exceção da rotina que se encontrará a reserva para a crítica? Suspeito que algo disso seja verossímil e responda pela prontidão com que a Faculdade de Filosofia responde às greves. Não adere facilmente, não apóia imediatamente, no entanto, a ela não passa incólume como outras unidades.

Como a festa e a revolução, a greve não é permanente – que me perdoem os trotskistas, gente muito simpática. O preparo é outro, e o gosto também. O lúdico, o jogo, a aventura, o imprevisível dentro de certa previsibilidade que

nutre angústia e ansiedade nos agentes – parecem estar na festa, na revolução, na greve. Tempos de exceção em que se toleram condutas não toleradas na rotina. Na festa, a bebida, a dança, sentimentos mais livres das modalidades socialmente aceitas de sua expressão. Na revolução, tudo parece poder ser experimentação estética, social, existencial – até que a política nos devolva os limites. Na greve, o diálogo entre iguais que são desiguais, as aproximações improváveis inscritas na probabilidade das afinidades, novos laços. E contudo, se a greve não é permanente, como negar que ela tenha se tornado quase periódica? O tom irônico do “esse ano tem greve” denuncia a rotinização desse tempo de exceção. A consequência todos sabemos: perda do poder de barganha pelo desgaste do instrumento de luta. Porém, por outro lado, parece já fazer parte da formação do estudante médio da Faculdade de Filosofia – pensar a Faculdade, a Universidade, seu papel social, o isolamento da sociedade inclusiva, a busca pela autonomia, a história de suas relações com a política: pauta mínima que virá à tona certamente, em qualquer greve. Forma, por assim dizer, esse estudante. Nessa ruptura com a rotina, na greve, é alto coeficiente de rebeldia: moeda de mais alto valor no mercado dos bens simbólicos em tempos de exceção. É preciso, para participar, rebelar-se. É preciso ter algo contra o que se rebelar. É preciso também ter com quem se unir nessa rebeldia.

Um microcosmo muito restrito – alguns dirão “demais”, porém micro ou macro escala depende do que se pretende observar – permite desenvolver algumas sugestões. Entre os mais mobilizados cursos da Faculdade de Filosofia, o de História destacou-se na última greve, por ser também cenário de condutas que há poucos anos nele não teriam vez. Antes mesmo de a polícia intervir no campus, uma aluna a chamou, por conta das barricadeiras em frente às portas das salas de aula, e de seu direito de “ir e vir” nos corredores. Já se sabe o que havia de charlatanice na própria atitude, de con-

luio com outros, não-universitários, e do telefonema dado por alguém que sequer subiu as rampas que davam acesso às barricadeiras. Interessa contudo, tentar compreender, para ser sintética, por que a conduta, decerto sempre defendida por muitos, mas que sofria uma espécie de constrangimento, foi tão decididamente assumida. Junto a ela, tiveram voz ostensivos apoios estudantis à intervenção policial no interior do campus, tornando possível e razoável a emergência, não exatamente de “grupos de direita”, eles estão por toda parte, mas a aglutinação, identificação e ostentação de grupos de estudantes anti-grevistas, alguns com ligações com grupos de extrema direita. Ineditamente, a tomada de posição anti-greve ocorreu durante a greve, e não apenas por ocasião das assembleias marcadas pela dar cabo dela, e sustentada por atitudes e palavras de ordem que, há poucos anos, se diria impossíveis existirem assumidamente na Faculdade de Filosofia.

Quem são eles? Quais as condições sociais e políticas do microcosmo universitário que promoveu a união desses indivíduos – qual a sua sócio-lógica? Esse enigma não será desarmado nesse texto – ultrapassa enormemente seu escopo meramente de alerta, para os que se disporem a encará-lo, e mera provocação para os mais apressados – e certamente também não o será por seus adversários, os grevistas, ocupados demais com suas causas. Essas notas são um esboço para uma aproximação das duas partes desse jogo perverso em que a identidade simbólica sustentada na universidade não corresponde, senão de maneira enviesada, à dura e fria localização na sociedade inclusiva, dos que a sustentam. Aventuro-me a ser tiroteada por ambos os lados, porém talvez valha a pena sugerir que a sócio-lógica de ligação entre grevistas e não-grevistas não se encerra no que ambos os lados proclamam a respeito da universidade, posto que o que proclamam a respeito da universidade se nutre em sua experiência e origem sociais, mediadas pela ressocialização que sofrem na instituição. A tentativa dessas notas – a despeito

de reconhecer o quão são importantes fatores como “avanço do neoliberalismo” e categorias explicativas dessa amplitude genérica, de tanta dileção de alguns setores mobilizados na universidade e fora dela; bem como compartilhar da busca por uma universidade laica, democrática, crítica, autônoma – é abrir uma rota de indagações que as acusações recíprocas, na retórica da barricada, não formulam. Dito de maneira simples: o que agrega sociologicamente um lado e outro, e, por oposição, os lança à indissociabilidade dos lados de uma mesma moeda, é no final das contas a posição com relação à greve? Suspeito que não, talvez porque a todo o tempo, pergunte-me, o que une dolorosamente os indivíduos e o que os separa irremediavelmente. Flanando entre grevistas e anti-grevistas, ouve-se o que uns dizem dos outros e, portanto, de si mesmos. Mas como ouvir o que não dizem?

A Faculdade de Filosofia esteve minada de tensões com teor classista desde suas origens. Antonio Candido e Florestan Fernandes, sem jamais deixarem de ser amigos, polarizaram duas modalidades de análise sociológica: a cultural e a cientificista, respectivamente. Simplificando muito o argumento, o domínio e a familiaridade de Antonio Candido com a literatura universal o ligavam a um tipo de sociologia e um tipo de crítica literária a ela associada que eram inacessíveis a Florestan Fernandes, cuja sôfrega ascensão tinha se dado por meio dos estudos tardios e da disciplina austera, típica dos que não têm nada em que apostar senão numa recompensa dela. A oposição envolveu ambos no jogo universitário, e cada qual a seu modo, e em momentos distintos, venceu. Florestan Fernandes inegavelmente eliminou o ensaísmo, o diletantismo, impôs a ciência sociológica moderna e contribuiu para que se criassem disposições cognitivas afeitas a ela, legitimando-a. Seus modos plebeus, seu mau jeito, sua dificuldade nos maneirismos intelectuais não ficam apagados por sua obra, mas em grande parte a iluminam – a linguagem da ciência dispensa a erudição nutrida

em casa, de que também ele foi privado. Por sua vez, Antonio Candido é sempre nossa reserva intelectual, política e estética. É como ele, e não como Florestan Fernandes, que todos nós gostaríamos de escrever. É a ele que chamamos quando os valores últimos associados à Universidade correm risco de vida, como neste ano – e ele sempre vem.

De todo modo, é preciso apreender a dinâmica da clivagem classista aí ilustrada. Ela não é a mesma que ocorre fora do universo da ciência e da cultura. A polarização mencionada remete à diferença na origem social de ambos, sem a ela se reduzir, pois é recalibrada por aquilo que ligava ambos e, ao mesmo tempo, os localizava em pólos distintos na discussão acerca do *métier* sociológico. Na ciência de Florestan ou na cultura de Antonio Candido, compromisso com a seriedade do trabalho intelectual e a defesa das condições políticas de seu exercício unem a obra sociológica e institucional de ambos. A divergência a respeito da modalidade mais legítima de realização plena desse compromisso e do tipo de sociologia implicado nele realça o espaço comum na base da oposição: a autonomia da ciência e o valor do trabalho das idéias. Florestan, que não dominava a alta cultura, dominou o repertório que o trabalho escolar lhe ofereceu e o tornou parâmetro de avaliação da produção em ciência social. Quais as providências que um jovem em apuros com o patrimônio cultural dominado por seus pares-concorrentes, ávido por fazer parte da comunidade que compõem, pode tomar hoje? Quais providências esse jovem tomaria em meio a uma greve que não entende, mas da qual quer ser parte?

Walter Benjamin comentava, a respeito do caminho de Guermantes de Marcel Proust, a evidência de que o que interessa não é entender “idéias” que poderiam ser ditas de maneira muito simples, porém a dificuldade da vida social reside na aprendizagem da linguagem manejada pelos grupos que as produzem. Linguagem esta que só aos que não a dominam pode aparecer como vocabulário, posto que en-

volve um estoque de citações, glosas, autores, gestos, roupas, predileções e toda infinidade de pequenas coisas que podem denunciar a pertença ou não a uma coterie. Superando os rodeios que já se alongam nessa reflexão, toda a indagação que a move pode ser sintetizada: o caminho de Guermantes da mobilização estudantil está aberto a todos? Sublinho: não a universidade – livre, democrática, laica, autônoma, de qualidade, que defendemos – que sabemos elitista, mas a sociabilidade dos grupos que acreditam se constituir em torno dessa bandeira comporta a entrada “aberta” dos indivíduos?

Ora, o dever de rebelar-se, coação a que todos se sentem submetidos tão logo se vejam na configuração social da greve – e para isso, basta querer existir nela –, afinal todos se rebelam contra alguma coisa na greve, por vezes pode fazer emergir o rebelar-se contra a própria greve. Se todos devem se rebelar e a rebeldia com relação às grandes autoridades – reitor, universidade, neoliberalismo – tornou-se monopólio dos grupos que podem exercê-la e são altamente seletivos socialmente; a rebeldia mais, digamos, acessível, é esta: contra a greve. Isso com um plus: pois mais crítico é aquele que critica os próprios críticos.

Com efeito, qual o repertório mobilizado por aqueles grupos “de direita”, e qual o mobilizado pelos de “esquerda”, senão, respectivamente, o do plebeu (conformado) e o do (aspirante a) erudito? – considerando o primeiro como um sujeito social para o qual as aspirações “naturais” do segundo, não raramente, sequer lhe ocorrem, a não ser como veleidades imaginosas. A linguagem, os gestos, o comportamento político dos grupos de extrema direita, convenhamos, são, não cometamos o sacrilégio de dizer mais democráticos, porém, acessíveis a praticamente todos os indivíduos que vivem na sociedade inclusiva, da qual se aparta relativamente, como condição da existência do exercício intelectual, o microcosmo da sociabilidade universitária. De outro lado, as assembléias e seu púlpito, com sua linguagem, re-

gras, modos de conduta, estilo subversivo de consagração, citações perfunctórias são muito pouco acessíveis aos que não dominam esse repertório, estoque de idéias e comportamento hauridos na socialização no movimento estudantil. Socialização esta já resultante de uma série de elementos sociais prévios e seletivos: tempo disponível para militância e estudos, agregação por conta de escolas em comum frequentada com outros membros, profissão e/ou militância dos pais etc. Assim, por mais que os grupos que vimos emergir – de anti-grevistas ligados a movimentos direitistas – empreguem o vocabulário de seus adversários – palavras como ‘democrática’, ‘crítica’, ‘autônoma’, ‘defesa de direitos’ – seu manejo é sofrível, denunciando uma incorporação por mimese ou por mídias vulgares: de todo modo expondo um profundo desconhecimento do sentido desses termos. Na disputa verbal da barricada, a exposição dessa condição consiste num exercício de verdadeira humilhação social. Cientes disso, não se ligarão facilmente em oposição àqueles que dominam tal repertório, em instâncias nas quais não precisem “dialogar” com seus adversários, nas quais não se vejam expostos em sua frágil formação política e possam, assim, sem ter de assumi-la, participar do espaço imaginário de interlocução de que não participam? Há, é preciso reconhecer um trabalho estudantil especializado na emissão de mensagens segundo as quais todos devem participar. Mas a defesa verborrágica do “todos” esconde a o preparo exclusivo, socialmente condicionado, de “alguns” tanto para esse trabalho discursivo, quanto para a recepção dele.

Como ocorre sempre, os textos sobre greves e mobilizações são tomados por leitores que dificilmente se entregam ao deleite – e não creio que essas linhas o possam propiciar – pois os lêem buscando sempre descobrir: “qual é a desse autor?”, “afinal, o que ele quer então”. Posta na parede por este possível-provável leitor, devo dizer que, se ainda não ficou evidente, não imagino que a cisão de classe

vá ser eliminada da Universidade por meio de sua “democratização” interna, mas creio que ter uma linguagem mínima em comum seria um primeiro passo para a democratização do diálogo – ou melhor, para a existência dele – e acredito que haja um elemento na formação dos grupos anti-grevistas que diga respeito à seleta ressociação promovida pelo espaço universitário em torno das prerrogativas do exercício da crítica: tempo livre, domínio de repertório, ligações familiares etc. Também não acredito que necessariamente a clivagem de classe tenha que se dar de maneira unívoca: não desconheço que plebeus e elites decaídas possam se aproximar e tomar posições afins, em geral “radicais” – aqueles que se ocupam da história da Universidade de São Paulo bem sabem que esse tipo de recrutamento foi marcante em sua origem e não pode ser ignorado ainda hoje, a despeito de que as elites e os plebeus resultem de processos sociais de ascenso e descenso diferentes daqueles anos. De todo modo, mantêm-se próximos e radicais, pois é esta curva do trajeto social e as disposições por ela alimentadas que os aproxima, o plebeu que nada tem a querer e a elite que tudo pode dispensar. Assim, não se pense que a composição classista dos grupos à direita ou à esquerda do meio estudantil seja, de qualquer um desses lados, homogênea; sendo muito provável que a diversidade de origens sociais em ambos seja semelhante. No interior das instituições, a ressociação agrega e cinde os indivíduos e, se são tributários de suas origens no manejo do aprendizado, sua localização é fortemente condicionada pelos diferenciais de poder internos. Mas a possibilidade de se apropriar deles varia – numa fração heterogênea em sua composição classista, não serão os líderes anti-lideranças os mais escolados na linguagem da rebeldia, familiarizados com a vida política, com tempo livre para exercê-la democraticamente?

Dentre os diferenciais de poder, um dos mais básicos consiste no domínio de certa tradição – como todas, inven-

tadas – da própria história da Universidade. Não por acaso, nas cerimônias que elaboramos em greves, nossos maiores são chamados para dar seu depoimento a esse respeito, recontando os eventos, restaurando a comunidade simbólica em torno do conhecimento e da interpretação deles. É notório que tal tradição é uma das reservas intelectuais dos grevistas. E que seus adversários não sabem mobilizá-la. Tudo se passa como se, nesses períodos, nessas cerimônias, na sociabilidade estudantil, os grevistas fossem a Faculdade, a Universidade – razão pela qual, talvez, esse lapso de tempo de exceção jogue seu papel nas oposições. Os anti-grevistas primam, a seu modo, pela normalidade – única “Faculdade” que conhecem. Os grevistas, não raro, querem a greve pela greve, o tempo de exceção: uma Faculdade de Filosofia.

As condições sociais de sustentação de concepções a respeito da arte e da ciência já são corriqueiras, muito embora demorem um pouco para levá-las em consideração na análise dos juízos emitidos a respeito da Universidade, da Faculdade de Filosofia e de nossas disciplinas. Se os julgamentos científicos, estéticos, morais forem explicados em seus próprios termos – científicos, estéticos, morais – toda análise poderia ser um exercício de palimpsesto. É demais pedir que haja um entendimento sócio-lógico de um grupo – acredite ele se aglutinar em torno de bandeiras científicas, estéticas ou mesmo sociais? Para dizer tudo de maneira direta, como convém a um texto sobre mobilizações estudantis: nosso “radicalismo”, pedra de toque de uma dominação simbólica das mais eficazes, não é alheio ao seu recrutamento social, e só os idealistas para louvar a fidelidade a ele como fonte de mérito anti-meritocracia – afinal a crítica à meritocracia é mais propícia entre os que dela podem ser dispensados; muito embora a adoção dela como critério exclusivo de valorização obnubile que alcançá-la não é algo indiferente ao capital social, econômico e cultural dos que a gozam. Ignorar esse elemento não é uma atitude de

conhecimento de nossa vida social universitária, senão o reconhecimento da legítima violência envolvida na eliminação dos que não têm o capital cultural necessário para ser radical. Sem a consideração disso, podemos ficar tranquilos e associar a emergência dos grupos de direita-anti-grevistas ao neoliberalismo – e todo nosso vasto cardápio de conceitos simbólicos: à queda tendencial da taxa de lucros/juros, à subsunção formal do trabalho ao capital, ao fetiche – e nos auto-adularmos em nossa potência crítica. Mas eles se proliferarão.

NOTA

- 1 - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no pós-reforma universitária de 1969, a FFLCH, dada a mil aliterações grosseiras. Gosto de chamá-la Faculdade de Filosofia, mesmo sabendo que um nome que se goste muito talvez evoque o que não exista.

www.mouro.com.br



Colaboradores Edição Anterior Próxima Edição Já! Conheça Versão PDF

"Mouro" é a nova revista teórica do Núcleo de Estudos d'O Capital. Ela foi concebida para ser uma contribuição para o estudo e a análise da realidade contemporânea sob as várias óticas pertinentes ao Marxismo e também da trajetória do Socialismo.

O Núcleo de Estudos d'O Capital foi fundado em 10 agosto de 1992 com o objetivo de reunir estudiosos da Marxismo no âmbito da esquerda operária. Foi ao espírito do Manifesto Comunista, o grupo considera que os marxistas nunca constituem um partido separado da classe trabalhadora, ao contrário, devem produzir reflexões que sirvam de apoio à política pública socialista.

Este primeiro número tem como dossiê o ano de 1968, que foi caracterizado por uma importante ruptura na história contemporânea. Todavia lançamos uma abordagem pouco explorada nos artigos e documentos sobre aquele evento, a saber: os operários contradições que foram estereotipadas na época não só por conservadores, mas também por muitos comentaristas e operários que defendiam uma linha de revolução baseada na classe trabalhadora e não apenas numa juventude temporariamente deslocada de seu devido lugar da sociedade burguesa.



Editorial

Entrevista

Debate

Geração 69
Mau

Entrevistado: Mau, vocalista da banda de punk rock Ombros Podres
Entrevistadores: Agnaldo dos Santos, Lincoln Secco e Ciro Seli

Trata-se de uma entrevista com o Mau, vocalista da banda punk dos anos 80 Ombros Podres, que também é músico jovem, em particular punk e ska, abordando as diversas tendências (dos comunistas ao movimento 68, além de outras coisas

A construção histórica da juventude e a ascensão da "juventude"

Agnaldo dos Santos

Nesse aniversário de quatro décadas do chamado Maio de 1968, quando jovens estudantes franceses promoveram movimentos de contestação à sociedade de consumo ocidental (com seus equivalentes na série denominada "Cortina de Ferro"), torna-se bastante pertinente refletir sobre essa categoria social tão festejada por amplos segmentos da sociedade, do Estado até corporações empresariais que classificamos genericamente de Juventude. Podemos, numa reflexão desse tipo, ventilar um que ponto está sendo

Os Velhos em 1968

Lincoln Secco

As revoluções derrubam as estruturas prousoarianas. Depois, outras se impõem ou as mesmas são reestabelecidas. Os bolcheviques tomam o poder e Lenin pode proclamar que até a cabana cordão dos negócios do Estado. Mas na primeira reunião do novo governo, alguém terá que servir o café. No filme "Luz Amarela" dirigidos de Philippe Garrel há uma seqüência em que um jovem visita um velho

Conheça a página
na internet da
Revista Mouro
e leia o número 1,
disponível em PDF



IDEO
graphos



Edgard Carone

A História da República - Escritos autobiográficos

Edgard Carone (1923-2003)
Professor Titular de História do Brasil (FFLCH-USP)

Nota explicativa:

Este texto foi originalmente escrito em 1996. O objetivo do autor era estabelecer um texto de apresentação, com caráter notadamente autobiográfico, ao levantamento bibliográfico que ele realizou sobre a história republicana. O projeto bibliográfico era antigo. Edgard Carone tinha em mente a edição de uma bibliografia crítica sobre o tema. A primeira tentativa de publicação, no final dos anos de 1970, foi malograda. Uma segunda proposta de edição desse levantamento bibliográfico, apresentada ao Departamento de História da USP, com o texto que ora apresentamos e sem as notas críticas – ou comentários – não foi possível na época. Assim, tanto o levantamento, quanto os seus comentários constituem um documento inédito do autor, o que

não torna menos interessantes estes relatos circunstanciados de uma produção que ocupou por várias décadas a trajetória de um dos maiores brasileiros, cujos resultados constituem verdadeiros clássicos da historiografia brasileira.

Marisa Midori Deaecto

Professora do Curso de Editoração (ECA-USP)

* * *

Em 1963 meu amigo Antônio Candido vai a Botucatu, onde eu e minha família morávamos desde março de 1960. A sua temporada, de alguns dias, motivou reviravolta no campo do meu trabalho intelectual.

Desde os primeiros anos de leitura sempre selecionei livros e temas do meu interesse momentâneo. Passei, como muitos, pela fase das histórias em quadrinhos, importadas recentemente dos Estados Unidos, como a revista Gibi - com os heróis Flash Gordon, Jim das Selvas e X9, todos de autoria de Alex Raymond; Tarzan, Brick Bradford etc; depois pelos romances policiais da Coleção Amarela - com Edgard Wallace, Sax Rohmer, Agatha Christie etc; e pelos de aventura, como Julio Verne, além da Coleção Terramarear - Tarzan, Robert Louis Stevenson, Emílio Salgari, Jack London etc; e a Coleção Paratodos - Edgard Wallace, Baroneza D'Orcy, P.C. Wren. Talvez, como exceção na minha geração, deixei de ser leitor de duas correntes de literatura importantes na época: os livros de Monteiro Lobato e a alemã, de conteúdo folclórico, editado pela Companhia Melhoramentos.

A freqüência aos sebos é uma das motivações para as minhas leituras. Ganhando mesada do meu pai, a dividia entre a entrada para o cinema e a compra de livros. No entanto, o fato de freqüentar casas de livros usados e de entrar em contacto com infinidade de títulos esparramados pelas

suas prateleiras - dos quais comprei parte mínima dos que me interessaram - acabou por condicionar parte do meu universo. Outra influência direta é o cinema, que nas décadas de 1930 e 1940 voltava-se fortemente para a crítica social, que motivou as leituras que fiz de autores como Émile Zola, Victor Hugo, Steinbeck e centenas de outros.

Essa segunda fase é seguida de outra, mais de caráter político, que se inicia a partir de 1941, com a prisão de meu irmão - Maxim Tolstoi Carone . É a hora do contacto com os livros de Lenine, Stalin, Trotski, Boukharin e outros mais, que falam da Revolução de Outubro e da Rússia Soviética. Essas leituras se fazem paralelamente com obras sobre o Brasil. Enquanto morei na Fazenda Bela Aliança (1948-1960) li, de maneira abundante, parte dos viajantes do século XIX, obras sobre a nossa história colonial, livros sobre a década de 1920 e o tenentismo, e a literatura política mais recente. Ao mesmo tempo, voltava-me para os clássicos do socialismo e os romances franceses, ingleses e brasileiros e a história em geral.

Sem compromisso, agindo segundo a curiosidade do momento, punha em prática minha liberdade de ação. No entanto, a vinda de Antônio Candido interrompeu boa parte do comportamento adotado até então. Ele propôs que eu escrevesse um livro para a recente Coleção Burity, da qual ele, entre outros, fazia parte da Comissão de Redação. O tema selecionado era a análise do tenentismo e das revoluções de 1922 a 1935; a razão, dizia ele, era porque eu já mostrava entusiasmo pelo tema e já lera parte dessa literatura.

A proposta me pegou de surpresa. Até então era autor de quatro ou cinco artigos e de várias resenhas para o Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo. E só. Daí a fazer um livro havia distância. Depois de muita conversa, aceitei, com a condição de tentar fazê-lo e, se fracassasse, desistiria do compromisso. E na hora do aceito tornei mais

elástico o tema, incluindo o golpe de 1937, pois a implantação do Estado Novo faz parte desse processo de conflito social, com novas acomodações oligárquicas e protestos da classe média e operariado.

Nos meses seguintes reuni os meus livros que tratavam do tema, fiz as leituras necessárias, organizei as anotações em fichas e iniciei a redação. No começo, a tarefa pareceu pesada e cheguei a gastar uma montanha de papel. Escrevia, lia e pedia para minha mulher, Flávia, ouvir as seis ou sete linhas iniciais escritas naquela hora: e nada. Era a confusão: rasgava a folha e pegava outra. Depois, outra e mais outra. Só após longo prazo é que o escrito tomou forma e continuidade.

O golpe de 1964 me fez interromper a sua redação, voltando a trabalhar a partir de setembro de 1964. A apresentação, a parte até 1930 e de 1930 a 1932 ficara pronta tempos depois. E até 1937? O que existe na bibliografia da época, simplesmente, relata brevemente que Getúlio Vargas debelara a Intentona Comunista de 1935, sendo um herói; e em 1937, torna-se ditador. Nada há escrito de maneira sistemática sobre o jogo de forças sociais existentes nessa época ou desenvolve essas questões. Diante disso, resolvi experimentar novas fontes. Se os jornais eram material que os historiadores, naquela hora, utilizavam para seus estudos do período da Independência e da Regência, porque eles não poderiam ter a mesma função no meu caso? Como consequência, a análise que faço dos anos de 1932 a 1937 se baseia, quase totalmente em jornais da época, tendo eu posto de lado, naturalmente, o preconceito e o parti-pris de cada um deles.

Revoluções do Brasil Contemporâneo sai em 1965. Nos anos seguintes passei por vicissitudes bastante difíceis, pensando até voltar a viver na fazenda. Mas, o livro fora elaborado sobre um período bastante crítico da história do

Brasil e ele, apesar de tratar do passado, levantava questões atuais. Afinal, o que é tenentismo ? e as revoluções de 22 e 24 ? e 30 ? e 32 ? e por que a ditadura do Estado Novo se instaura de maneira tão pacífica? o que representa o movimento operário ? a partir de 30 é a burguesia que está no poder ? São perguntas feitas na época e muitas não foram respondidas satisfatoriamente até hoje. As respostas elaboradas por sociólogos e historiadores, com raras exceções, são esquemáticas e insatisfatórias.

Em 1969, ganhando uma bolsa da Fapesp, retornei ao trabalho de pesquisa. Estava dividida entre aprofundar o trabalho e tratar da década de 1920, ou me voltar ao início da história da República, por achar que muitas das dúvidas que tinha, aparecidas durante a redação do livro, poderiam ser resolvidas pelo novo esforço de pesquisa. Afinal optei por 1889, mesmo sabendo que muitos dos fenômenos históricos estão ligados aos tempos do Império e Colônia. Mas, de qualquer maneira, o alargamento do tempo histórico e a melhor explicação dos acontecimentos fariam elucidar de maneira mais satisfatória as questões.

E o modelo? As histórias do Brasil Colonial são múltiplas e mais satisfatórias. O mesmo não acontece com o Império e a República. No caso da Colônia, ao lado de obras clássicas, temos grande número de edições dos relatos e documentos de diversas origens, publicações mensais e anuais dos vários Institutos Históricos, papéis de Arquivos, obras de autoria de estrangeiros etc.etc. Essa é uma das razões que facilitou Caio Prado Jr. ter escrito sua excelente Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. E por que não saíram as suas 2ª e 3ª partes, anunciadas numa das orelhas do seu livro: Formação... Império e Formação... República? A não ser que haja motivo que desconheço, acredito ser a razão fundamental, a falta de pesquisa e trabalhos sobre as variadas facetas do Império e da República. Ainda mais, o pouco conhecimento que temos da sua bibliografia e da

complexidade da realidade de então. Unicamente, novos e fartos trabalhos sobre esses períodos é que irão permitir o aprofundamento dos seus momentos históricos - da economia à política - e permitir a realização de obras analíticas de visão mais total e rica.

E sobre a República? Temos algumas histórias gerais que partem de pressupostos particulares: a de José Maria Bello - História da República -, que chega até 1954 e é visão tradicionalista, onde a economia é sinônimo de finanças, a política é o resultado da ação individual, e existe uma única força social, a classe dirigente; outra é de Leôncio Basbaum - História Sincera da República, em 4 volumes - onde a dinâmica social resulta do movimento operário, particularmente o Partido Comunista do Brasil; e a de Sertório de Castro - A República que a República Destruuiu - que mostra o jogo político das oligarquias durante a primeira República. Todas são importantes, pois, além de seus valores, elas preenchem parte das informações e análises necessárias. Além desses livros gerais, existem monografias, biografias, depoimentos de grande valor, que ajudam a complementar elementos e análises necessários para a visão do estudioso.

No entanto, existem dois problemas básicos e iniciais, além de muitos outros que somos obrigados a enfrentar: 1) a falta de conhecimento da bibliografia; 2) desconhecimento dos seus fatores históricos, razão que empobrece a análise dos historiadores, impedindo-os de adquirir idéia mais dinâmica - e dialética - do processo histórico da época. Daí a falta de relações que deixa de ser notada entre a política federal e a dos Estados; o poder existente - dominante ou não - dos Estados; o papel da economia agrícola do café, do açúcar etc. e suas relações com as classes sociais - não de maneira mecânica, mas sim pelo estudo de sua influência com a sociedade; o papel da burguesia na nossa história; o que são as classes médias e seu papel nos seus diversos mo-

mentos; o tenentismo e seu verdadeiro papel no processo de contestação; a origem do movimento operário, suas lutas e limites; a questão do imperialismo etc.

As dúvidas existentes no início do trabalho foram, em parte, respondidas pela utilização da bibliografia levantada na ocasião. Ela não é completa e abrange unicamente o levantamento das obras utilizadas por mim entre 1969 e 1970. É preciso ser ampliada no futuro, pois além dos que não estão assinalados na listagem, muitos outros livros apareceram posteriormente.

Dos 1100 títulos, 80% foram adquiridos por mim. A razão foi a seguinte: essa literatura era considerada secundária e vendida a preço baixíssimo, sendo comum encontrarem-se 6, 7 e até 8 exemplares do mesmo título nas prateleiras de um sebo qualquer do Rio de Janeiro. Dessa maneira, obras secundárias se amontoavam à disposição do público, o que possibilitou que em um ano e meio pudesse adquirir mais de 800 volumes. Fora as adquiridas, consultei outras 300 ou 400 na Biblioteca Nacional e na Biblioteca do I.H.G.B., além da Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

A bibliografia apresentada reflete a variedade temática do material levantado. Por sua vez, alguns títulos dos livros que merecem melhor elucidação estão acompanhados de notas explicativas. E para tornar mais clara a orientação, elaboramos um pequeno esquema político da Primeira República e de alguns de seus momentos básicos.

PUBLICAÇÕES

(alguns títulos – datas das primeiras edições)

- Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930). São Paulo: Senac, 2000.
- Socialismo e Anarquismo no início do século. Rio: Vozes, 1995.

- A II Internacional pelos seus Congressos (1889-1914). São Paulo: Anita/Edusp, 1993.
- Da Esquerda à Direita. Belo Horizonte, 1991.
- Brasil: Anos de Crise. São Paulo: Ática, 1991.
- Classes Sociais e Movimento Operário. São Paulo: Ática, 1989.
- Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: CEN, 1973. (Brasileira Grande Formato,10).
- O Tenentismo. São Paulo: Difel, 1975.
- Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938). São Paulo: Difel, 1965. (Coleção Buriti, no.11).
- A República Velha I: instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1970.
- A República Velha II: evolução política. São Paulo: Difel, 1971.
- A Primeira República: texto e contexto (1889-1930). São Paulo: Difel, 1969.
- A Segunda República (1930-1937). São Paulo: Difel, 1973.
- A Terceira República (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976.
- A Quarta República. São Paulo: Difel, 1979.

LABOR



- ∴ **Editoração e revisão de TCCs, Dissertações e Teses**
- ∴ **Desenvolvimento de projetos gráficos e Diagramação de livros, revistas, jornais, boletins, folhetos, cartazes**
- ∴ **Produção de campanhas de comunicação visuais para sindicatos e entidades estudantis**
- ∴ **Desenvolvimento de hotspots e de newsletters (email-mkt)**
- ∴ **Produção e reprodução de CDs e DVDs**

consulte nossos preços

LABOR Design Editorial

e-mail: alexandre.labor@gmail.com

tel.: 11 - 3582-1917 • cel.: 11 - 6652-8100

<http://labor-design.blogspot.com>



Espanha 1936
Xilogravura de Livio Abramo
(abaixo, detalhe)



Cem anos de Fúlvio Abramo

**Fala pronunciada no Ato-homenagem ao
centenário dos militantes trotskistas Fúlvio Abramo
e Hermínio Sacchetta e ao 75º aniversário da Batalha
da Praça da Sé realizado no Sindicato dos
Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo
em 19 de outubro de 2009**

Paula Abramo

Tradutora e professora da
Universidade Autônoma do México

*Dedico a minha intervenção neste ato à memória
da minha avó Anna Stefania Lauff, filha de
um soldado do Exército Vermelho, operária e
combatente da Frente Única Antifascista
durante a batalha da Praça da Sé.*

Conheci pouco o meu avô. Nasci e moro no México, onde o meu pai exilou-se a partir da ditadura. Com o correr do tempo, alimentei pelo meu avô uma admiração que cresceu conforme eu fui descobrindo o quanto são frutíferas as lições da sua filiação política para a nossa prática atual. Originalmente eu tinha escrito para esse ato uma outra fala, mas dois dias atrás, num re-encontro felicíssimo com as minhas tias e primos, descendentes do irmão mais velho do meu avô, a Alcione Abramo entregou pra mim um pacote

com cerca de quarenta cartas que o meu avô escreveu aos seus pais e irmãos durante a sua prisão no Presídio Político Maria Zélia e a sua estadia na Bolívia, entre 1935 e 1945.

O meu avô deixou entre os seus descendentes e amigos lembranças fantásticas, não só pela sua generosidade, solidariedade e entrega à luta revolucionária, mas também pelas peripécias que ele viveu e que gostava de contar nas reuniões familiares, diante de grupos de ouvintes encantados. Ele é lembrado como um conversador excelente, que não desprezava as crianças como interlocutores. As suas cartas revelam um olhar francamente poético, combinado com um barroquismo delicioso que nunca perdia de vista a concatenação lógica das imagens. Virtude militante e jornalística: o meu avô sabia ver.

Em uma carta datada o dia 13 de Junho de 1939 e dirigida a sua irmã Berenice, o meu avô descreve as difíceis condições do seu emprego como ajudante de motorista com as seguintes palavras:

“Devia eu viajar desde Santa Cruz até Vila-Vila, isto é, 474 quilómetros entre as majestosas montanhas dos Andes imensos. Viajava-se a qualquer hora, de dia, de noite, com ou sem lua. A cordilheira eleva-se a alturas vertiginosas e nada mais grandioso do que escalar em caminhão esses gigantes. Ao alto, um céu azul, tão azul como o cobalto, e o condor voando silenciosa e poderosamente sobre vales profundos, que se precipitam a dois, três, quatro, cinco e seis mil metros. Entre pedregais espantosos, rios rugem no fundo como tigres rugindo feridas de morte e arrebentam galhardos, carregam penhascos, alisam penhas vastas, e tem a violência de chamas de incêndios e a suavidade de luvas de musgo acariciando braços de pétalas de lírio. Cores na natureza espalhadas com força, com energia, como se algum

pintor apressado houvesse querido atirar sobre o mundo com ira a sua palbeta misturada. E pedras, pedras azuis, negras como leopardos á espreita de uma presa apeteçada, brancas como um mártírio chinês para os olhos, verdes, á semelhança de olhos líquidos de inglesa estilizada, amarelas como laranjas de Palermo inchadas com os pulmões de Netuno. E de todos os lados, montanhas, feras em atitude de espera silenciosa e ameaçante, querendo atirar-se sobre o caminhão, querendo matá-lo. (...) E faz frio. Seco, que queima como fogo. As vezes são 18 abaixo de zero e, outras, em Potosí, 26, 27. E sopra um vento chamado “Sur”, porque vem do Pólo antártico, que se diverte em cortar a cara da gente como taquara rompida ao meio.”

Num momento em que a situação econômica e anímica dos pais do Fúlvio no Brasil e das irmãs na Itália era terrível, ele recorria ao intelecto para aliviar a agonia e o desânimo, tanto próprio como alheio, recomendando sempre “não olhar tanto pra dentro”, “ver o que acontece lá fora”, “estudar economia política” e “aprender grego antigo”.

Orgulhava-se da sua integridade. Em carta escrita ao pai, Vincenzo, em italiano, em novembro de 38, refletia desde a Bolívia:

“mais de uma vez nestes últimos tempos que passei na solidão perguntei a mim mesmo se toda a fonte de vida que o senhor me deu devia necessariamente conduzir-me por este caminho. A minha consciência, porém, está tranqüila, porque sinto que eu não tenho enganado a minha pessoa nem fugido de mim mesmo.”

* * *

Eu, no entanto, mais ou menos afastada das aventu-

ras e das lembranças embaçadas do meu avô, guardo dele a imagem de um homem completa e organicamente consagrado a uma causa que ocupou sempre o primeiro lugar de importância nas suas lealdades, nas suas ações e até nas suas conversas mais corriqueiras.

Ao homenagear a memória de Fúlvio Abramo, a gente está homenageando, em realidade, uma coisa que vai mais além das suas qualidades pessoais. A gente está homenageando a idéia que guiou a sua vida e a do Hermínio Sacchetta: o marxismo revolucionário, que não é mais do que a expressão intelectual de uma realidade social tangível: a luta emancipadora do proletariado.

O que estamos fazendo aqui é uma festa proletária, porque celebra essa luta, e é uma honra para mim poder participar dela agora como membro, que sou, de uma geração marcada pela queda do estado operário degenerado da União Soviética. Essa derrota histórica transmitiu ao movimento operário uma profunda desmoralização e deixou como seqüela uma confusão devastadora, oportunamente aproveitada pelos ideólogos da burguesia para fazer crer que o marxismo e o bolchevismo são coisas do passado e que a história já comprovou que esse caminho não é viável.

Na nossa América Latina, por exemplo dentro desse ambiente marcado pela falta de clareza ao momento de enxergar a linha de classes, setores amplos, corajosos e combativos do movimento operário têm chegado ao ponto de apoiar os governos burgueses e inclusive de se integrar a eles. Entretanto, se alguma coisa devemos aprender das lições deste século é que, como escreveu o meu admirado Hermínio Sacchetta, “Afere-se o caráter de um partido que se proclama proletário por sua posição ante o Estado burguês”, chamado pelo Hermínio, segundo a expressão de Engels, “comitê executivo” da classe dominante; uma caracterização que continua sendo válida nos nossos dias. O meu

avô, a uma idade avançada, fustigava aqueles partidos que se opunham a “esclarecer as massas operárias e camponesas de que seu inimigo é o capitalismo, é a burguesia.”

Meu avô Fúlvio era um botânico exímio. Recorreu as florestas da Bolívia em batidas destinadas a combater as epizootias orientais; participou em várias revistas científicas de Uruguai, Estados Unidos, México e a Índia inglesa, entre outros países. Ao longo dos anos, conseguiu formar uma vasta coleção de orquídeas. Essa viagem ao Brasil me permitiu descobrir que algumas das orquídeas que o meu avô adquiriu há quase meio século continuam florescendo copiosamente. Esta celebração aqui não é uma celebração do passado, mas do futuro. O fato da classe operária ter atraído ao seu lado figuras do calibre do Fúlvio Abramo e do Herminio Sacchetta é a melhor prova de que essa classe é a dona do futuro.

Obrigada

18 de outubro de 2009



Acima, Paula Abramo
na mesa do ato.



Acima a direita, plenário
do ato-homenagem.

Ao lado, Antônio Cândido,
Jacob Gorender, Markus Sokol
e Marcelo Abramo, na
mesa do ato





*Soldado da Cavalaria do
Exército Popular de Libertação*

Introdução a um manual

Breve registro sobre as histórias em quadrinhos e a revolução de 1949

Alexandre Linares

Editor, diagramador e cientista social

As histórias em quadrinhos sempre sofreram preconceito. Taxado como coisa de criança ou como algo vulgar. Alguns, como Ariel Dorfman¹, chegam a apresentar os quadrinhos como ferramenta ideológica do imperialismo, tomando como base a produção ocidental.

Essa cantinela anti-histórias em quadrinhos é resultado do emburrecimento da esquerda em geral. Os quadrinhos nada mais são do que uma forma de narrativa literária. Ou como prefiro: uma narrativa gráfica. Não se resume apenas propaganda, apesar de ser um extraordinário meio para se propagandear idéias. No ocidente temos inúmeros exemplos de histórias em quadrinhos que não tem nenhuma relação com patos que falam ou com heróis que colocam as sungas por cima das calças.

Exemplos de obras que demonstram o potencial dos quadrinhos para crítica e para a contestação são inúmeros. Do Japão, terra dos mangás, temos “*Gen - Pés Descalços*” de Keiji Nakazawa. No ocidente temos exemplos como “*Palastina - uma nação ocupada*” de Joe Sacco ou “*O Grito do Povo*” de Jacques Tardi numa aventura policial durante a Comuna de Paris. Outro exemplo é *Fantomas*, que numa

versão literário-semi-quadrínistica enfrentou os vampiros das multinacionais pelas mãos de Julio Cortázar² ou até na sua ação contra a burocracia stalinista na Polônia ao lado dos operários do sindicato Solidarinos³.

A China revolucionária

Mas o melhor exemplo de onde os quadrinhos fizeram parte viva de uma revolução foi na China de 1949. Uma revolução que derrotou a ocupação imperialista japonesa, expulsou os setores nacionalistas pró-imperialistas estadunidenses e que deu fim a estrutura feudal da nação chinesa.

As histórias em quadrinhos já se faziam parte da produção editorial chinesa desde de o século XIX.

Segundo um editor brasileiro, precursor da produção de quadrinhos orientais no Brasil, “Xangai é o principal centro produtor dos quadrinhos Chineses. No final dos anos 1940, há na cidade mais de 100 editoras especializadas. O público principal é a nova classe trabalhadora.”⁴

Com taxas de analfabetismo que estavam entre 85 e 90% da população, os quadrinhos passavam a ser um tremendo instrumento de educação e de divulgação de informações.

Os quadrinhos na China revolucionária ganharam uma enorme importância. Por exemplo um dos mais importantes escritores revolucionários chineses, Lu Xun (pseudônimo de Zhou Shuren), pai da modernização literária chinesa onde promoveu uma radical mudança através da crítica dos antiquados valores culturais e dos costumes sociais repressivos. Ele que trabalhou como editor e professor e começou a estudar o marxismo em 1928 passando a traduzir obras da teoria marxista. Esse mesmo Lu Xun foi um dos grandes defensores dos quadrinhos na China.

Essa importância pode ser medida. De 1951 a 1956, ou seja, estatísticas de dois anos após a revolução, mais de 10 mil títulos livros de quadrinhos foram publicados, com uma tiragem total de 260 milhões de exemplares.⁵

Um manual para educar um exército revolucionário

O que publicamos aqui é um pequeno folheto em quadrinhos produzido pelo Exército Popular de Libertação da China apresentando oito posturas a serem adotadas pelos soldados frente ao povo chinês. É um pequeno manual ilustrado publicado durante a guerra revolucionária e republicado no Brasil na *Revista Problemas - Revista Mensal de Cultura Política* nº 30 - Outubro de 1950 e recuperado em 2009 pelo extraordinário trabalho da equipe da seção portuguesa do Marxists Internet Archive (MIA)⁶.

A leitura deste pequeno manual dá um pouco da dimensão que os quadrinhos tiveram na revolução. Quem sabe eles não podem ajudar na luta pela revolução política, contra a burocracia restauracionista do Partido Comunista Chinês que ameaça as conquistas operárias da classe operária e de toda nação chinesa funda pela revolução de 1949?

NOTAS

- 1 - Ler o “clássico” de Ariel Dorfman, “Como Ler o Pato Donald” publicado no Brasil pela Paz e Terra.
- 2 - Cortázar, Julio. Fantomas contra os Vampiros das Multinacionais, publicado no Brasil pelo Versus Quadrinhos em 1979, editado por Marco Faerman. Obra mistura literatura com referências aos quadrinhos numa maluca história anti-imperialista. Pode ser lido em espanhol na página na internet: <http://www.literatura.org/Cortazar/Fantomas/f1.html>
- 3 - Citado por Ernest Mandel no livro “Delícias do Crime - História Social do Romance Policial”, editora Busca Vida, 1988.
- 4 - CAMPOS, Rogério de. P refácio de “Jornada ao Oeste” de Wu Cheng'en, Conrad Editora, 2008. Página 4.
- 5 - Idem. Página 2.
- 6 - Veja edição da revista na página do MIA: http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/index.htm

Manual do Exército de Libertação Chinês



1 — Quando falar com o povo seja cortês.



2 - Pague sempre o justo preço pelo que comprar

Manual do Exército de Libertação Chinês

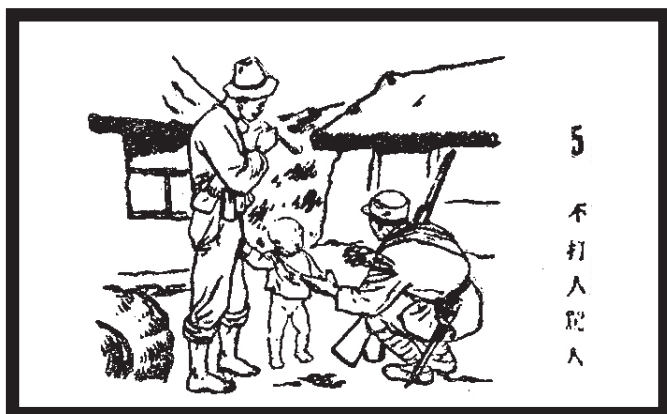


3 - Restitua tudo o que tomar emprestado



4 — Se quebrar qualquer coisa indenize-a

Manual do Exército de Libertação Chinês



5 — Seja sempre carinhoso com o povo



6 — Não arruine as colheitas passando sobre as plantações

Manual do Exército de Libertação Chinês



7 — Respeite as mulheres e a maternidade



8 — Não maltrate os prisioneiros



IDEO
graphos